



PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU)

MUNICÍPIO DE CAMINHA

AVISO N.º NORTE-16-2016-10

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU)

MUNICÍPIO DE CAMINHA

Este documento corresponde ao Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) do Município de Caminha, elaborado de modo a dar resposta ao convite dirigido aos municípios para apresentação dos respetivos Planos de Ação para a Regeneração Urbana (PARU). (AVISO NORTE-16-2016-10 - Portugal 2020).

Os elementos apresentados estão de acordo com as recomendações dispostas nas Orientações Ficha de apreciação do PARU de Caminha e com as Orientações/Ajuda à Submissão de Candidaturas fornecidas pela Autoridade de Gestão.

Outubro de 2016

ÍNDICE

1. DIAGNÓSTICO	7
1.1. Enquadramento territorial	7
1.2. Caraterização geral do concelho	8
1.3. Perspetiva da evolução urbana.....	14
1.3.1. ARU do Centro Histórico de Caminha	14
1.3.2. ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora)	18
1.4. Caraterização sociofuncional do espaço a intervir	20
1.4.1. ARU do Centro Histórico de Caminha	23
1.4.2. ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora)	28
1.5. Análise SWOT	32
1.6. Desafios e Fatores Críticos de Sucesso.....	34
O combate ao envelhecimento e à perda de população residente.....	34
O reforço da presença de equipamentos de uso coletivo e a atração de novas funções de escala local	34
A promoção da coesão e a articulação entre diferentes equipamentos e áreas do concelho ...	34
A inversão dos fenómenos de degradação urbana e a persistência de edificado menos qualificado	35
O Caminho de Santiago como elemento âncora	35
O reforço da visibilidade e potencial turístico.....	35
2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	35
2.1. Operações de Reabilitação Urbana do Município de Caminha.....	36
2.2. Plano Diretor Municipal	38
2.3. Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial	40
2.4. Norte 2020	41
2.5. Plano Regional de Ordenamento do Território	44
2.6. Estratégia Cidades Sustentáveis 2020	49
2.7. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).....	51
3. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA	53
3.1. Visão	53
3.2. Objetivos estratégicos.....	54
3.3. Envolvimento e mobilização	59
4. PLANTAS DE DELIMITAÇÃO TERRITORIAL EM QUE SE PRETENDE INTERVIR	62
5. MODELO HABITACIONAL	64
5.1. ARU do Centro Histórico de Caminha	64

5.2. ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora).....	75
6. MODELO ECONÓMICO.....	86
7. REGRAS E CRITÉRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO	90
8. MODELO DE GOVERNAÇÃO	93
9. IDENTIFICAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS A REALIZAR	95
10. RESULTADOS E METAS.....	114
ANEXO 1. QUADRO DE INVESTIMENTOS A REALIZAR	116
ANEXO 2. INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADO	118

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Enquadramento regional do Município de Caminha	7
Figura 2. População empregada da ARU do Centro Histórico de Caminha por setor de atividade (INE 2011) ..23	
Figura 3. Nível de escolaridade da população da ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)	23
Figura 4. Tipologia da população residente, por estrutura etária, na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011).....	24
Figura 5. População empregada da ARU da Sandia por setor de atividade (INE 2011)	28
Figura 6. Nível de escolaridade da população da ARU da Sandia (INE 2011)	28
Figura 7. Tipologia da população residente, por estrutura etária, na ARU da Sandia (INE 2011)	29
Figura 8. Modelo Territorial da Região Norte (PROT-N)	45
Figura 9. Modelo Territorial Subsistema Urbano Minho-Lima	46
Figura 10. Níveis de definição estratégica	53
Figura 11. Limites da ARU do Centro Histórico de Caminha	62
Figura 12. Limites da ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora)	63
Figura 13. População residente por grupo etário na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011).....	65
Figura 14. Época de construção dos edifícios na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)	66
Figura 15. Época de construção agregada na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011).....	66
Figura 16. Número de alojamentos por edifício na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)	67
Figura 17. Número de alojamentos por edifício na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)	67
Figura 18. Número de pisos por edifício na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)	68
Figura 19. Número de pisos por edifício na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)	68
Figura 20. Ocupação dos alojamentos na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)	69
Figura 21. Ocupação dos alojamentos de residência habitual na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)	69
Figura 22. Estado de conservação dos edifícios de habitação construídos até 1980 na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)	70
Figura 23. Edifícios com mais de 30 anos com estado de conservação razoável ou pior na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011 e CMCB)	70
Figura 24. Estado de conservação dos edifícios da ARU do Centro Histórico de Caminha.....	71

Figura 25. Estado de conservação dos edifícios da ARU do Centro Histórico de Caminha.....	71
Figura 26. Tipologia de usos dos edifícios da ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011).....	72
Figura 27. Tipologia de usos dos edifícios da ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011).....	73
Figura 28. Tipologia de morfologia de Edifício da ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011).....	73
Figura 29. Tipologia de morfologia de edifício da ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)	74
Figura 30. Lugares de Estacionamento por edifício da ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011).....	74
Figura 31. População residente por grupo etário na ARU da Sandia (INE 2011)	76
Figura 32. Época de construção dos edifícios na ARU da Sandia (INE 2011).....	76
Figura 33. Época de construção agregada na ARU da Sandia (INE 2011).....	77
Figura 34. Número de alojamentos por edifício Época de construção agregada na ARU da Sandia (INE 2011)	77
Figura 35. Número de alojamentos por edifício na ARU da Sandia (INE 2011)	78
Figura 36. Número de pisos por edifício na ARU da Sandia (INE 2011)	78
Figura 37. Número de pisos por edifício na ARU da Sandia (INE 2011).....	79
Figura 38. Ocupação dos alojamentos na ARU da Sandia (INE 2011)	79
Figura 39. Ocupação dos alojamentos de residência habitual na ARU da Sandia (INE 2011)	80
Figura 40. Estado de conservação dos edifícios de habitação construídos até 1980 na ARU de Sandia (INE 2011)	80
Figura 41. Edifícios com mais de 30 anos com estado de conservação razoável ou pior na ARU da Sandia (INE 2011).....	81
Figura 42. Estado de conservação dos edifícios da ARU de Sandia (INE 2011).....	81
Figura 43. Estado de conservação dos edifícios da ARU da Sandia	82
Figura 44. Tipologia de usos dos edifícios na ARU da Sandia (INE 2011)	83
Figura 45. Tipologia de usos dos edifícios na ARU da Sandia (INE 2011)	83
Figura 46. Tipologia de morfologia de edifício na ARU da Sandia (INE 2011)	84
Figura 47. Tipologia de morfologia de edifício na ARU da Sandia (INE 2011)	84
Figura 48. Lugares de Estacionamento por edifício na ARU da Sandia (INE 2011)	85
Figura 49. Localização dos investimentos na ARU do Centro Histórico de Caminha	112
Figura 50. Localização de investimentos na ARU de Sandia	113

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. População residente (INE 2011)	10
Tabela 2. Índice de Envelhecimento (INE 2011)	10
Tabela 3. Estrutura etária (INE 2011).....	11
Tabela 4. Evolução Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) por Local de residência (INE 2011)	11
Tabela 5. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência (INE 2011).....	12
Tabela 6. Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (N.º) por Local de residência (INE 2011)	12
Tabela 7. Poder de compra per capita por Localização geográfica (INE 2013)	13
Tabela 8. População empregada por local de residência (INE 2011)	13
Tabela 9. Taxa de desemprego (INE 2011)	13

Tabela 10. N.º de edifícios por localização geográfica (INE 2011)	14
Tabela 11. Indicadores socio-económicos (INE 2011)	22
Tabela 12. Principais equipamentos localizados na ARU do Centro Histórico de Caminha	24
Tabela 13. Elementos patrimoniais relevantes na ARU do Centro Histórico de Caminha	25
Tabela 14. Indicadores sociais ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)	27
Tabela 15. Indicadores sociais ARU da Sandia (INE 2011)	31
Tabela 16. Matriz de correspondências entre os objetivos do PDM e do PARU	39
Tabela 17. Matriz de correspondências de objetivos estratégicos entre PARU e EIDT - Alto Minho	40
Tabela 18. Matriz de correspondências de objetivos estratégicos entre PARU e PROT-N	48
Tabela 19. Matriz de correspondências de objetivos estratégicos entre PARU e Eixos da Estratégia Cidades Saudáveis 2020	50
Tabela 20. Matriz de correspondências entre objetivos do PARU e PNPOT	52
Tabela 21. Objetivos estratégicos	55
Tabela 22. Indicadores relativos ao edificado localizado da ARU do Centro Histórico de Caminha	75
Tabela 23. Indicadores relativos ao edificado localizado na ARU da Sandia	85
Tabela 24. Síntese dos investimentos propostos	96
Tabela 25. Investimentos propostos por grau de prioridade	97
Tabela 26. Quadro de Investimentos a realizar	117
Tabela 27. Indicadores de Realização	118
Tabela 28. Indicador de resultado	118

1. DIAGNÓSTICO

O Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) de Caminha irá focar-se nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) definidas no Concelho em novembro de 2014, designadamente a ARU do Centro Histórico de Caminha e a ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora). Merece referência que o município tem em curso a elaboração um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para as ARU, que será elaborado de modo a permitir suportar a definição de Operações de Reabilitação Urbana (ORU), conforme estipulado no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.

1.1. Enquadramento territorial

Situado no noroeste de Portugal, o concelho de Caminha possui uma área aproximada de 136,52 km² repartida por 14 freguesias (Âncora, Arga (Baixo, Cima e São João), Argela, Caminha (Matriz) e Vilarelho (sede), Dem, Gondar e Orbacém, Lanhelas, Moledo e Cristelo, Riba de Âncora, Seixas, Venade e Azevedo, Vila Praia de Âncora, Vilar de Mouros, Vile). O concelho tem cerca de 16.684 habitantes (INE 2011). é limitado a sul pelo concelho de Viana do Castelo, a norte pelo rio Minho e a Galiza, a nascente pelos concelhos de V.N. de Cerveira e Ponte de Lima e a poente pelo Oceano Atlântico.

O concelho pertence à Região Norte, ao Distrito de Viana do Castelo e é membro da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Alto Minho, à qual pertencem, para além do Município de Caminha, os Municípios de Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, e Paredes de Coura.

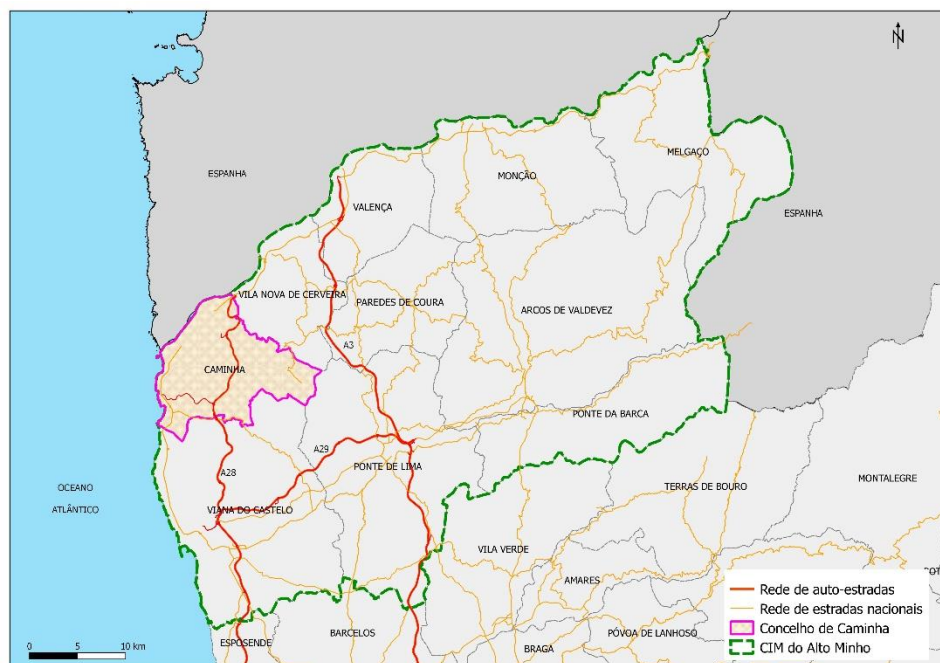


Figura 1. Enquadramento regional do Município de Caminha

Caminha é o quinto concelho mais populoso desta CIM, constituindo, apesar da sua dimensão, um importante polo de atração regional.

Caminha apresenta uma posição privilegiada na sub-região. Geograficamente, localiza-se num ponto estratégico, a 90 km do Porto, a 45 minutos do aeroporto Francisco Sá Carneiro, e a cerca de 80 km de Vigo, na Galiza (Espanha) e do seu aeroporto, a que se acede em 40 minutos. Para fazer ligação com Espanha, é também possível utilizar meios marítimos, nomeadamente o ferry-boat, que transporta passageiros, automóveis ligeiros e autocarros para a outra Margem do Rio Minho. O Concelho de Caminha está dotado de boas vias de comunicação, que lhe permitem um acesso rápido. Existe a A28, que através das saídas de Riba de Âncora, Vila Praia de Âncora, Vilar de Mouros, Dem ou Lanhelas. Vindo pela A3, auto - estrada que faz a ligação Braga -Valença, através das saídas de Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira ou Valença. A EN13 junto à Costa Atlântica é outra alternativa. Outra opção é a utilização da via-férrea, através da linha do Minho, onde os comboios, de acordo com os horários estabelecidos pela CP, param nas Estações ou Apeadeiros do concelho.

Assim, o seu posicionamento e acessibilidades permitem-lhe ainda assumir um papel de destaque na ligação com os municípios da envolvente e com a Galiza.

1.2. Caraterização geral do concelho

O concelho de Caminha, situado a norte de Portugal, é limitado a sul pelo concelho de Viana do Castelo, a norte pelo Rio Minho, a nascente pelos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima e a poente pelo Oceano Atlântico. Pela sua situação geográfica, entre o mar e o rio Minho, o concelho de Caminha é uma porta de entrada aos estrangeiros em Portugal. Abrange uma área de 124,66Km².

A rede viária de Caminha é fundamentalmente assegurada pela existência e funcionamento de quatro eixos viários; Longitudinais: Desenvolve-se na direção Norte-Sul, e que são a EN 13, com a extensão de 18 Km e a EN 302, com uma extensão de 1 Km no concelho (que, embora, limite o concelho de caminha, por se desenvolver na faixa nascente e nas cotas altas de Caminha, permite o estabelecimento da ligação dos municípios de Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira); Transversais: Desenvolve-se na direção Poente - Nascente, a EN 301, com uma extensão de 14 Km (parte Norte, Caminha – Paredes de Coura) e a EN 305, com a extensão de 8 KM, (parte Sul, Vila Praia de Âncora – Lanheses, freguesia de Viana do Castelo). Deste conjunto de eixos haverá que destacar pela sua importância o eixo viário longitudinal constituído pela EN 13, via litoral que liga o Porto a Valença. Trata-se de uma via que atravessa o concelho a cota baixa, dando serventia direta aos seus principais aglomerados e garantindo assim as grandes ligações rodoviárias externas a Caminha. A linha de caminho do ferro no município de caminha é servida pela linha do Minho, que liga Valença ao Porto, com uma extensão de 17,7 KM que atravessa o concelho, no qual se situam as estações e apeadeiros

da Gelfa, Âncora-Praia, Vila Praia de Âncora, Moledo do Minho, Senhora da Agonia, Caminha, Seixas e Lanhelas.

O Concelho de Caminha também dispõe de transporte fluvial; o Ferry Boat que permite a ligação entre La Guardiã (Espanha) e Caminha (Portugal), através do Rio Minho.

O Concelho de Caminha é dominado por uma crescente progressão altimétrica de poente para nascente, onde na extremidade nascente surge a Serra D'Arga, quase a atingir os 800 metros de altitude, precisamente no limite do Concelho de Ponte de Lima. Pelo lado Norte domina a Serra de Góis, que limita com o concelho de Vila Nova de Cerveira. A Poente confronta-se com o Oceano Atlântico, e a Sul com o concelho de Viana do Castelo, delimitando-se assim a divisa dos concelhos pelo Vale do Âncora. O Concelho apresenta três rios: o Minho, o Âncora e o Coura.

O rio Minho separa Portugal de Espanha e desagua no Oceano Atlântico. A sul o concelho é atravessado pelo Rio Âncora, que se desenvolve no limite sul do concelho, e desagua no Oceano Atlântico, em Vila Praia de Âncora e a Norte o concelho é atravessado pelo Rio Coura, que desagua na Foz do Rio Minho.

Trata-se de um concelho do litoral, com um cordão de praias, dunas e rochedos marinhos, troço final e estuário do Rio Minho, contendo sapais e veigas dos rios Coura e Âncora, dispondo de uma rede hidrográfica densa a marcar o relevo acidentado.

A área das florestas é significativamente extensa, abrangendo um total de 4468ha, com predominância de eucaliptos e pinheiros bravos.

As freguesias de Azevedo, Argela, Dem, Gondar, Riba de Âncora e Orbacém são as que se encontram densamente povoadas de pinheiros e eucaliptos, onde na estação seca são atingidas por fortes incêndios florestais.

Existe no concelho uma vasta reserva ecológica, de grande interesse paisagístico como os Pinhais de Camarido e da Gelfa, a Serra D'Arga, o Estuário do Rio Minho e Coura e a Bacia Hidrográfica do Rio Âncora.

É de salientar a grande importância que a Bacia Hidrográfica do Rio Âncora representa, constituindo um grande património, com um elevado índice de biodiversidade.

Desde os seus primórdios, o concelho tem sido habitado pelos povos vindos do Norte, sobretudo da Galiza. Já no período neolítico foi povoado, como se prova pelas freguesias, nomeadamente as que se fixaram nas encostas dos montes, que presenteiam a atualidade com um vasto património de antas e gravuras rupestres. A presença dos Fenícios, Gregos e Romanos, também se fez sentir e a sua entrada terá sido pelo estuário do Minho. Aos Suevos, sucederam-se os Visigodos que foram encurralados pelos Árabes no Norte. Os Árabes mal devem ter pisado o solo do atual concelho, embora haja alguns vestígios, tais como a designação de Vilar de Mouros. No período da reconquista cristã, vieram povos das Astúrias, de origem visigótica que povoaram a zona entre Caminha e Viana do Castelo.

Quase todas as freguesias do concelho foram pontos fundamentais no controlo de metais que tinham que percorrer as águas do rio Minho. A importante rede de minas de volfrâmio e estanho, e até ouro e prata, terão feito aportar ao Minho, os barcos Fenícios, Gregos e, talvez, Cartagineses.

Perante a ascendência dos povos que aqui viveram, é natural que o temperamento das gentes do atual concelho, seja diversificado, havendo mesmo, tipos de vida completamente diferentes, motivados também pela sua posição geográfica: o povo serrano de índole pastoril; o povo dos vales; agricultores; os povos das margens do rio e do mar, pescadores e o povo da zona do estuário no Minho que colaborou para o desenvolvimento dos portugueses. Ainda hoje, na vila de Caminha, existem como que duas populações distintas: os que se dedicam ao comércio e funcionalismo e os que se dedicam à pesca.

	População residente (N.º)		Taxa de variação da população residente (2001- 2011)
	2001	2011	%
Portugal	10356117	10562178	1,99
Norte	3687293	3689682	0,06
Minho-Lima	250275	244836	-2,17
Caminha	17069	16684	-2,26
Caminha (Matriz)	1554	1346	-13,38
Vila Praia de Âncora	4688	4820	2,82

Tabela 1. População residente (INE 2011)

Ao nível do município, verificou-se entre 2001 e 2011, um decréscimo populacional de 385 habitantes, representando uma variação negativa de 2,17%, tendo 16.684 habitantes em 2011. A freguesia de Caminha (Matriz), que engloba a sede de concelho, possui cerca de 1.346 residentes, concentrando 8,07% da população do concelho, sendo a única na qual foi constituída uma ARU a verificar uma evolução negativa da população (13,38%). Já a freguesia de Vila Praia de âncora apresentou uma variação positiva na evolução da população em 2,82%.

Local de residência		Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência	
		2001	2015
		N.º	N.º
Portugal	PT	101,6	143,9
Caminha	0304	140,6	194,0

Tabela 2. Índice de Envelhecimento (INE 2011)

O envelhecimento da população residente no Município, reflete-se no aumento acentuado do índice de Envelhecimento que entre 2001 e 2015 apresentou 138,1 e 194,0, respetivamente. Verifica-se, a nível concelhio o acompanhamento da tendência regional de diminuição do nº de jovens (-17,45% até aos 14 anos e -26,65% até aos 24 anos) e aumento do número da população idosa (+13,91%).

De notar que na freguesia de Caminha (Matriz) apresentou, em 2011, uma diminuição muito significativa da população com menos de 64 anos (-34,12% até aos 14 anos e -48,18% até aos 24 anos).

	População residente											
	Grupo etário											
	0 - 14 anos			15 - 24 anos			25 - 64 anos			65 e mais anos		
	2001	2011	Variacão %	2001	2011	Variacão %	2001	2011	Variacão %	2001	2011	Variacão %
	N.º	N.º		N.º	N.º		N.º	N.º		N.º	N.º	
Portugal	1656602	1572329	-5,09	1479587	1147315	-22,46	5526435	5832470	5,54	1693493	2010064	18,69
Norte	644948	557233	-13,60	558278	425876	-23,72	1969309	2075134	5,37	514758	631439	22,67
Minho-Lima	37741	32514	-13,85	35949	25706	-28,49	126619	129988	2,66	49966	56628	13,33
Caminha	2464	2034	-17,45	2477	1817	-26,65	8664	8887	2,57	3464	3946	13,91
Caminha (Matriz)	170	112	-34,12	220	114	-48,18	734	670	-8,72	430	450	4,65
Vila Praia de Âncora	737	600	-18,59	698	603	-13,61	2486	2599	4,55	767	1018	32,72

Tabela 3. Estrutura etária (INE 2011)

Local de residência	Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) por Local de residência					
	Período de referência dos dados					
	1991		2001		2011	
	%		%		%	
Portugal	20,13		28,48		29,43	
Norte	18,15		26,09		28,00	
Minho-Lima	7,64		16,85		20,05	
Caminha	11,94		22,92		27,73	
Caminha (Matriz)	10,84		14,35		24,12	
Vila Praia de Âncora	13,32		24,82		25,76	

Tabela 4. Evolução Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) por Local de residência (INE 2011)

Do ponto de vista da análise dos movimentos pendulares dos residentes do Município, verifica-se que a percentagem da população residente em Caminha que trabalha ou estuda noutro município (27,73%) é superior ao da sub-região Minho-Lima (20,5%). Esta informação, complementada com a duração média dos movimentos pendulares, em minutos, da população residente empregada ou estudante, permite concluir que a freguesia de Caminha (Matriz) será, das freguesias analisadas, a em cuja população ocupa menos horas em deslocações, muito provavelmente, por ao ser a freguesia sede do concelho, lá estarem localizados os principais serviços e estabelecimentos escolares (14,77 min). A nível de sub-região, Caminha apresenta um valor consentâneo com a média.

Local de residência (à data dos Censos 2001)	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência (à data dos Censos 2001); Decenal					
	Período de referência dos dados					
	1991		2001		2011	
	min		min		min	
Portugal	21,56		22,40		20,02	
Norte	19,28		20,54		18,28	
Minho-Lima	15,02		17,46		16,81	
Caminha	14,82		16,98		16,46	
Caminha (Matriz)	12,69		12,88		14,77	
Vila Praia de Âncora	14,55		16,95		15,79	

Tabela 5. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência (INE 2011)

Relativamente ao principal meio de transporte utilizado pelos residentes no concelho, verifica-se que o automóvel é o meio de transporte mais relevante (67,7%). No entanto, no que respeita à freguesia de Caminha (Matriz), verifica-se que o automóvel como meio de transporte verifica um valor (45,6%) muito abaixo da média municipal. Tal é explicado pelo facto de os residentes desta freguesia se deslocarem principalmente a pé, sendo mesmo o meio de transporte mais relevante (46,6%). Em Vila Praia de Âncora, verifica-se também um valor significativo das deslocações a pé (32,6%) face à média do concelho 19,6% e do Norte 16,9%. Verifica-se que os valores municipais da utilização do autocarro ou transporte coletivo da empresa ou da escola é inferior à média do Norte do país e da sub-região Minho-Lima.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Principal meio de transporte; Decenal												
	Período de referência dos dados												
	2011												
	Principal meio de transporte												
	Total	A pé		Automóvel ligeiro - como condutor		Automóvel ligeiro - como passageiro		Autocarro		Transporte coletivo da empresa ou da escola		Comboio	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	5920531	972098	16,4	2589136	43,7	1058089	17,9	698326	11,8	190678	3,2	173129	2,9
Norte	2051031	346919	16,9	893183	43,5	383417	18,7	242825	11,8	84943	4,1	26485	1,3
Minho-Lima	120478	18118	15,0	57178	47,5	22898	19,0	11702	9,7	7297	6,1	942	0,8
Caminha	8219	1611	19,6	3887	47,3	1680	20,4	386	4,7	304	3,7	174	2,1
Caminha (Matriz)	571	266	46,6	178	31,2	82	14,4	20	3,5	8	1,4	12	2,1
Vila Praia de Âncora	2541	829	32,6	1029	40,5	475	18,7	46	1,8	50	2,0	67	2,6

Tabela 6. Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (N.º) por Local de residência (INE 2011)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Poder de compra per capita por Localização geográfica (NUTS - 2013); Bial											
	Período de referência dos dados (1)											
	2013		2011		2009		2007		2005		2004	
Portugal	100		100		100		100		100		100	
Norte	92,03		89,22		87,64		86,24		85,45		83,90	
Alto Minho	80,74		77,57		73,59		71,21		70,72		67,10	
Caminha	82,21		81,83		80,34		77,41		76,86		79,14	

Tabela 7. Poder de compra per capita por Localização geográfica (INE 2013)

Do ponto de vista socioeconómico, verifica-se que o Nível de Poder de Compra no Município de Caminha, apesar de se ter vindo a aproximar da média nacional, ainda se encontra abaixo do verificado na Região Norte.

A nível municipal os setores de atividade mais relevantes são, por ordem decrescente de importância, o comércio por grosso e a retalho com 17,5%, as indústrias transformadoras com 11,4%, a educação com 11,3%, Administração Pública e Defesa, Segurança Social com 8,4%, o alojamento, restauração e similares com 8,2%, atividades de saúde humana e apoio social com 8,2%, a construção civil com 7%, e a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca com 5%.

De referir a importância que as atividades relacionadas com o turismo, nomeadamente o alojamento, restauração e similares e o comércio por grosso e a retalho assumem no concelho e nas freguesias sede das ARU.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Actividade económica (CAE Rev. 3) e Local de trabalho; Decenal																					
	Actividade económica (CAE Rev. 3)																					
	Total		Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Indústrias transformadoras		Construção		Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória		Educação		Actividades administrativas e dos serviços de apoio		Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos		Transporte e armazenagem		Alojamento, restauração e similares		Atividade de saúde humana e apoio social	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	3722 47	8,5	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	43611 87		1333 86	3,1	713367	16,4	1497 24 0	10,0	31463 1	7,2	3767 43	8,6	1900 54	4,4	7532 95 3	17,3	1612 58	3,7	2917 61	6,7	3565 98	8,2
Norte	15018 83		4302 3	2,9	362099	24,1	1322 9 4	14,4	78663	5,2	1282 20	8,5	4909 6	3,3	2618 52 4	17,4	4291 3	2,9	8065 6	5,4	1090 17	7,3
Minho-Lima	91794		3582	3,9	17016	18,5	758 12, 1	12,1	6296	6,9	8174	8,9	2589	2,8	1519 0	16, 5	2239	2,4	5542	6,0	7002	7,6
Caminha	6263		316	5,0	714	11,4	33 7,0	7,0	526	8,4	710 11, 3	11,3	203	3,2	1097 17, 5	17,5	129 2,1	2,1	512	8,2	512	8,2
Caminha (Matriz)	470		22	4,7	47	10,0	184 9,9	9,9	57 12,1	12,1	46 9,8	9,8	14 3,0	3,0	100 21, 3	21,3	7 1,5	1,5	41 8,7	8,7	52 11, 1	11,1
Vila Praia de Âncora	1866		105	5,6	208	11,1	3722 47	8,5	139 7,4	7,4	251 13, 5	13,5	53 2,8	2,8	329 17, 6	17,6	38 2,0	2,0	186 10, 0	10,0	165 8,8	8,8

Tabela 8. População empregada por local de residência (INE 2011)

Territórios		Total			
Âmbito Geográfico	Anos	1960	1981	2001	2011
Portugal		2,4	6,8	6,8	13,2
Norte		2,5	7,4	6,7	14,5
Caminha		3,4	4,7	7,7	13,1

Tabela 9. Taxa de desemprego (INE 2011)

Ao nível da taxa de desemprego, verifica-se que o município apresenta uma taxa inferior (13,1%) ao verificado quer na Região Norte, quer a nível nacional.

Localização geográfica	Edifícios (N.º) por Localização geográfica		
	Período de referência dos dados		
	1991	2001	2011
	N.º	N.º	N.º
Portugal	2861719	3160043	3544389
Norte	978155	1100329	1209911
Minho-Lima	99693	108587	120886
Caminha	6870	8047	9318
Caminha (Matriz)	605	580	612
Vila Praia de Âncora	1535	1750	1964

Tabela 10. N.º de edifícios por localização geográfica (INE 2011)

Nas últimas décadas, verificou-se um crescimento urbano do município, existindo um aumento do parque edificado entre 2001 e 2011 (taxa de crescimento de 15,79%), importando ter em conta que, à semelhança do território nacional, a partir do ano de 2011, se observou uma desaceleração do ritmo da construção, sobretudo devido à crise económica e imobiliária.

1.3. Perspetiva da evolução urbana

1.3.1. ARU do Centro Histórico de Caminha

O concelho de Caminha assume-se como uma área que, pelos seus recursos naturais e localização geográfica, desde sempre potenciou a ocupação humana, desde a Pré-história até à atualidade. Com ocupação documentada desde o sec. VIII a.C., foi um povoado com grande importância, controlando a foz do rio Minho e a desembocadura do rio Coura, desempenhando um papel relevante no contexto civilizacional da região. A título de exemplo, pode-se referir o património castrejo corporizado na Cidade de Âncora e no Castro do Coto da Pena, origem da vila de Caminha, locais onde achados arqueológicos evidenciaram uma significativa atividade de trocas comerciais. O território foi ocupado pelos Romanos a partir de 137 a.C., tendo sido posteriormente invadido pelos povos germânicos a partir do sec. V. A partir dessa altura, as populações fixaram-se na área hoje conhecida como Vilarelho.

Estrategicamente localizado entre dois grandes centros romanos, atualmente Braga e Lugo, tornou-se num importante interposto de navegação e nó rodoviário. Esta importância ter-se-á prolongado durante o domínio dos Suevos a partir do sec. VI. Em 563, o Rei Suevo Teodomiro faz doação de parte dos rendimentos do território ao Bispo de Tui, confirmada em 1125 por D. Afonso Henriques e D. Teresa. Os árabes ocuparam também o território a partir dos anos 700 d.C.

Com os movimentos de reconquista cristã, foram restauradas e construídas fortificações de defesa do rio, com a construção de castelo Abraca, situado na freguesia de Vilarelho. A partir do sec. XII, verificou-se o aumento da população, arroteamento de novos territórios agrícolas e aumento de

produtividade, a reconquista cristã e o retomar das rotas comerciais entre as diversas regiões da Europa, tem como consequência um crescimento urbano que será interrompido pela Peste Negra entre 1348 e 1378.

Ainda hoje é possível reconhecer as características marcadamente medievais do traçado urbano de Caminha. Pela sua importância estratégica nas margens do rio Minho e pelo contexto histórico à data da sua fundação, compreende-se a importância de reerguer as muralhas da vila, por D. Afonso III e D. Dinis, sendo atribuído por este foral em 1284.

No sec. XIII, durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis, assistiu-se ao incremento e fundação de novas povoações, verificando-se a necessidade de se estruturar a malha de povoamento do território, sendo aplicados conceitos de um urbanismo medieval português, cujas principais características do urbanismo medieval português são os traçados geométricos e regulares das ruas, as muralhas ovais, ausência de praça formalmente estruturada, a implantação dos lotes de forma retangular e com a fachada voltada para a rua principal e traseiras ocupadas por logradouros ou construções secundárias, a dimensão uniforme e equitativa dos lotes, a homogeneidade das características das fachadas e a simetria geral. Caminha, fez parte deste processo de reorganização. Possuía uma muralha ovalada, o espaço urbano era dividido por três ruas paralelas no eixo maior e três travessas no eixo menor, dividindo a área urbana por lotes retangulares cujas fachadas mais importantes ficavam voltadas para a Rua do Meio ou Rua Direita, eixo orientador que dividia ao meio o burgo, nela se situando a casa da Câmara e o mercado. Paralela a esta surge a Rua dos Cavaleiros, onde se situava o Palácio do Duque de Caminha. Paralela a esta existia a rua da Ribeira Velha ou do Poço pois lá existiam os poços que abasteciam o burgo.

As muralhas de Caminha, cuja construção foi impulsionada por D. Afonso III e D. Dinis, tinham um perímetro de 1200 m, tinham forma oval, adaptada às características de defesa e do desenvolvimento urbanístico à época e eram porteadas por dez torres menores e três maiores, sendo que a Torre do Relógio ainda existe. Esta torre dá acesso ao núcleo medieval da vila, sob a qual se encontravam as Portas de Viana, que ficavam o enfiamento da via que ligava Caminha a Viana do Castelo.

A Era Moderna – Séculos XV a XVIII

Época de grandes transformações sociais e económicas, com o desenvolvimento da expansão marítima portuguesa, que tiveram profundas implicações ao nível do urbanismo das cidades e vilas portuguesas com um amplo movimento de renovação, marcado por uma nova mentalidade e atitude face ao espaço público, que passava a dar importância acrescida à estética, funcionalidade, segurança, salubridade, e pela reforma da administração pública (construção de novos edifícios para exercício do poder), patentes nos ideais renascentistas sobre a arquitetura das cidades.

Pela sua localização, Caminha encontrava-se na rota dos navios mercantes, que leva ao incremento do comércio, aumento da população e consequente impossibilidade de as muralhas medievais conterem o povoado. Este desenvolvimento levou à construção do edifício câmara, tribunal e cadeia,

na Rua Direita, a nova igreja matriz e hospital da Misericórdia. Em 1512, D. Manuel I atribuiu novo foral.

Assim, as casas ocupam o terreiro anexo às portas de Viana, abrem-se novas passagens na muralha (ex. Porta Nova). Nasce as ruas da Misericórdia, da Corredoura e do Vau, confluindo para a Praça Central, entretanto criada. As casas do interior do casco medieval vão sofrer importantes alterações, crescendo em altura, e alterando significativamente as suas fachadas. As casas dos mercadores e artesãos estavam distribuídas pelas três ruas principais: do Meio, do Poço e da Ribeira, sendo cortadas por vielas onde moravam os habitantes mais humildes. O surgimento da burguesia e nobreza enriquecida pela expansão ultramarina, origina um novo tipo de casa solarenga, localizada sobretudo na Rua do Meio (Direita), e fora da muralha em direção ao Terreiro (ex. Casa dos Pittas). O Terreiro, a nova praça urbana, e Rua do Vau foram locais privilegiados para a instalação de casas nobres no sec. XVII e XVIII, localizando-se aí as melhores casas da vila, comprovando a alteração do centralismo da Vila de Caminha. Também alterações verificadas nos locais de culto foram responsáveis por alterações na morfologia urbana de Caminha. A construção da Igreja Matriz (Monumento Nacional), cujo lançamento da primeira pedra ocorreu em 1428, levou à demolição de várias casas medievais. A Igreja da Misericórdia, foi erigida fora das muralhas medievais. As obras do Hospital da Misericórdia iniciaram-se em 1551. Para além destes edifícios religiosos, há que destacar ainda, durante o sec. XV e XVI, a Capela de S. Sebastião e deslocada a Capela de S. João.

No entanto, a intervenção que mais vai alterar a imagem da Vila de Caminha e que lhe dará a estrutura atual é a construção das novas linhas de muralhas, durante os reinados de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, para defesa contra os espanhóis e piratas, dado que as muralhas medievais já não defendiam convenientemente a vila fruto da expansão urbana verificada e das novas táticas militares. Foram demolidas as torres da muralha medieval até à altura dos muros (exceto Torre do Relógio e Torre da Piedade). Foi definida uma segunda linha de muralhas, a partir da Porta do Cais, que protegia a vila pelo lado do rio Coura e leste. Daí a muralha seguia para Sul até à Rua da Corredoura e depois até ao Convento de Santo António. De seguida a muralha as Portas de Viana, com acesso à rua da Misericórdia, descendo de seguida até ao rio Minho. A partir das Portas de Viana a muralha segue para sul, ao longo da praia, virando depois para este para a Porta do Cabo, seguindo depois em direção ao Convento de Santo António.

Caminha nos séculos XIX e XX

A partir do sec. XIX Caminha transpõe a segunda cintura de muralhas. A muralha medieval foi desaparecendo, surgindo novas vias que foram ligando os espaços antigos da vila com os mais recentemente criados. Hoje em dia, resta a Torre do Relógio, o arco da muralha na Travessa do Tribunal e o pano da muralha daí em direção à Igreja Matriz. Da muralha encomendada por D. João IV pouco resta, absorvida pelo desenvolvimento urbanístico. Foram demolidas as Portas de Viana e do Cais, em 1868, cujos materiais serviram para a construção da ponte sobre o rio Coura. Foram, no sec. XIX, ainda ordenadas, pela Câmara Municipal, as demolições da Torre da Piedade, as Portas da Corredoura e o Arco da Botica.



Nos finais do sec. XIX, vão surgir novos equipamentos sociais e tecnológicos que introduzirão profundas alterações ao tecido urbano da Vila de Caminha.

Em 1878 foi inaugurado o troço de caminho-de-ferro, que originou a perda de importância do porto de mar, que levou à abertura da rua da Estação e ao aparecimento de ruas mais retilíneas e mais largas.

Já no sec. XX, surgem as estradas de macadame a ligar Caminha ao resto do país, implicando uma nova organização do espaço, para articulação entre o tráfego rodoviário e ferroviário. A rua do Vau transforma-se na estrada real que liga a Tui, o que leva à construção sobre o rio Coura em 1844. Em 1920 a ponte foi incendiada, sendo a nova ponte terminada em 1930. Nos anos 30 e 40 verificou-se o alcatroamento de algumas ruas e estradas, assim como a construção de novos largos (Largo do Hospital).

É desviada a estrada real para fora do perímetro urbano, através da execução do projeto da marginal terminado em 1964. O desvio deste trânsito permitiu construir novos espaços e equipamentos no centro da vila, como espaços ajardinados, requalificação de jardins e outros espaços verdes e beneficiações diversas ao espaço público, de que é exemplo a pedonalização exclusiva da rua 16 de Setembro. As intervenções mais recentes visam contribuir para uma melhoria progressiva da qualidade de vida dos habitantes e potenciar a procura turística.

O processo de desertificação que se vem acentuando na área Centro Histórico de Caminha, a par da degradação subsequente, a sua importância como marca identitária, a identificação de casos avulsos de reabilitação que beneficiarão deste enquadramento, a existência de estudos que permitem um diagnóstico e facilitam a identificação das ações prioritárias a promover e a oportunidade de fazer aqui convergir financiamentos públicos e privados, levaram a Câmara de Caminha a considerar a oportunidade de delimitação deste território como Área de Reabilitação Urbana (ARU).

A par do seu valor como testemunho notável de vivências ou factos históricos, valor estético, técnico e ou material intrínseco, conceção arquitetónica, urbanística e paisagística, extensão e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva e importância do ponto de vista da investigação histórica e arqueológica, - que justificaram a classificação - salienta-se o facto de se tratar de um tecido urbano em franca degradação, indiciada pela inadequação funcional, estado de conservação e ruína de um número assinalável de imóveis, significativos casos de edifícios devolutos e relevante obsolescência infraestrutural. Por outro lado, a caracterização socio demográfica e as ações prioritárias identificadas no âmbito do Plano Gerontológico, convergem para a conveniência de Delimitação de uma ARU que desencadeie e facilite um processo integrado de reabilitação.

Apresenta, de um modo geral, problemas relacionados com a degradação física do edificado, desencadeada, em grande medida, pela desertificação anteriormente referida. A ausência de ações de conservação, a desadequação das tipologias habitacionais e dos níveis de conforto que oferecem (abandono evidente das habitações por falta de condições) e a fragilidade económica que impede, a mobilização dos particulares para intervenções de reabilitação, precipitaram a degradação.

Para a área em causa foram já elaborados alguns estudos (no âmbito do Gabinete Técnico Local, e posteriores a este enquadramento) para a requalificação quer do espaço público quer do edificado, que, ainda que possam exigir atualização, documentam um estado de maturidade do diagnóstico que acentua a oportunidade desta ARU.

Assinalam-se ainda, nesta área, imóveis municipais já reabilitados (Torre do Relógio, Edifício dos Paços do Concelho, Teatro Valadares) e em processo de reabilitação (Biblioteca Municipal) circunstância da qual resultará um enquadramento favorável pela diversidade funcional e capacidade de indução de reabilitação global.

Também há a assinalar, da iniciativa dos privados, alguns sinais de regeneração, ao nível das edificações fruto do expediente de alguns empresários que, em sentido contrário ao ciclo económico, vão demonstrando iniciativa e empreendedorismo. Neste contexto releva-se a reabilitação e ampliação de um edifício na Praça Conselheiro Silva Torres, adaptado a uma unidade hoteleira de dimensão relevante para o concelho e intervenções pontuais em outros edifícios que viabilizaram a (re)abertura de espaços comerciais com novas funcionalidades e imagem apelativas.

1.3.2. ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora)

A ARU da Sandia localiza-se na Freguesia de Vila Praia de Âncora. Vila Praia de Âncora, faz parte do concelho de Caminha e pertence ao Vale do Âncora, tendo aí os seus limites estabelecidos na seguinte ordem: a Norte, a Freguesia de Moledo; a Nascente, a Freguesia de Vile; a Sul, o rio Âncora e a Freguesia de Âncora e a Poente o Oceano Atlântico.

Cerca de nove quilómetros a separam da vila de Caminha. Valença está a aproximadamente trinta km, e Viana do Castelo, encontra-se sensivelmente a treze km.

Em 1991, ainda 15,2% dos residentes ativos se ocupavam da agricultura, contra 31,2% que se empregavam na indústria e já 53,6% no terciário. A tendência para uma evolução rápida e positiva do terciário, assenta fundamentalmente no ramo do turismo e no equilibrado aproveitamento do mar, do rio e do campo ainda rural que rodeia a vila. Esta zona rural, onde, segundo a opinião dos responsáveis da Junta de Freguesia, ainda trabalham alguns dos habitantes, a maioria como complemento e não como atividade principal, espraia-se desde o Monte do Calvário, pelo lugar da Rocha com todo o seu tipicismo rural e artesanal, até ao lugar do Chão da Lameira com hortas e vinhedos e a Vile, Varais e Bulhente, já nas encostas da Serra de Arga.

No sector da educação existem estabelecimentos de ensino pré-primário, básico e secundário.

Ao nível da saúde, a proximidade com o Hospital Distrital de Viana (Santa Luzia) coloca a freguesia numa situação. Em Vila Praia de Âncora existem já instalações locais modernas de análises e diagnósticos.

Quanto a apoios sociais, Vila Praia de Âncora dispõe de apoio à infância, à terceira idade e ao emprego.

A capacidade hoteleira é significativa e um dos pilares do desenvolvimento turístico. Desde as praias fluviais e atlânticas, neste caso com destaque para a dita Praia das Crianças, até as margens do rio

Âncora, à gastronomia regional, ao magnífico panorama visto do Monte do Calvário, até ao património edificado, em que sobressai a Matriz, o Forte da Lagarteira, as Capelas de Nossa Senhora da Bonança, de S. Brás, do Divino Salvador, de S. Sebastião, etc.

Historicamente, esta freguesia já aparece mencionada em documentação do séc. X, então com a denominação de Gontinhães. Era uma paróquia com igreja e que estava organizada muito provavelmente segundo a fórmula ancestral de Villa rústica, à qual pertencia o sítio chamado da Lagarteira.

Esta paróquia de Santa Marinha de Gontinhães atravessou mais de 1000 anos de história local e de tal forma a denominação se enraizou, que ainda é usual na região, tal como ainda há quem chame de Gontinhães a Vila Praia de Âncora, até porque, na verdade só em 1924, a secular Gontinhães se transmutou em Vila Praia de Âncora.

Toda a região é rica em vestígios arqueológicos, quer do Neolítico, quer da cultura Castreja (Idade do Ferro), mas o vale do Âncora tem atraído a especial atenção dos arqueólogos. O rio nasce na Serra de Arga e após 15 km chega ao mar num sítio a 7 km, a sul da foz do rio Minho. No sítio chamado Lapa dos Mouros, pode ver-se aquele que é provavelmente o Dólmen mais notável da pré-história em Portugal (o Dólmen da Barrosa).

Nos finais do século passado, Martins Sarmiento deu a conhecer uma povoação castreja, hoje conhecida por Cidade de Âncora. Trata-se dum monte, estrategicamente situado para cumprir missões defensivas entre o mar e uma ampla área circundante, habitada pelo menos até ao séc. I d.C.

Os romanos terão aqui instalado um entreposto mineiro para recolha dos metais que exploravam nas minas de Ribô, Orbacém e Gondar. Talvez por ter existido aí um entreposto com cais de embarque, se tenha gerado a ideia de que os romanos teriam batizado o sítio com o nome de âncora, por aqui desembarcarem as suas tropas e aqui embarcarem o minério. Quando a paróquia foi formada, ainda o sítio onde hoje se localiza Vila Praia de Âncora seria completamente desabitado, principalmente por ser um sítio aberto e exposto aos constantes ataques dos piratas normandos. Argote refere que aqui terá existido um fortim para vigilância e aviso. Por isso a paróquia inicial se fundou na “Villa” de Guntillares (dum tal Guntila) mais no interior e mais resguardada. Esta “Villa” teria resultado duma ação de presúria efetuada pelo Conde Paio Vermudes, aquando do repovoamento desta faixa do litoral até ao Lima (séc. IX) ou por um seu vassalo que se chamaria Guntila. O mesmo que terá povoado Bulhente. O topónimo já está documentado nos finais do séc. IX, altura em que parte das terras da Vila foram doadas ao Mosteiro de São Salvador da Torre. Data de então a primeira igreja consagrada como era usual, a Santa Marinha. Os tempos posteriores foram marcados pelas incursões muçulmanas e a foz do Âncora seria um dos sítios mais perigosos de toda a costa norte. Era um ancoradouro que dava para um vale rico e fértil, por isso muito cobiçado e também frequentemente assaltado. Daí que uma outra Villa, a de Saboriz, provavelmente fundada no sítio atual de Vila Praia de Âncora, tenha tido uma vida precária, embora a documentação a relacione com uma Venda Velha ou com uma Pousada necessária para esta zona de muita passagem (séc. X) entre Braga e Tui.

Na lista das igrejas de Entre Lima e Minho pertencentes ao bispado de Tui, elaborada por ocasião das Inquirições de D. Afonso III, em 1258, é citada a igreja de "Guntianes". As Inquirições referem também São Salvador de Bulhente, que hoje é apenas um lugar de Vila Praia de Âncora. Nessa época, porém, possuía igreja própria, sendo o seu abade apresentado pelos moradores.

A Igreja Paroquial, Forte do Lagarteiro, capelas da Sra. Das Necessidades (Sra. Bonança), de S. Brás, de S. Sebastião e do Divino Salvador, Gruta de N. S. de Lourdes, Ponte de Abadim e vários cruzeiros, são patrimónios existentes da freguesia de Vila Praia de Âncora.

A área urbana estende-se para as zonas de Sandia e da Vista Alegre e para a zona industrial da Póvoa e também para os lados da antiga Sobreira onde se localizam as escolas, o centro de saúde e a maioria dos serviços públicos.

Em 1924, por força da Lei 1616, de 5 de julho, passou a denominar-se Vila Praia de Âncora.

1.4. Caraterização sociofuncional do espaço a intervir

Conforme foi referido anteriormente, o PARU do Município de Caminha irá focar-se nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) definidas no Concelho à data da candidatura, designadamente a ARU da Vila de Caminha e a ARU da Vila de Sandia, cuja caraterização sociofuncional do espaço a intervir é apresentada separadamente nos pontos seguintes.

Numa época de mudança acelerada e num território num contexto de perda populacional as dinâmicas sociais e económicas ganham um especial destaque. Hoje em dia, os territórios de baixa densidade estão fortemente pressionados pelos problemas do envelhecimento, do isolamento e da falta de emprego. Nesse sentido, os processos de reforço da coesão territorial e da justiça social passam pela promoção da qualidade de vida e do bem-estar nas centralidades urbanas, nomeadamente nas áreas históricas e mais antigas. Processos de reabilitação inclusivos socialmente que promovam a atratividade residencial e económica das áreas urbanas centrais parece ser um claro contributo para o reforço da justiça social.

Indicadores Sociodemográficos (Censos 2011)	Aru de Caminha		Freguesia de Caminha		Aru da Sandia		Freguesia de Vila Praia de Âncora		Concelho		Portugal	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Área em hectares (% relativa à área do concelho)	10,37	0,1	673,7	4,9	19,01	0,1	837,3	6,1	13652,1	100,0		
Total de edifícios clássicos	195	100	612	100,0	200	100	1964	100,0	8532	100,0	3544389	100
Construídos até 1991 (25 e mais anos)	160	82,1	527	86,1	122	61,0	1407	71,6	5107	59,9	2475913	69,9
Alojamentos familiares clássicos	284	100	1239	100,0	337	100	4692	100,0	13886	100,0	5859540	100
Alojamentos familiares não clássicos	0	0	1	0,1	0	0	0	0,0	6	0,0	6612	0,1
Alojamentos clássicos vagos	67	23,6	170	13,7	16	4,7	200	4,3	934	6,7	735128	12,5
Alojamentos clássicos de uso sazonal	106	37,3	535	43,2	195	57,9	2625	55,9	6774	48,8	1133300	19,3
Alojamentos clássicos de residência habitual	111	39,1	534	43,1	126	37,4	1867	39,8	6178	44,5	3991112	68,1
População residente (% relativa ao total do concelho)	259	1,6	1346	8,1	348	2,1	4820	28,9	16684	100,0	10562178	
Densidade populacional (hab./km2)	2497,6		199,8		1830,6		575,7		122,2		114,5	
População residente (0-14 anos)	28	10,8	112	8,3	42	12,1	600	12,4	2034	12,2	1572329	14,9
População residente (15-19 anos)	9	3,5	60	4,5	17	4,9	277	5,7	870	5,2	565250	5,4
População residente (20-24 anos)	7	2,7	54	4,0	19	5,5	326	6,8	947	5,7	582065	5,5
População residente (25-64 anos)	125	48,3	670	49,8	207	59,5	2599	53,9	8887	53,3	5832470	55,2
População residente (65 e mais anos)	90	34,7	450	33,4	63	18,1	1018	21,1	3946	23,7	2010064	19
Índice de dependência de jovens (pop 0-14 / pop 15-64)		19,9		14,3		17,3		18,7		19,0		22,5
Índice de dependência de idosos (pop +65 / pop 15-64)		63,8		57,4		25,9		31,8		36,9		28,8
Índice de dependência total		83,7		71,7		43,2		50,5		55,9		51,3
Índice de envelhecimento		321,4		401,8		150		169,7		194,0		127,8
Taxa de analfabetismo (Pop. res. não sabe ler nem escrever)	8	3,7	65	5,5	6	1,8	154	3,3	670	10,1	499936	5,2

População residente com o 1º ciclo completo	86	39,6	411	36,9	104	34,8	1303	32,3	4705	34,3	2688308	25,5
População residente com o 2º ciclo completo	37	17,1	197	17,7	49	16,4	643	15,9	2188	16,0	1412580	13,4
População residente com o 3º ciclo completo	37	17,1	228	20,4	61	20,4	870	21,6	2772	20,2	1716970	16,3
População residente com o ensino secundário completo	35	16,1	173	15,5	49	16,4	691	17,1	2284	16,7	1411801	13,4
População residente com o ensino pós-secundário completo	1	0,5	9	0,8	7	2,3	52	1,3	134	1,0	88023	0,8
População residente com o ensino superior completo	21	9,7	97	8,7	29	9,7	474	11,8	1630	11,9	1244742	11,8
População em idade ativa (pop. com 15 e mais anos)	231	89,2	1234	91,7	306	87,9	4220	87,6	14650	87,8	8989849	85,1
População sem atividade económica (pop com 15 e mais anos)	128	55,4	666	54,0	145	47,4	2097	49,7	7441	50,8	3966482	44,1
População ativa (% da população em idade ativa)	103	44,6	568	46,0	161	52,6	2123	50,3	7209	49,2	5023367	55,9
População empregada	86	83,5	470	82,7	150	93,2	1866	87,9	6263	86,9	4361187	86,8
População empregada no setor primário	2	2,3	22	4,7	9	6,0	105	5,6	316	5,0	133386	3,1
População empregado no setor secundário	14	16,3	83	17,7	43	28,7	428	22,9	1561	24,9	1154709	26,5
População empregada no setor terciário	70	81,4	365	77,7	98	65,3	1333	71,4	4386	70,0	3073092	70,5
População desempregada / Taxa de desemprego	24	23,3	98	17,3	19	11,8	257	12,1	946	13,1	662180	13,2
População residente desempregada à procura de novo emprego	16	66,7	77	78,6	17	89,4 7	216	84,0	765	80,9	539870	81,5
População residente desempregada à procura de 1º emprego	8	33,3	21	21,4	2	10,5 3	41	16,0	181	19,1	122310	18,5
População residente pensionista/reforma da (% relativa a pop com 65 e mais anos)	132	146, 7	471	104, 7	166	263, 5	1164	114, 3	4443	112, 6	2339094	116, 4
Outros inativos	0	0,0	195	29,3	0	0,0	933	44,5	2998	40,3	1627388	41

Tabela 11. Indicadores socio-económicos (INE 2011)

1.4.1. ARU do Centro Histórico de Caminha

Nos 10,37 hectares da ARU do Centro Histórico de Caminha residem aproximadamente 259 habitantes, correspondes a 1,6% da população residente no concelho, demonstrando uma elevada concentração dentro do perímetro urbano, a que corresponde uma densidade populacional superior a 2497,6 habitantes/km².

Em termos de emprego, o perfil de atividades é dominado pelo sector terciário, sobretudo no comércio, nos serviços pessoais e no sector público. Em termos de atividades económicas é fundamental a diversificação a oferta em torno da valorização dos recursos endógenos, no desenvolvimento de uma oferta turística que promova um maior relacionamento urbano-rural e que se concebam soluções residenciais diferenciadoras.

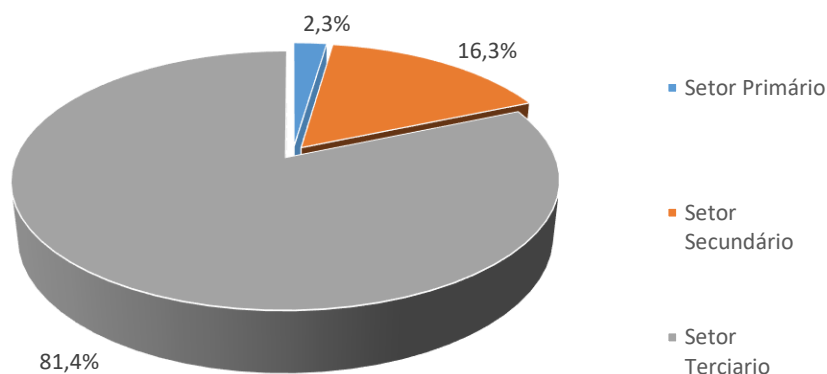


Figura 2. População empregada da ARU do Centro Histórico de Caminha por setor de atividade (INE 2011)

No que se refere ao nível de escolaridade da população residente da ARU do Centro Histórico de Caminha, apresenta uma taxa de analfabetismo de 3,6%. Por outro lado, cerca de 25% dos residentes têm pelo menos 12 anos de escolaridade completa, dos quais 9,4% terminaram o ensino superior.

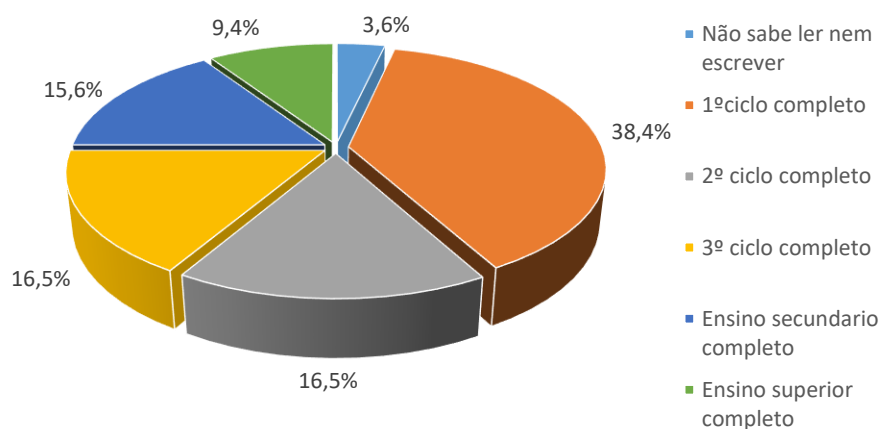


Figura 3. Nível de escolaridade da população da ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

A população da área em questão apresenta um índice de envelhecimento superior ao do concelho e inferior ao da freguesia de Caminha - Matriz, (321,4 na ARU, 401,8 na freguesia e 194 no concelho), sendo, nos últimos anos, notória a tendência de envelhecimento da estrutura etária da população residente.

Ao nível do emprego, a ARU do Centro Histórico de Caminha apresenta valores muito superiores (23,3%) face ao verificado a nível do município (13,1%). Ainda de notar que, na ARU, a população reformada (132 habitantes) é superior à população ativa (103 habitantes).

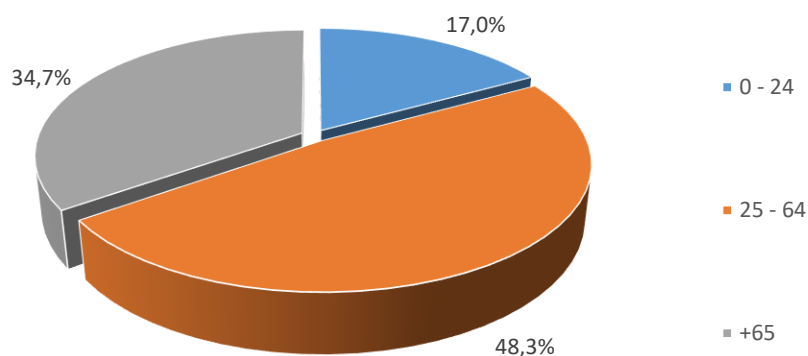


Figura 4. Tipologia da população residente, por estrutura etária, na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

A área concentra diferentes equipamentos estruturantes da cidade, que contribuem para dinamizar algumas atividades e vivências da população, podendo destacar-se os seguintes:

Principais equipamentos localizados na ARU do Centro Histórico de Caminha	
<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal • Repartição das Finanças • Biblioteca Municipal • Edifício dos Paços do Concelho • Estação dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> • Junta de Freguesia da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho • Santa Casa da Misericórdia • Posto de Turismo • Capitania do Porto de Caminha

Tabela 12. Principais equipamentos localizados na ARU do Centro Histórico de Caminha

Os equipamentos anteriormente referidos têm vindo a desempenhar no funcionamento do centro do concelho, o papel de organizar e estabilizar o desenho e a forma do espaço urbano, e de contribuir na sua plenitude para o equilíbrio do funcionamento equilibrado da cidade.

É de realçar que a vila de Caminha concentra um conjunto significativo de edifícios e elementos patrimoniais, facto justificável pela génese antiga do aglomerado urbano. Mesmo assim, é possível identificar dentro da ARU valores patrimoniais cuja preservação e dinamização deverá ser considerada no âmbito dos trabalhos em questão:

Elementos patrimoniais relevantes na ARU do Centro Histórico de Caminha	
<ul style="list-style-type: none"> • Igreja da Misericórdia de Caminha • Torre do Relógio 	<ul style="list-style-type: none"> • Igreja Matriz de Caminha • Edifício dos Paços do Concelho • Capela de S. João

Tabela 13. Elementos patrimoniais relevantes na ARU do Centro Histórico de Caminha

Ainda no que concerne ao património construído, distingue-se o centro histórico, que esteve na génese no núcleo urbano de Caminha e onde persistem exemplares de arquitetura tradicional. Destaca-se do património histórico-cultural o aglomerado típico, que se desenvolve rodeado pela foz do rio Coura e o rio Minho.

Neste conjunto urbano, apesar da existência de intervenções recentes ao nível do espaço público, persistem alguns casos com sinais de alguma degradação. É importante referir que tendo em conta a centralidade e nobreza de alguns espaços públicos, nomeadamente a Praça Conselheiro Silva Torres, é importante pensar uma intervenção de reordenação e qualificação destas áreas, uma vez que o estacionamento automóvel tem muito peso na qualidade urbana e paisagística.

Os espaços públicos e os edifícios de utilização coletiva marcam a estrutura urbana da vila de Caminha e da área delimitada pela ARU. Assim, este subsistema juntamente com a funcionalidade atribuída ao comércio, aos serviços e a restauração promovem uma serie de percursos, definindo eixos estruturantes para a estratégia de reabilitação urbana. A isto juntam-se os valores patrimoniais classificados que foram sendo objeto de ações de valorização urbanística pela Câmara Municipal de Caminha. Em algumas áreas intervencionadas mais recentemente foram valorizadas zonas pedonais, no entanto algumas artérias e espaços públicos ainda precisam de ser requalificados ao nível dos pavimentos e mobiliário urbano.

Nota-se que, na sua maioria, os percursos pedonais existentes limitam-se a acompanhar os eixos viários, por vezes com falta de condições de conforto e acessibilidade para peões. Deste modo, é possível constatar que pode ser implementada uma verdadeira rede pedonal, com percursos de ligação entre os principais espaços públicos e equipamentos.

Por conseguinte, importa definir uma **rede pedonal contínua**, com os níveis de acessibilidade, conforto e segurança adequados a todos os tipos de peões. Foram assim identificados e caracterizados os principais pontos críticos, que apresentam insuficiências ou de desqualificação urbana que justificam a integração em ARU para efeitos de desenvolvimento operações de reabilitação urbana, tais como:

- Intervenção na rua de São João

- Intervenção nas ruas Ricardo Joaquim de Sousa (Rua Direita) e Travessa do Tribunal
- Intervenção no largo do turismo (Rua Direita com a Travessa do Tribunal)
- Intervenção na Praça Calouste Gulbenkian e largo Dr. Luís Fetal Carneiro
- Intervenção na Praça de Espanha

Apesar de alguma valorização do espaço público, não se sente que o processo tenha contagiado a reabilitação do edificado, sendo a delimitação da ARU uma oportunidade para as entidades públicas e privadas integrarem um processo global de reabilitação urbana.

Note-se que a documentação de suporte à delimitação da ARU deu particular enfoque análise das características socio-funcionais do território, tendo sido considerados critérios relacionados com a sua estrutura urbana, as suas características morfológicas e com a existência de dinâmicas próprias, que pudessem influir na intensidade e velocidade do processo de reabilitação. Assim, ao nível de intervenções no edificado podem, neste caso, ser evidenciados:

- Reconstrução da casa Sidónio Pais
- Recuperação da antiga "Albergaria"
- Recuperação do edifício da Santa Casa Misericórdia (Dr. Luis Fetal Carneiro)
- Intervenção edifício das antigas instalações do posto de turismo (Largo do Turismo)
- Recuperação da antiga pensão "João Ratão", no Largo do Turismo
- Intervenção geral em fachadas e telhados de edifícios privados

De uma forma abrangente, a ARU integra também as áreas adjacentes a estes pontos que apresentam relações físicas e funcionais e/ou aquelas que, por razões estratégicas e pelas suas condições locativas, urbanísticas, patrimoniais e socioeconómicas, pudessem contribuir decisivamente para o processo de reabilitação, conferindo maior massa crítica à intervenção e, por essa via, melhores condições que viabilizem o seu sucesso. Neste caso, evidencia-se todo o núcleo central da cidade que concentra grande parte da atividade e do dinamismo comercial de Caminha. No sentido contrário, evitou-se a integração de áreas descontínuas e heterogéneas, ou que, por encerrarem lógicas urbanas distintas, poderiam contribuir para alguma desfocagem do objeto central de intervenção e, com isso, prejudicar a eficácia na obtenção dos resultados pretendidos.

Deste modo, atendendo à dimensão diversificada das problemáticas e dos desafios expostos, os processos de reabilitação e de regeneração urbana a despoletar em Caminha mostram-se de carácter complexo e heterogéneo. É fundamental que à reabilitação física do edificado se possam aliar, de forma integrada, objetivos de carácter ambiental, social e económico que garantam a sustentabilidade dos processos lançados.

É precisamente no alinhamento desta constatação que o se enquadram as iniciativas integradas na presente candidatura, se pretende lançar as bases para intervir de forma integrada na reabilitação da ARU do Centro Histórico de Caminha, procurando promover melhores condições urbanas e ambientais e gerar um território com uma identidade reforçada, mais coeso e apto a atrair as oportunidades que dinamizem o seu tecido económico e social.

		Nº	%
	Total de População Residente	259	100
Estrutura etária	0 aos 24 anos	44	17,0
	25 aos 64 anos	125	48,3
	65 ou mais anos	90	34,7
Nível de escolaridade	Não sabe ler nem escrever	8	3,6
	1º ciclo	86	38,4
	2º ciclo	37	16,5
	3º ciclo	37	16,5
	Ensino Secundário	35	15,6
	Ensino Superior	21	9,4
Atividade económica	Total de População Residente Empregada	86	37,2
	Setor Primário	2	2,3
	Setor Secundário	14	16,3
	Setor Terciário	70	81,4
Estrutura social	Reformados por População total	88	34,0
	Desempregados por População Ativa	17	11,9

Tabela 14. Indicadores sociais ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

1.4.2.ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora)

Com uma dimensão de 19,01 hectares, a ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora) engloba um total de 348 habitantes, representando cerca de 2,1 % da população total do concelho e com uma densidade populacional de 1830 habitantes/km².

A ARU da Sandia apresenta um índice de envelhecimento acentuado, com cerca de 150 idosos por cada 100 jovens, no entanto, bastante inferior, comparativamente ao do concelho que apresenta o valor de 194. Os habitantes encontram-se distribuídos por um total de 200 edifícios e 337 alojamentos.

Ao contrário do sucede com a sede do concelho, que se destaca pela perda de população, a freguesia na qual se enquadra a ARU, Vila Praia de Ancora, tem vindo a ganhar população. Em termos de emprego, o perfil de atividades é dominado pelo sector terciário com 65,3%, sobretudo no comércio. Em termos de atividades económicas é fundamental a diversificação a oferta em torno da valorização dos recursos turísticos.

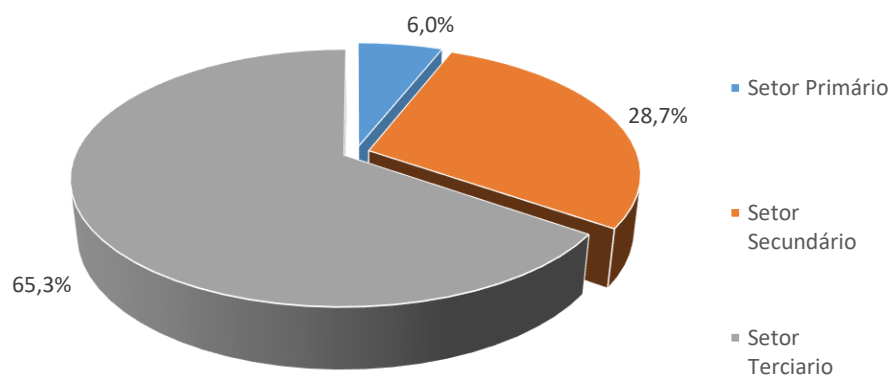


Figura 5. População empregada da ARU da Sandia por setor de atividade (INE 2011)

No que se refere ao nível de escolaridade da população residente da ARU do Centro Histórico de Caminha, apresenta uma taxa de analfabetismo de 2%. Por outro lado, cerca de 26,1% dos residentes têm pelo menos 12 anos de escolaridade completa, dos quais 9,7% terminaram o ensino superior.

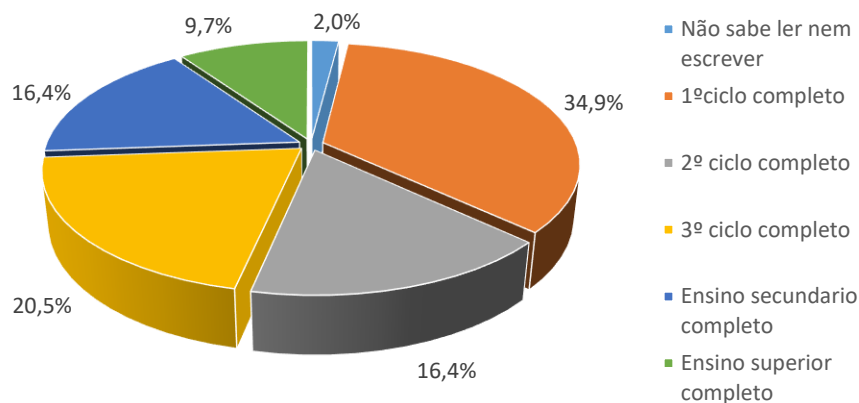


Figura 6. Nível de escolaridade da população da ARU da Sandia (INE 2011)

A ARU da Sandia apresenta um índice de envelhecimento acentuado, com cerca de 150 idosos por cada 100 jovens, no entanto, bastante inferior, comparativamente ao do concelho que apresenta o valor de 194. Os habitantes encontram-se distribuídos por um total de 200 edifícios e 337 alojamentos.

Ao nível do emprego, a ARU do Centro Histórico de Caminha apresenta valores muito superiores (23,3%) face ao verificado a nível do município (13,1%). Ainda de notar que, na ARU, a população reformada (132 habitantes) é superior à população ativa (103 habitantes).

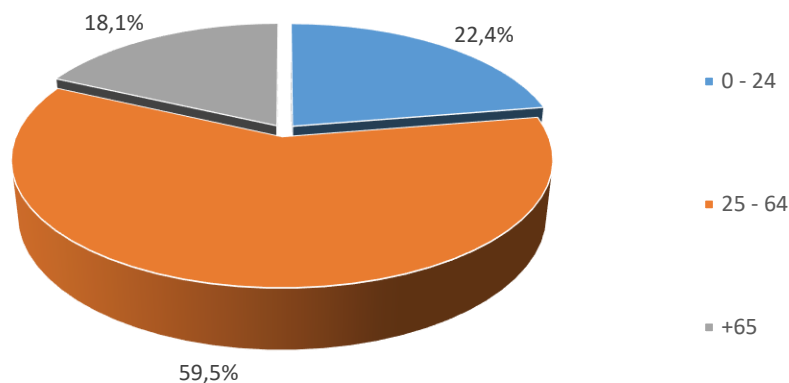


Figura 7. Tipologia da população residente, por estrutura etária, na ARU da Sandia (INE 2011)

Ao nível do emprego, a ARU da Sandia apresenta valores inferiores (11,8%) aos verificados a nível do município (11,8%). Ainda de notar que, na ARU, a população reformada (166 habitantes) é ligeiramente superior à população ativa (161 habitantes).

Os equipamentos anteriormente referidos têm vindo a desempenhar no funcionamento do centro do concelho, o papel de organizar e estabilizar o desenho e a forma do espaço urbano, e de contribuir na sua plenitude para o equilíbrio do funcionamento equilibrado da cidade.

Neste conjunto urbano, persistem alguns casos com sinais de alguma degradação.

Os espaços públicos e os edifícios de utilização coletiva marcam a estrutura urbana da vila de Caminha e da área delimitada pela ARU. Assim, este subsistema juntamente com a funcionalidade atribuída ao comércio, aos serviços e a restauração promovem uma série de percursos, definindo eixos estruturantes para a estratégia de reabilitação urbana. A isto juntam-se os valores patrimoniais classificados que foram sendo objeto de ações de valorização urbanística pela Câmara Municipal de Caminha. Em algumas áreas intervencionadas mais recentemente foram valorizadas zonas pedonais, no entanto algumas artérias e espaços públicos ainda precisam de ser requalificados ao nível dos pavimentos e mobiliário urbano.

Nota-se que, na sua maioria, os percursos pedonais existentes limitam-se a acompanhar os eixos viários, por vezes com falta de condições de conforto e acessibilidade para peões. Deste modo, é possível constatar que pode ser implementada uma verdadeira rede pedonal, com percursos de ligação entre os principais espaços públicos e equipamentos.

Por conseguinte, importa definir uma **rede pedonal contínua**, com os níveis de acessibilidade, conforto e segurança adequados a todos os tipos de peões. Foram assim identificados e caracterizados os principais pontos críticos, que apresentam insuficiências ou sinais de degradação ou de desqualificação urbana que justificam a integração em ARU para efeitos de desenvolvimento operações de reabilitação urbana, tais como:

- Reabilitar de forma genérica a rede viária e espaço público
- Melhorar a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida

Note-se que a documentação de suporte à delimitação da ARU deu particular enfoque análise das características socio-funcionais do território, tendo sido considerados critérios relacionados com a sua estrutura urbana, as suas características morfológicas e com a existência de dinâmicas próprias, que pudessem influir na intensidade e velocidade do processo de reabilitação. Assim, ao nível de intervenções no edificado privado podem, neste caso, ser evidenciados:

- Necessidade de intervenção geral em fachadas e telhados de edifícios privados

De uma forma abrangente, a ARU integra também as áreas adjacentes a estes pontos que apresentam relações físicas e funcionais e/ou aquelas que, por razões estratégicas e pelas suas condições locativas, urbanísticas, patrimoniais e socioeconómicas, pudessem contribuir decisivamente para o processo de reabilitação, conferindo maior massa crítica à intervenção e, por essa via, melhores condições que viabilizem o seu sucesso.

Deste modo, atendendo à dimensão diversificada das problemáticas e dos desafios expostos, os processos de reabilitação e de regeneração urbana a despoletar mostram-se de carácter heterogéneo. É fundamental que à reabilitação física do edificado se possam aliar, de forma integrada, objetivos de carácter ambiental, social e económico que garantam a sustentabilidade dos processos lançados.

É precisamente no alinhamento desta constatação que o se enquadram as iniciativas integradas na presente candidatura, se pretende lançar as bases para intervir de forma integrada na reabilitação da ARU da Sandia, procurando promover melhores condições urbanas e ambientais e gerar um território com uma identidade reforçada, mais coeso e apto a atrair as oportunidades que dinamizem o seu tecido económico e social.

		Nº	%
	Total de População Residente	348	100
Estrutura etária	0 aos 24 anos	78	22,4
	25 aos 64 anos	207	55,9
	65 ou mais anos	63	18,1
Nível de escolaridade	Não sabe ler nem escrever	6	2,0
	1º ciclo	104	34,9
	2º ciclo	49	16,4
	3º ciclo	61	20,5
	Ensino Secundário	49	16,4
	Ensino Superior	29	9,7
Atividade económica	Total de População Residente Empregada	150	48,9
	Setor Primário	9	6,0
	Setor Secundário	43	28,7
	Setor Terciário	98	65,3
Estrutura social	Reformados por População total	122	35,1
	Desempregados por População Ativa	12	3,9

Tabela 15. Indicadores sociais ARU da Sandia (INE 2011)

1.5. Análise SWOT

PRINCIPAIS OPORTUNIDADES

Como principais Oportunidades relativas ao concelho de Caminha destacam-se:

- Afirmação do Município de Caminha como Centro Estruturante Municipal que presta o leque das funções urbanas fundamentais para a sustentação da coesão territorial e para a consolidação de redes de proximidade.
- Disponibilidade de apoios para a regeneração urbana no âmbito do Acordo de Parceria (2014/2020);
- Aumento do dinamismo económico nas áreas do Turismo, Agricultura e das agroindústrias;
- Tendências na área do turismo cultural e turismo de natureza e aumento da visibilidade dos elementos diferenciadores do território (Caminhos de Santiago);
- Recursos endógenos, capazes de potenciar novas atividades e suportar as existentes, ex. turismo.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Como principais Ameaças relativas ao concelho de Caminha destacam-se:

- Debilidades Económicas do País;
- Concorrência de outras cidades, vilas e regiões;
- Centralização de algumas funções do Estado através da deslocação e encerramento de serviços;
- Mercado regional de reduzida dimensão;
- Dependência dos serviços públicos;
- Esvaziamento demográfico e envelhecimento da população.

PRINCIPAIS PONTOS FORTES

Como principais Pontos Fortes relativos ao concelho de Caminha destacam-se:

- Valor identitário do território considerado;
- Localização privilegiada – Município faz fronteira com Espanha (Galiza)
- Presença de equipamentos e serviços relevantes;
- Acessibilidades rodoviárias existentes;
- Centralidade geográfica na sub-região;
- Prevalência de núcleos de comércio tradicional ativo;
- Número elevado de estabelecimentos comerciais e de lazer;
- Presença de património histórico, património ambiental, cultura e tradições como fatores estruturantes e diferenciadores (Festas e romarias, gastronomia, etnografia e folclore);
- Qualidade de algumas áreas do espaço público, algum dele recentemente requalificado.

PRINCIPAIS PONTOS FRACOS

Como principais Pontos Fracos relativos ao concelho de Caminha destacam-se:

- Falta de articulação e ligação entre as diferentes áreas do município e dispersão de equipamentos;
- Existência de barreiras físicas que dificultam a articulação funcional;
- Existência núcleos urbanisticamente desqualificados e de focos de degradação do edificado e património edificado devoluto;
- Falta de integração da estrutura ecológica, acentuada ao nível da rede de espaços verdes;
- Envelhecimento progressivo da população, traduzido num aumento acentuado do índice de envelhecimento do concelho;
- Elevada taxa de desemprego;
- Inexistência de rede integrada de ligações pedonais e cicláveis;
- Elevada dependência da mobilidade automóvel;
- Espaço público com carências funcionais e estéticas;
- Fraca Rede de Transportes Públicos;
- Reduzida dimensão empresarial.

1.6. Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

O combate ao envelhecimento e à perda de população residente

O decréscimo populacional observado no concelho de Caminha entre 2001 e 2011 (17069 habitantes em 2001 face a 16684 habitantes em 2011), não está alheio às tendências do acentuado envelhecimento populacional (com perspetivas reais de esvaziamento) com que se depara todo o território envolvente e a nível nacional. O aumento progressivo do índice de envelhecimento da população, verificando um aumento significativo entre 2001, com 140,6, e 2011 com 194,0, e a consequente diminuição da população empregada, apresentam-se como potenciais entraves às futuras intervenções de reabilitação e, como tal, devem ser considerados na elaboração futura dos planos de ação.

As intervenções previstas no âmbito deste Plano deverão antecipar a necessidade de criar condições para fixar a população de do Município de Caminha e, dentro do possível, reforçar a sua capacidade de atrair novos residentes.

O reforço da presença de equipamentos de uso coletivo e a atração de novas funções de escala local

Numa situação de perda de população ativa, o envolvimento de entidades que apresentem dinamismo e capacidade de fixação e geração de fluxos populacionais, será um fator essencial para o sucesso do processo de revitalização que se pretende promover. O Concelho de Caminha, no qual se inserem as ARU, concentra um elevado número de serviços e equipamentos, dos quais se destacam os serviços públicos, as escolas, serviços de apoio a população idosa, entre outros que, devido à sua localização e aos serviços que prestam, desempenham um papel essencial nesta zona.

A promoção da coesão e a articulação entre diferentes equipamentos e áreas do concelho

A expansão da ocupação urbana no Município de Caminha deu-se à custa de novas construções estabelecidas maioritariamente por operações de loteamento, criando novos quarteirões e “quadrículas” em função da disponibilidade de terrenos e das acessibilidades existentes. Este processo originou uma ocupação desordenada do espaço, dificultando a articulação entre as diferentes zonas homogéneas no concelho criando zonas que se encontram algo isoladas da população geral.

Finda a época de expansão dos perímetros urbanos, importa que o PARU contemple a respetiva contenção e a consolidação da coesão interna, promovendo articulações e ligações fluidas entre as diferentes componentes da cidade.

A inversão dos fenómenos de degradação urbana e a persistência de edificado menos qualificado

É possível identificar, no interior das ARU, uma concentração considerável de edifícios em mau estado de conservação ou em ruína. Apesar da proximidade de equipamentos de uso coletivo, estes edifícios, equipamentos e espaços públicos, apresentam uma elevada desqualificação urbana. A sua estrutura funcional pouco se adequa aos dias de hoje, o que tem levado ao abandono destes espaços e, por consequência, à degradação do património edificado.

O Caminho de Santiago como elemento âncora

De salientar a influência positiva dos caminhos de Santiago, que aliada à crescente procura do turismo cultural, se apresenta como um elemento turístico diferenciador, capaz de influenciar positivamente o centro urbano caso se estabeleça uma ligação funcional entre ambos. Importa que as intervenções integradas neste Plano permitam reforçar a ligação entre a vila e o Caminho de Santiago, consolidando uma estrutura cultural que apresenta um enorme potencial de qualificação e integração nas vivências do município.

O reforço da visibilidade e potencial turístico

A presença de um património arquitetónico, cultural e natural único, a sua localização geográfica, a presença do mar e do rio, colocam o concelho de Caminha numa posição de destaque no plano turístico. A oferta de hotelaria e restauração, as atividades de dinamização turística promovidas pelo Município, tem vindo a reforçar a sua posição dominante neste sector que, em conjunto com o seu potencial turístico, representam um recurso essencial para a revitalização de todo o território. Os investimentos realizados no âmbito deste Plano deverão ter em consideração o aumento significativo da atividade turística e a forma como o concelho de Caminha deverá tirar partido desse crescimento, aumentando as mais-valias económicas sociais daí decorrentes.

2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A definição da estratégia de reabilitação urbana do Município de Caminha teve em consideração os documentos estratégicos enquadramentos que se relacionam com desenvolvimento urbano sustentável. Neste ponto, serão apresentados os principais elementos tidos em consideração, destacando-se, nas diferentes escalas de intervenção: O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT NORTE), o Plano Diretor Municipal (PDM), o documento de sustentação da delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), da Estratégia Integrada de Desenvolvimento

Urbano do Alto Minho (EIDT – Alto Minho 2020), a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 e do NORTE 2020.

2.1. Operações de Reabilitação Urbana do Município de Caminha

A Câmara Municipal de Caminha tem em elaboração as Operações de Reabilitação Urbana (ORU) centradas nas Áreas de Reabilitação Urbana.

As delimitações das Áreas de Reabilitação Urbana foram realizadas em forte articulação com a preparação do presente Plano e dos seus instrumentos de suporte. Deste modo, existe um alinhamento significativo entre os diferentes objetivos preconizados.

De acordo com o documento de fundamentação das ARU, o objetivo central da formalização das ARU é contribuir para a consolidação e valorização do Município de Caminha procurando promover melhores condições urbanas e ambientais e gerar um território qualificado, com uma identidade reforçada, socialmente mais coeso e apto a atrair as oportunidades que dinamizem o seu tecido económico e social.

Pretende-se que o processo despoletado pela formalização das ARU, permita a dinamização de uma polaridade urbana qualificada, aglutinadora de novas funções inovadoras, regida por parâmetros de grande qualidade urbana e ambiental, com condições para atrair novas funções urbanas, novas atividades produtoras de emprego e novos residentes, potenciando o contributo de Caminha como Centro Estruturante Municipal.

Estes objetivos gerais encontram-se assentes num conjunto de Objetivos estratégicos, que foram definidos em forte articulação com os documentos enquadradores disponíveis como as estratégias estabelecidas pelo Município de Caminha (Plano Diretor Municipal), os documentos do Portugal 2020 (em particular os do Norte 2020) e o documento orientador para o desenvolvimento territorial “Cidades Sustentáveis 2020”, Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT-N) e o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

- **Promover a qualidade urbanística, paisagística e ambiental;**
- **Qualificar e fomentar a integração dos diferentes espaços do Município;**
- **Fixar e dinamizar atividades económicas e funções urbanas diferenciadas;**
- **Qualificar as vivências e promover a identidade.**

Estes Objetivos estratégicos de intervenção constituem-se como a base orientadora para a definição dos objetivos das ARU, que serão aprofundados e desenvolvidos no âmbito do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, cuja elaboração está em curso.

No caso específico de Caminha, tendo em consideração as características do território da ARU e os Objetivos estratégicos propostos, foram identificados:

- Acelerar o processo de reabilitação do parque edificado, particularmente nas áreas mais degradadas, disponibilizando um sistema adequado de apoios e incentivos aos particulares;
- Desenvolver a função residencial e os equipamentos e serviços de proximidade, aproveitando, sempre que possível, o património reabilitado;
- Articular um sistema de espaços coletivos qualificados;
- Reabilitar, valorizar e articular o património edificado;
- Melhorar a vivência urbana, o sentimento de pertença e a autoestima através da qualificação do ambiente urbano, do espaço público e das vivências por ele proporcionadas;
- Valorizar e requalificar os equipamentos coletivos e o espaço público, promovendo a sua multifuncionalidade e a sua utilização regular;
- Facilitar a ligação e a integração entre os diferentes espaços que constituem a cidade;
- Conter a expansão dos perímetros urbanos, estruturando e qualificando as frentes urbanas;
- Eliminar barreiras arquitetónicas e visuais que prejudiquem as vivências da cidade por todos os seus utilizadores
- Revitalizar, atrair e fixar um conjunto de atividades económicas diferenciadas, nomeadamente ao nível do comércio e serviços de proximidade;
- Diminuir os custos de contexto para as empresas instaladas na cidade e fomentar o empreendedorismo;
- Promover o potencial turístico e o marketing urbano, maximizando o aproveitamento das mais-valias económicas, sociais e culturais daí decorrentes;
- Estimular a articulação do Município de Caminha com a sua envolvente rural, explorando as complementaridades económicas e socioculturais resultantes dessa proximidade;
- Valorizar o capital humano existente no município;
- Assegurar a adequada cobertura da rede de infraestruturas urbanas e de equipamentos e serviços sociais, com particular enfoque em zonas urbanas críticas;
- Consolidar a foz do rio Coa como elemento estruturante da ecologia, da paisagem urbana e da sua história;
- Fomentar a mobilidade pedonal e os meios suaves de circulação;
- Melhorar a eficiência energética dos edifícios e infraestruturas.

2.2. Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal de Caminha, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros 158/95, de 29 de novembro, reflete e concretiza as opções estratégicas de ocupação do território concelhio, enquanto elemento fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentado, tendo em vista assegurar um desenvolvimento harmonioso, uma justa repartição de encargos e benefícios e a integração de áreas a afetar a espaços públicos ou equipamentos de utilização coletiva.

Este documento constitui o instrumento definidor das linhas gerais de política de ordenamento físico e de gestão urbanística do território municipal, estabelecendo as principais regras a que devem obedecer a ocupação, uso e transformação do solo.

Com particular relevância para o PARU, o PDM pretende consolidar a identidade do concelho no contexto regional reforçando níveis de qualificação urbana e ambiental, promovendo um território socialmente mais coeso a partir da valorização dos recursos naturais, culturais e turísticos. Constituem objetivos do Plano Diretor Municipal de Caminha:

- Apoiar uma política de desenvolvimento que permita a utilização dos recursos naturais e humanos, sem que tal coloque em causa o seu equilíbrio ambiental e social;
- Definir e estabelecer os princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo de modo a promover a sua adequação às potencialidades de cada local;
- Estabelecer a disciplina da edificabilidade que permita preservar os valores naturais urbanísticos, paisagísticos e patrimoniais;
- Determinar as carências habitacionais, enquadrando as orientações e soluções adequadas, no âmbito da política de habitação;
- Compatibilizar as diversas intervenções sectoriais;
- Fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais de nível inferior ou de planos de carácter sub-regional, regional ou nacional;
- Servir de enquadramento à elaboração de planos de atividades do município.

De referir, que O Plano Diretor Municipal de Caminha se encontra em processo de revisão, à data de elaboração deste PARU.

Abaixo encontra-se representada a matriz de correspondências entre os objetivos do PDM e do PARU:

		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PARU			
		PROMOVER A QUALIDADE URBANÍSTICA, PAISAGÍSTICA E AMBIENTAL	QUALIFICAR E FOMENTAR A INTEGRAÇÃO DOS DIFERENTES ESPAÇOS DO MUNICÍPIO	FIXAR E DINAMIZAR ATIVIDADES ECONÓMICAS E FUNÇÕES URBANAS DIFERENCIADAS	QUALIFICAR AS VIVÊNCIAS E PROMOVER A IDENTIDADE DO CONCELHO
OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	APOIAR UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO QUE PERMITA A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E HUMANOS, SEM QUE TAL COLOQUE EM CAUSA O SEU EQUILÍBRIO AMBIENTAL E SOCIAL;		XX	XXX	X
	DEFINIR E ESTABELECEER OS PRINCÍPIOS E REGRAS PARA A OCUPAÇÃO, USO E TRANSFORMAÇÃO DO SOLO DE MODO A PROMOVER A SUA ADEQUAÇÃO ÀS POTENCIALIDADES DE CADA LOCAL;	XXX	XX		X
	ESTABELECEER A DISCIPLINA DA EDIFICABILIDADE QUE PERMITA PRESERVAR OS VALORES NATURAIS URBANÍSTICOS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS;	XX		X	XXX
	DETERMINAR AS CARÊNCIAS HABITACIONAIS, ENQUADRANDO AS ORIENTAÇÕES E SOLUÇÕES ADEQUADAS, NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO;	XXX	XX		X
	COMPATIBILIZAR AS DIVERSAS INTERVENÇÕES SECTORIAIS;	X	XXX		XX
	FORNECER INDICADORES PARA O PLANEAMENTO, DESIGNADAMENTE PARA A ELABORAÇÃO DE OUTROS PLANOS MUNICIPAIS DE NÍVEL INFERIOR OU DE PLANOS DE CARÁCTER SUB-REGIONAL, REGIONAL OU NACIONAL;	XXX	XX	X	
	SERVIÇO DE ENQUADRAMENTO À ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ATIVIDADES DO MUNICÍPIO.	XXX	XX	X	

Tabela 16. Matriz de correspondências entre os objetivos do PDM e do PARU

2.3. Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial

Merece ainda referência a alinhamento existente com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) Alto Minho 2020. A Estratégia “Alto Minho 2020” reflete os contributos de um processo participado e inclusivo dos diferentes atores regionais, com o objetivo de construir uma estratégia de desenvolvimento de base territorial que prepare um futuro desejável para a região, assente no respeito por um passado com identidade. A estratégia de desenvolvimento é assumidamente regional, baseada numa abordagem que dá prioridade à promoção da transmunicipalidade pela criação de parcerias alargadas de coordenação, cooperação e concertação de iniciativas, que identifica quatro desígnios temáticos aplicados ao caso concreto do Alto Minho:

- Uma região competitiva que cria emprego e gera riqueza
- Uma região atrativa para viver, visitar e investir
- Uma região conectada, ligada à Europa e ao mundo
- Uma região resiliente, capaz de se adaptar à mudança

De seguida apresenta-se a matriz de correspondências entre os objetivos estratégicos do PARU e da EIDT – Alto Minho:

		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PARU			
		PROMOVER A QUALIDADE URBANÍSTICA, PAISAGÍSTICA E AMBIENTAL	QUALIFICAR E FOMENTAR A INTEGRAÇÃO DOS DIFERENTES ESPAÇOS DO MUNICÍPIO	FIXAR E DINAMIZAR ATIVIDADES ECONÓMICAS E FUNÇÕES URBANAS DIFERENCIADAS	QUALIFICAR AS VIVÊNCIAS E PROMOVER A IDENTIDADE DO CONCELHO
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO EIDT	1 - CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL ENDÓGENO VALORIZADO PELO MERCADO		X	XXX	XX
	2 - PROJETAR IMAGEM NO EXTERIOR E ELEGER APOSTAS INTERNAMENTE	XXX		X	XX
	3 - BENEFICIAR A ACESSIBILIDADE PARA GARANTIR RECETIVIDADE	XX	XXX	X	
	4 - SUSTENTAR INICIATIVAS COMPETITIVAS À ESCALA COLETIVA E INICIATIVAS INCLUSIVAS À ESCALA INDIVIDUAL	X		XX	XXX

Tabela 17. Matriz de correspondências de objetivos estratégicos entre PARU e EIDT - Alto Minho

2.4. Norte 2020

O Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (PO Norte) define a estratégia a adotar para toda a Região Norte durante os próximos anos, visando contribuir para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, bem como para a coesão económica, social e territorial de toda a região.

A visão proposta neste documento assenta, por um lado, no papel central do sistema urbano como estrutura de suporte à apropriação humana do território e, por outro, na exigência de sustentabilidade na utilização do território.

As opções de desenvolvimento e ordenamento do território da Região Norte que decorrem desta perspetiva, orientadas para a promoção do equilíbrio e da coesão regional, organizam-se nas seguintes componentes agregadoras, para as quais se definem normas orientadoras de natureza estratégica e diretrizes de carácter eminentemente operativo:

- Consolidação e qualificação do sistema urbano;
- Conformação e execução das redes e dos sistemas fundamentais de conectividade;
- Conservação e valorização do suporte territorial;
- Gestão sustentada dos recursos produtivos.

O modelo territorial adotado no PO Norte, ao conceber uma organização espacial que visa uma melhor estruturação e um desenvolvimento mais harmonioso da Região Norte, inspira-se num conjunto de princípios orientadores do equilíbrio regional, designadamente:

- Promoção do policentrismo assente nas vocações específicas e na intensificação das interações entre centros urbanos;
- Promoção da organização dos centros urbanos em redes de geometria variável;
- Afirmação do papel das cidades e dos territórios no contexto da cooperação com as regiões vizinhas;
- Reforço das sinergias urbano-rurais, no contexto das mutações dos padrões culturais e dos quadros de vida nesses espaços;
- Garantia de equidade territorial na provisão de equipamentos coletivos e no acesso de todos os cidadãos aos serviços de interesse geral;
- Intensificação da competitividade e da especialização no quadro de contextos territoriais alargados.

Em alinhamento com o PROT Norte, esta estratégia pretende potenciar uma rede de cidades e de outros centros urbanos estruturantes, que melhor responda aos objetivos de competitividade e de coesão territorial. Assume-se assim que são os Centros Estruturantes Municipais que prestam o leque das funções urbanas fundamentais para a sustentação da coesão territorial e para a consolidação de redes de proximidade.

Em alinhamento com a estratégia adotada no presente PARU, é de realçar que “se bem que tenhamos assistido ao longo dos últimos anos a importantes melhorias no domínio da qualificação urbanística e ambiental, da rede de equipamentos e da qualidade de vida urbana, **impõe-se, no âmbito das políticas públicas, prosseguir a aposta na reabilitação e regeneração urbana, na elevação dos padrões de qualidade ambiental, na melhoria das condições de mobilidade e no reforço da coesão socioterritorial**, intervindo nas áreas e comunidades problemáticas do ponto de vista das condições de vida e da desqualificação urbanística”.

Uma estratégia desta natureza exige um certo nível de massa crítica e de densidade, de pessoas, instituições, empresas, interações entre os agentes, que originará alguma polarização ao nível do território. Esta polarização deve ser acompanhada da construção de redes entre diferentes polos e destes com os seus territórios envolventes, sendo de especial relevância, em termos de desenvolvimento regional, as articulações entre a Aglomeração Metropolitana do Porto, cidades de equilíbrio territorial, nomeadamente Braga, as cidades regionais como Viana do Castelo e Centros Estruturantes Sub-Regionais como Valença, Ponte de Lima e o conjunto Arcos de Valdevez/Ponte da Barca. Os Centros Estruturantes Municipais, como é o caso de Caminha, constituem, também, eixos centrais da estruturação e qualificação do sistema urbano regional.

A consolidação de um sistema urbano regional policêntrico e, em particular, o reforço, nas suas múltiplas dimensões (demográfica, funcional e relacional), dos polos e eixos urbanos fora da aglomeração metropolitana é, deste modo, fundamental não só para assegurar uma distribuição mais equilibrada da população e dos principais serviços de apoio aos cidadãos e às empresas e o alargamento da base territorial de suporte à competitividade económica, como também para a territorialização da Estratégia da Região do Norte de Especialização Inteligente.

No Norte Litoral sobressai o arco urbano-metropolitano, um vasto espaço urbanizado, fruto de uma forte dinâmica demográfica, económica e social, e que constitui um sistema polinucleado e polarizado pela Aglomeração Metropolitana do Porto.

No interior, para além da aposta na estruturação dos principais nós do seu subsistema urbano, coloca-se o desafio da articulação mútua entre centros urbanos e destes com a envolvente territorial. Daí a importância de, no Norte 2020, se estabelecer um eixo prioritário “Eixo prioritário 4: “Qualidade Ambiental”, que visa Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos territórios de baixa densidade e de ocupação dispersa enquanto fator de diferenciação e afirmação regional. A autonomização deste eixo prioritário (Eixo prioritário 4: “Qualidade Ambiental”) constituindo a solução adequada à implementação de programas integrados e concentrados no tempo, de que este PARU é exemplo, com vista à dinamização económica do espaço dos centros urbanos e, muito em particular, o acolhimento de iniciativas produtivas relacionadas com o comércio e os serviços. No âmbito das ações de regeneração urbana e reabilitação de edificado previstas para o território incidente, para além da componente relativa à requalificação do parque habitacional, importa, assim, promover e reforçar a dimensão de requalificação do comércio retalhista, enquanto componente

basilar da vivência urbana, em virtude dos impactos sociais positivos que tendem a gerar e do potencial que encerram no que concerne especificamente ao desenvolvimento e dinamização da atividade turística na zona a intervencionar. As propostas a apresentar no âmbito deste eixo e integrando estas prioridades de investimento exigem uma visão e uma estratégia de intervenção multidimensionais e a forte articulação das operações a financiar. Esta articulação exige, com frequência, simultaneidade nos processos de apresentação, aprovação e execução das operações, de forma a assegurar-se uma maior eficácia da ação pela complementaridade e pelo maior impacto que proporciona, o que justifica a elaboração de um plano (PARU), que integre e coordene as ações ao nível económico, social e ambiental — que determinam o desenvolvimento territorial sustentável.

O PO Norte define o conjunto de eixos temáticos e prioridades de investimento onde se inserem diversas tipologias de ação a financiar. Como descrito anteriormente, todo o PARU, se enquadra no eixo prioritário 4 do PO Norte. Dentro deste eixo, o PARU foca-se em particular na prioridade de investimento 6.5: “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído, sendo que a justificação para a escolha desta prioridade de investimento se deve ao facto de os espaços urbanos da Região do Norte, onde se concentra mais de 2/3 da sua população. Considerando a importância estratégica dos espaços urbanos para a coesão territorial e para a competitividade, este documento defende que se devem prosseguir políticas públicas de qualificação do ambiente urbano pelo seu impacto na melhoria da qualidade de vida das pessoas e no reforço da atratividade e da competitividade das cidades. Nesse sentido, importa apostar na qualificação urbanística e ambiental, na reconversão de espaços industriais desativados e na criação de novas dinâmicas de desenvolvimento que valorizem os principais ativos.

Assim, dentro da prioridade de investimento 6.5, o Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 pretende financiar as seguintes tipologias de ação:

- Reabilitação integral de edifícios (com prioridade para os edifícios com idade igual ou superior a 30 anos), nomeadamente destinados à habitação, aos equipamentos de uso público, ao comércio e/ou aos serviços;
- Reabilitação e reconversão de unidades industriais abandonadas, designadamente destinadas à habitação, aos equipamentos de uso público, ao comércio e/ou aos serviços;
- Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e de infraestruturas verdes;
- Reabilitação de espaço público, desde que integrada na reabilitação do conjunto edificado envolvente;
- Qualificação do espaço público;
- Demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos, desde que integrada na reabilitação do conjunto edificado envolvente;

- Desenvolvimento de experiências inovadoras e de ações-piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável;
- Elaboração de estudos e planos de qualidade do ar e de redução do ruído à escala urbana;
- Monitorização da qualidade do ar e do ruído, envolvendo o apoio à aquisição de equipamentos, com integração e disponibilização no sistema nacional de informação (QualAr).

A elaboração do presente documento e as propostas de investimento nele inseridas tiveram em particular atenção estas tipologias de intervenção procurando, desta forma, contribuir ativamente para os objetivos propostos no Norte 2020 e para a consecução das metas assinaladas.

2.5. Plano Regional de Ordenamento do Território

O sistema urbano regional sustentado no modelo territorial do PROT NORTE é de carácter policêntrico e estrutura-se através de um conjunto de aglomerações, centros e núcleos urbanos que desempenham funções diferenciadas e que se constituem como as âncoras do desenvolvimento regional.

São propostos cinco níveis de estruturação funcional: Aglomeração Metropolitana do Porto; Cidades de Equilíbrio Territorial; Cidades Regionais e Conjuntos Regionais de Cidades; Centros Estruturantes SubRegionais e Centros Estruturantes Municipais.

O Município de Caminha enquadra-se nos Centros Estruturantes Municipais – integram este nível todos centros urbanos sede de concelho, não incluídos nos quatro níveis de maior dimensão, que prestam o leque das funções urbanas fundamentais para a sustentação da coesão territorial e para a consolidação de redes de proximidade.

O PROT Norte assume como um dos princípios orientadores do equilíbrio regional, a consolidação do corredor transfronteiriço do Vale do Minho (Caminha – Vila Nova de Cerveira – Valença – Monção – Melgaço) e do papel de Valença na afirmação e estruturação do mesmo, em torno dos domínios do Turismo/Ambiente, do desenvolvimento de novas funções económicas associadas à logística (reforçando a articulação deste território com a plataforma logística de Salvaterra/As Neves) e à economia do vinho, e ainda ao desenvolvimento de ofertas urbanas complementares.

Ao nível do Modelo Territorial – Minho-Lima, no quadro duma opção por um modelo Policêntrico em Rede, definem-se nós ou pólos que desenvolvem as suas vocações e especializações, agrupados em duas classes: os que têm um papel de âncora, quer pela sua dimensão, quer pelas excelentes condições para o desenvolvimento de uma ou mais vocações, nalguns casos já com evidência territorial; os que, tendo menor massa crítica, tendem a fixar-se em nichos que, contudo, se inscrevem e tiram partido da dinâmica envolvente.

No primeiro grupo incluem-se os seguintes pólos-âncora:

- Viana do Castelo, com potencialidades instaladas e/ou a explorar nos seguintes sectores: indústria naval, atividade portuária, náutica de recreio, pesca, cluster eólico, comércio e serviços, ensino superior;
- Ponte de Lima com potencialidades instaladas e/ou a explorar nos seguintes sectores: turismo no espaço rural, enoturismo, indústria limpa de pequena-média dimensão;
- Valença, com potencialidades instaladas e/ou a explorar nos seguintes sectores: logística, indústria limpa de média dimensão;
- Arcos de Valdevez-Ponte da Barca, funcionando para este efeito como um pólo único, com potencialidades instaladas e/ou a explorar nos seguintes sectores: turismo activo e de natureza, indústria limpa de pequena-média dimensão, plataforma de acesso ao Parque Nacional da Peneda Gerês, agricultura-artesanato- gastronomia.

No segundo grupo incluem-se os seguintes pólos complementares, cujas potencialidades se expressam em sectores como lazer (praia, campo, planalto), termas, indústria ligeira ou outras:

- Caminha;
- Monção;
- Melgaço;
- Paredes de Coura;
- Vila Nova de Cerveira.

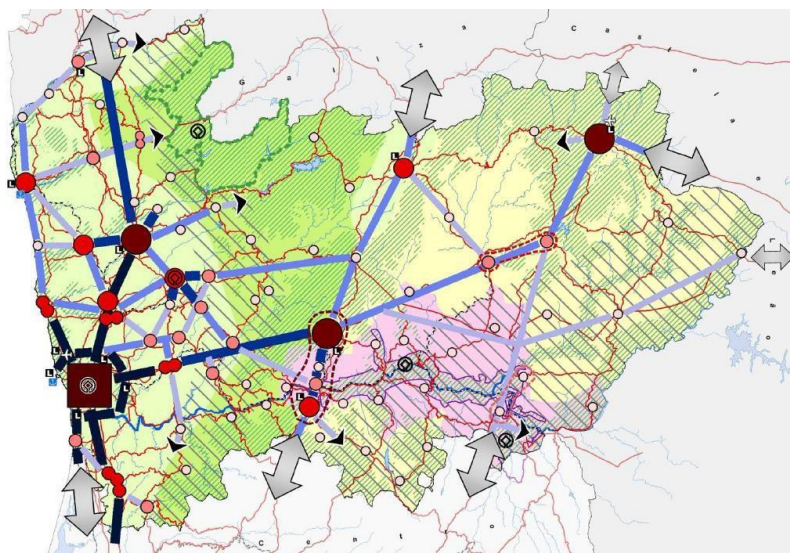


Figura 8. Modelo Territorial da Região Norte (PROT-N)

Para a otimização da eficiência das **políticas em espaço rural** deve concorrer o reconhecimento da singularidade desses polos e a correspondente definição de iniciativas a levar a cabo em linha com tais especificidades. Neste contexto, explicitam-se os objetivos prioritários:

1. Reforço e Qualificação na oferta de serviços e no acolhimento de fluxos populacionais que:
 - a. Possibilite a afirmação do território na sua capacidade de atração e de polarização do espaço envolvente, nomeadamente ao nível do fornecimento de um conjunto de serviços de proximidade
 - b. Promova condições para a retenção da população, bem como a atração de novos residentes oferecendo novas formas de resposta ao desenvolvimento económico, no sentido de promover uma mudança da estrutura etária da população, novos serviços e novas formas de organização, associando atores públicos e privados
2. Valorização integrada na gestão dos recursos endógenos que:
 - a. Abranja os aglomerados rurais com diferentes potencialidades, podendo enquadrar recursos patrimoniais, paisagísticos, turísticos e económicos
 - b. Integre aglomerados cuja dinâmica económica assenta em valores ambientais, no desenvolvimento de energias renováveis, na valorização das produções agrícolas e das produções florestais, no reforço das fileiras agroalimentares e no desenvolvimento da pluriatividade
3. Discriminação positiva na promoção das riquezas culturais e turísticas que:
 - a. Enquadre aqueles polos que apresentam um elevado valor patrimonial e paisagístico, com relevo para as aldeias históricas.
 - b. Integre os aglomerados onde a promoção e a valorização das riquezas culturais e turísticas dos territórios rurais possam resultar em ganhos substanciais para a notoriedade, atração turística e aumento do bem-estar económico e social das comunidades locais
4. Discriminação positiva nos processos de inovação e de incorporação tecnológica na produção agroalimentar e artesanal que
 - a. Integre os aglomerados com potencial para o desenvolvimento tecnológico, ao nível das atividades agroalimentares e artesanais, através de projetos de cooperação e de complementaridade que associam as empresas ao seu ambiente económico, bem como a formação e a investigação
 - b. Promova aglomerados com potencial para o desenvolvimento de projetos inovadores e sustentáveis, quer na modernização da produção, quer na utilização de TIC.

Ao nível do **Património**, o modelo territorial adotado pressupõe a valorização e salvaguarda dos bens culturais territoriais – arqueológicos, arquitetónicos, paisagísticos, identitários – de forma a proporcionar ao cidadão a perceção do seu território no sentido do reforço da cidadania e da auto-estima. A consideração, a médio prazo, dos recursos estratégicos para o desenvolvimento cultural

da Região do Norte passa por uma atuação sustentável, no sentido de proteger e valorizar o património cultural, assegurando formas articuladas de rentabilização dos recursos, sempre numa perspetiva de entendimento da organização do território em rede. A atuação tenderá, para além da reabilitação física de equipamentos e bens, a reforçar o estabelecimento de discursos interpretativos mais ricos e mais territorializados. Neste contexto, a definição dos percursos e rotas temáticas do Românico, do Barroco, dos Castelos, das Aldeias e Vilas da Raia, dos Caminhos de Santiago, e tantos outros, deverão constituir uma prioridade, fortemente associada ao desenvolvimento socioeconómico da Região.

Assim, apresenta-se abaixo a matriz de correspondências de objetivos estratégicos entre PARU e PROT-N.:

		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PARU			
		PROMOVER A QUALIDADE URBANÍSTICA, PAISAGÍSTICA E AMBIENTAL	QUALIFICAR E FOMENTAR A INTEGRAÇÃO DOS DIFERENTES ESPAÇOS DO MUNICÍPIO	FIXAR E DINAMIZAR ATIVIDADES ECONÓMICAS E FUNÇÕES URBANAS DIFERENCIADAS	QUALIFICAR AS VIVÊNCIAS E PROMOVER A IDENTIDADE DO CONCELHO
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PROT	1. CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO	XX	XXX	X	
	2. CONFORMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS REDES E SISTEMAS FUNDAMENTAIS DE CONECTIVIDADE – SUPORTES DOS FLUXOS DE PESSOAS, DE BENS, DE SERVIÇOS E DE INFORMAÇÃO – CENTRADA NA ARTICULAÇÃO ENTRE PONTOS NODAIS DA ESTRUTURA TERRITORIAL DA REGIÃO E DESTES COM O EXTERIOR, COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL DE FOMENTO DA COMPETITIVIDADE, DO REFORÇO DA MOBILIDADE E DA PROMOÇÃO DE MAIOR EQUIDADE TERRITORIAL	XX	XXX	X	
	3. CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SUPORTE TERRITORIAL, ENCARANDO INTEGRADAMENTE OS SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS ENQUANTO VALORES INTRÍNSECOS (DEVER DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE COLECTIVA), ENQUANTO COMPONENTES DE UMA DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, E ENQUANTO FACTORES DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	X		XX	XXX
	4. GESTÃO SUSTENTADA DOS RECURSOS PRODUTIVOS DE FORTE VINCULAÇÃO LOCACIONAL, COM EXPLORAÇÃO DAS POTENCIALIDADES E ATENUAÇÃO DAS FRAGILIDADES		X	XXX	XX

Tabela 18. Matriz de correspondências de objetivos estratégicos entre PARU e PROT-N

2.6. Estratégia Cidades Sustentáveis 2020

A estratégia Cidades Sustentáveis 2020 ambiciona responder às debilidades e necessidades de estruturação urbana do território e atuar no sentido de fortalecer e consolidar a visão de desenvolvimento territorial partilhada entre os agentes do território, contribuindo para a promoção das condições necessárias à competitividade, sustentabilidade e coesão nacional.

A estratégia Cidades Sustentáveis 2020 configura-se como uma proposta de âmbito nacional, aplicável ao nível local, para um futuro mais sustentável das nossas cidades, articulando uma Visão com um conjunto de Princípios Orientadores e quatro propostas de Eixos Estratégicos de intervenção. Os objetivos definidos para o PARU refletem a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020. Assim, apresenta-se abaixo a matriz de correspondências:

		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PARU			
		PROMOVER A QUALIDADE URBANÍSTICA, PAISAGÍSTICA E AMBIENTAL	QUALIFICAR E FOMENTAR A INTEGRAÇÃO DOS DIFERENTES ESPAÇOS DO MUNICÍPIO	FIXAR E DINAMIZAR ATIVIDADES ECONÓMICAS E FUNÇÕES URBANAS DIFERENCIADAS	QUALIFICAR AS VIVÊNCIAS E PROMOVER A IDENTIDADE DO CONCELHO
EIXOS PRIORITÁRIOS - CIDADES 2020	EIXO 1-INTELIGÊNCIA & COMPETITIVIDADE				
	A — CONETIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	X	XX	XXX	
	B — EMPREGO E VALORIZAÇÃO EMPRESARIAL E INSTITUCIONAL		X	XX	XXX
	C — INOVAÇÃO URBANA		X	XXX	XX
	D — IDENTIDADE E ATRATIVIDADE	X		XX	XXX
	E — TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		X	XXX	XX
	EIXO 2 — SUSTENTABILIDADE & EFICIÊNCIA				
	A — REGENERAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA	XXX	XX	X	
	B — HABITAÇÃO	X		XX	XXX
	C — AMBIENTE URBANO	XXX	XX		X
	D — BAIXO CARBONO	XX	XXX		X
	E — ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E RISCOS	XXX	XX	X	
	F — INTEGRAÇÃO URBANO RURAL	XX	XXX	X	
	EIXO 3 — INCLUSÃO & CAPITAL HUMANO				
	A — INCLUSÃO SOCIAL	X		XX	XXX
	B — CAPACITAÇÃO E INICIATIVA	X		XX	XXX
	C - CULTURA, CIDADANIA E RESPONSABILIDADE		X	XX	XXX
	D — COMUNIDADES URBANAS		X	XX	XXX
	EIXO 4 — TERRITORIALIZAÇÃO & GOVERNANÇA				
	A — INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO		X	XXX	XX

Tabela 19. Matriz de correspondências de objetivos estratégicos entre PARU e Eixos da Estratégia Cidades Saudáveis 2020

2.7. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é o instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) estabelece como desígnio mobilizador tornar Portugal num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental, e de responsabilidade social. Com este enquadramento e tendo por base a identificação dos grandes problemas do ordenamento do território, a apresentação de orientações estratégicas para as regiões e a definição das perspetivas demográficas e económicas de longo prazo, o PNPOT assume uma ambição que se estrutura em quatro grandes desígnios. As políticas de ordenamento e de desenvolvimento do território no horizonte 2025 deverão contribuir de forma inovadora e duradoura para que Portugal seja:

1. Um espaço sustentável e bem ordenado;
2. Uma economia competitiva, integrada e aberta;
3. Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar;
4. Uma sociedade criativa e com sentido de cidadania.

Assim, a linha de rumo que o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) pretende imprimir ao país sistematiza-se em seis Objetivos Estratégicos, que se complementam e reforçam reciprocamente:

1. Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.
2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.
3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.
4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.
5. Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.

6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Tendo em conta os objetivos definidos para o PARU é definida a seguinte Matriz de correspondências:

		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PARU			
		PROMOVER A QUALIDADE URBANÍSTICA, PAISAGÍSTICA E AMBIENTAL	QUALIFICAR E FOMENTAR A INTEGRAÇÃO DOS DIFERENTES ESPAÇOS DO MUNICÍPIO	FIXAR E DINAMIZAR ATIVIDADES ECONÓMICAS E FUNÇÕES URBANAS DIFERENCIADAS	QUALIFICAR AS VIVÊNCIAS E PROMOVER A IDENTIDADE DO CONCELHO
EIXOS ESTRATÉGICOS PNPOT	1. CONSERVAR E VALORIZAR A BIODIVERSIDADE, OS RECURSOS E O PATRIMÓNIO NATURAL, PAISAGÍSTICO E CULTURAL, UTILIZAR DE MODO SUSTENTÁVEL OS RECURSOS ENERGÉTICOS E GEOLÓGICOS, E PREVENIR E MINIMIZAR OS RISCOS	XXX	XX		X
	2. REFORÇAR A COMPETITIVIDADE TERRITORIAL DE PORTUGAL E A SUA INTEGRAÇÃO NOS ESPAÇOS IBÉRICO, EUROPEU, ATLÂNTICO E GLOBAL				
	3. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO POLICÊNTRICO DOS TERRITÓRIOS E REFORÇAR AS INFRA-ESTRUTURAS DE SUPORTE À INTEGRAÇÃO E À COESÃO TERRITORIAIS	XX	XXX	X	
	4. ASSEGURAR A EQUIDADE TERRITORIAL NO PROVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E DE EQUIPAMENTOS COLECTIVOS E A UNIVERSALIDADE NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL, PROMOVENDO A COESÃO SOCIAL	XX	XXX	X	
	5. EXPANDIR AS REDES E INFRA-ESTRUTURAS AVANÇADAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E INCENTIVAR A SUA CRESCENTE UTILIZAÇÃO PELOS CIDADÃOS, EMPRESAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.			XX	X
	6. REFORÇAR A QUALIDADE E A EFICIÊNCIA DA GESTÃO TERRITORIAL, PROMOVENDO A PARTICIPAÇÃO INFORMADA, ACTIVA E RESPONSÁVEL DOS CIDADÃOS E DAS INSTITUIÇÕES.	X	XX		XXX

Tabela 20. Matriz de correspondências entre objetivos do PARU e PNPOT

3. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

Tendo por base o enquadramento estratégico apresentado, a elaboração da estratégia territorial para o município de Caminha é estruturada na definição de uma Visão de futuro, entendida como o cenário prospetivo que se pretende alcançar. De uma forma simplificada, a Visão corresponderá ao fio condutor de toda a estratégia de desenvolvimento proposta para as Áreas de Intervenção.

Da Visão deverão decorrer diferentes Objetivos estratégicos que devem sustentar as principais opções realizadas. Por sua vez, estas linhas subdividem-se em diferentes objetivos específicos que enquadram os projetos estruturantes.

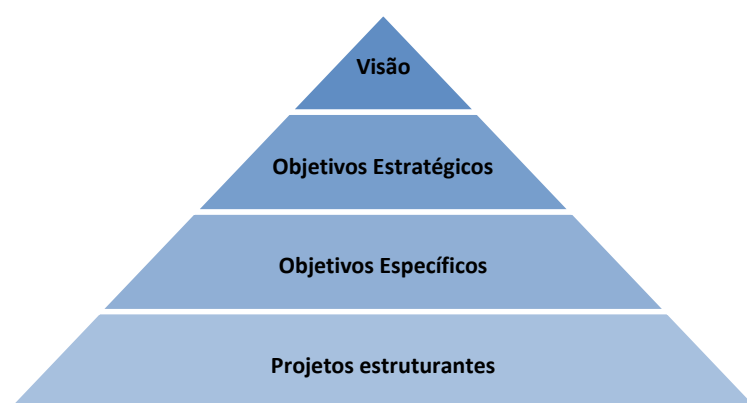


Figura 10. Níveis de definição estratégica

3.1. Visão

A definição da Visão de futuro assentou na análise e síntese dos documentos de enquadramento estratégico analisados.

Dá-se destaque às orientações de desenvolvimento urbano mencionadas no PROT NORTE, onde se estabelece que Caminha deve assumir o seu papel na estruturação do território regional, como Centro Estruturante Municipal – caracterizado como sede de concelho, que prestam o leque das funções urbanas fundamentais para a sustentação da coesão territorial e para a consolidação de redes de proximidade.

Este destaque aparece também vertido no objetivo central que norteou a formalização das ARU do Município de Caminha, focadas na dinamização de uma polaridade urbana qualificada, aglutinadora de diversas funções, regida por parâmetros de grande qualidade urbana e ambiental, com condições para atrair novas funções urbanas, atividades produtoras de emprego e novos residentes, potenciando o contributo do município para a estruturação da coesão territorial.

Pretende-se por isso contribuir para a consolidação e valorização do Município de Caminha procurando promover melhores condições urbanas e ambientais e gerar um território qualificado,

com uma identidade reforçada, socialmente mais coeso e apto a atrair as oportunidades que dinamizem o seu tecido económico e social

Deste modo, no quadro da definição da estratégia territorial, propõe-se como Visão que sintetiza a materialização da estratégia:

“Caminha num patamar de excelência em termos de condições de planeamento e ordenamento urbano, territorialmente coeso e articulado, apresentando-se como um destino turístico de excelência a ponto de se afirmar como uma âncora do turismo sustentável pela preservação e valorização do ambiente (mar, rios e montanha) e a preservação do seu património natural e cultural (tradições, costumes, gastronomia).”

Nesta expressão pretende-se condensar o objetivo supremo de contribuir para que o Município de Caminha reforce o seu papel no sistema urbano com funções urbanas essenciais para a sustentação da coesão territorial e para a consolidação de redes de proximidade, proposto para a Região Norte, e em particular em na CIM do Ave, com capacidade para atrair vivências urbanas qualificadas numa escala territorial alargada.

3.2. Objetivos estratégicos

Os objetivos gerais apresentados encontram-se assentes num conjunto de Objetivos estratégicos, que foram definidos em forte articulação com os documentos enquadradores disponíveis, como as estratégias estabelecidas pelo Município de Caminha, os documentos do Portugal 2020 (em particular os do Norte 2020) ou o documento orientador para o desenvolvimento territorial “Cidades Sustentáveis 2020”.

A Estratégia Territorial para o Município de Caminha e a sua respetiva Visão apoiam-se nos seguintes quatro Objetivos estratégicos, posteriormente fundamentados:

- **Promover a qualidade urbanística, paisagística e ambiental;**
- **Qualificar e fomentar a integração dos diferentes espaços do Município;**
- **Fixar e dinamizar atividades económicas e funções urbanas diferenciadas;**
- **Qualificar as vivências e promover a identidade.**

Os diferentes Objetivos Estratégicos propostos relacionam-se com as múltiplas vivências que se pretendem conciliar no Município de Caminha, tornando-o um território atrativo para viver, trabalhar, visitar e investir. São também assumidos princípios orientadores transversais, relacionados com a valorização e qualificação do espaço e do ambiente urbano, numa lógica de integração e coesão de todo o concelho.



Tabela 21. Objetivos estratégicos

Saliente-se que, atendendo à dimensão diversificada dos desafios expostos, os processos de reabilitação e de regeneração urbana a despoletar nas ARU definidas para o Município de Caminha mostram-se de carácter complexo e heterogéneo. É fundamental que à reabilitação física do edificado se possam aliar, de forma integrada, objetivos de carácter ambiental, social e económico que garantam a sustentabilidade dos processos lançados.

PROMOVER A QUALIDADE URBANÍSTICA, PAISAGÍSTICA E AMBIENTAL

Após análise dos imóveis localizados nas ARU, constatou-se a existência de um conjunto de edifícios com várias dezenas de anos com necessidades urgentes de intervenção, derivadas da sua idade e falta de manutenção.

Numa outra perspetiva, começam a denotar-se também sinais de degradação em edifícios mais recentes, das décadas de 70 e 80 do séc. XX que, foram resultado do crescimento rápido do Município então ocorrido e das lógicas do mercado imobiliário a que obedeceram, dos quais se deverá tirar ensinamentos para o futuro.

Este fenómeno de desqualificação é também notório ao nível de alguns equipamentos e espaços coletivos. Assim, nas ARU consideradas, foram identificados 18 edifícios (6 na ARU de Sandia e 12 na ARU do Centro Histórico de Caminha) onde a intervenção é urgente. De considerar também a necessidade de intervenções em espaço público e edifícios públicos.

Na ARU do Centro Histórico de Caminha merece ainda particular atenção ao rio Minho e rio Coura, um elemento fundamental da estrutura ecológica da vila. Tratam-se de cursos de água que influenciam de forma decisiva a vivência e história da vila.

Estando ultrapassada a fase de crescimento urbano, importa intensificar os esforços de consolidar e qualificar as frentes urbanas existentes no sentido de aumentar a respetiva atratividade e de promover a qualidade de vida das populações.

Entende-se que será através da qualidade urbana e ambiental que se poderá contribuir globalmente para a fixação de população e para a instalação de atividades económicas diferenciadas, contribuindo desta forma para a consecução da Visão proposta de consolidar Caminha como polaridade urbana qualificada, aglutinadora de diversas funções, regida por parâmetros de grande qualidade urbana e ambiental. Neste sentido a intervenção definida preconiza um Objetivo Estratégico particularmente orientado para a qualificação urbanística, ambiental e paisagística de todas as ARU, que possa contemplar os seguintes Objetivos Específicos:

- Acelerar o processo de reabilitação do parque edificado, particularmente nos conjuntos mais degradados, disponibilizando um sistema adequado de apoios e incentivos aos particulares;
- Desenvolver a função residencial e os equipamentos e serviços de proximidade, aproveitando, sempre que possível, o património reabilitado;
- Articular um sistema de espaços coletivos qualificados;
- Reabilitar, valorizar e articular o património edificado;
- Conter a expansão dos perímetros urbanos, estruturando e qualificando as frentes urbanas;
- Consolidar a os espaços verdes como elementos estruturantes da ecologia, da paisagem urbana e da sua história;
- Melhorar a eficiência energética dos edifícios e infraestruturas.

QUALIFICAR E FOMENTAR A INTEGRAÇÃO DOS DIFERENTES ESPAÇOS DO MUNICÍPIO

O planeamento estratégico de um território e a sua gestão urbana requerem uma aproximação a princípios e conceitos que referem a orientação do planeamento urbanístico por critérios exigentes de qualidade, que promovam a revitalização das áreas antigas e históricas, a devida dotação em espaços públicos e espaços verdes, o desenho urbano, a qualidade arquitetónica e a valorização da paisagem urbana, tendo em conta critérios de economia de recursos territoriais e de infraestruturas e a racionalização de equipamentos e serviços

Em Caminha denota-se que, apesar de na ARU do Centro Histórico de Caminha ser possível identificar um conjunto de equipamentos relevantes para o funcionamento do Município que na maioria dos casos não conseguiram desempenhar o papel de organizar e estabilizar o desenho e a forma do espaço urbano, e de contribuir na sua plenitude para o equilíbrio do funcionamento equilibrado do município.

Além disso, na ARU de Sandia no que concerne à função residencial, a prevalência do crescimento por via de loteamentos gerou, nalguns casos, alguns problemas de ligação e articulação entre as diferentes partes que constituem o espaço urbano.

Deste modo, finda a fase de expansão dos perímetros urbanos importa articular e interligar os diferentes espaços, tornando-os mais coesos, coerentes e conectados. Esta articulação estará diretamente relacionada com a promoção da mobilidade urbana sustentável em todo o município, adotando lógicas de continuidade e de integração com a envolvente.

Em ARU de reduzida dimensão e de distâncias curtas e declives relativamente suaves, entende-se que estão reunidas as condições de base para estimular a mobilidade pedonal e a adoção de meios suaves de circulação, nomeadamente da circulação ciclável, dentro de cada uma das ARU. Merecem assim destaque questões como a eliminação de barreiras arquitetónicas e visuais, a criação de ligações contínuas, ou a criação de uma rede de corredores dedicados ou de outras formas alternativas que aumentem a sensação de conforto e de segurança para o peão e para o ciclista. Inclui-se na tipologia de intervenção preconizada o reperfilamento de ruas, alargamento de passeios, sombreamento, arborização, mobiliário urbano adequado, entre outros.

Deste modo, no âmbito da intervenção preconizada, propõe-se que o Objetivo Estratégico “Qualificar e fomentar a integração dos diferentes espaços do Município” enquadre os seguintes Objetivos Específicos:

- Facilitar a ligação e a integração entre os diferentes espaços em cada uma das ARU;
- Eliminar barreiras arquitetónicas e visuais que prejudiquem as vivências da cidade;
- Fomentar a mobilidade pedonal e os meios suaves de circulação;
- Ordenar e diminuir o impacto do tráfego rodoviário.

FIXAR E DINAMIZAR ATIVIDADES ECONÓMICAS E FUNÇÕES URBANAS DIFERENCIADAS

As ARU do Município de Caminha assumem um papel polarizador e aglutinador de algumas atividades que dinamizam o contexto concelhio. Em particular na ARU do Centro Histórico de Caminha, destaca-se uma forte presença de estabelecimentos comerciais, denotando-se que no Município prevalece, desde a sua génese, como um centro de comércio relevante.

Também na área do lazer, o município de Caminha apresenta um destaque significativo. Com mais de uma significativa oferta de serviços relacionados com as atividades turísticas, o concelho assume uma polaridade regional com capacidade de atração de visitantes dos concelhos limítrofes, nomeadamente de Viana do Castelo e Ponte de Lima, mas também da Área Metropolitana do Porto e da Galiza. Nesta área, o dinamismo gerado pelas festas e romarias, a gastronomia, o património arquitetónico e os espaços culturais, por si só, são fator de alavancagem da atividade turística e do marketing territorial, da qual a ARU do Centro Histórico de Caminha será o principal motor. Ao nível

do turismo balnear destacam-se as praias de Moledo ou Vila Praia de Âncora, esta última abrangida na área de influência da ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora).

Tirando partido deste dinamismo, mas também das suas centralidades e da proximidade de um conjunto alargado de equipamentos e serviços, entende-se que deverão ser criadas condições para fixar e dinamizar atividades que contribuam para a atração de população e para a geração de emprego. Num contexto de forte competitividade entre territórios, será fundamental a adoção de medidas e iniciativas pró-ativas que permitam a afirmação e consolidação de Caminha, na sua componente económica. Desta forma, entende-se que se poderá contribuir ativamente para a consecução da Visão proposta.

Assim sendo, propõe-se que o Objetivo Estratégico “Atrair e dinamizar funções urbanas diferenciadas”, enquadre os seguintes Objetivos Específicos:

- Revitalizar, atrair e fixar um conjunto de atividades económicas diferenciadas, nomeadamente ao nível do comércio e serviços de proximidade;
- Diminuir os custos de contexto para as empresas instaladas na cidade e fomentar o empreendedorismo;
- Promover a criatividade, a inovação e o empreendedorismo como forma de geração de atividade económica;
- Promover o potencial turístico e o marketing urbano, articulado com o Mosteiro de São Miguel de Refojos, maximizando o aproveitamento das mais-valias económicas, sociais e culturais daí decorrentes.

QUALIFICAR AS VIVÊNCIAS E PROMOVER A IDENTIDADE

Conforme foi identificado em sede de diagnóstico, as ARU incluem os principais pontos críticos do município de Caminha, que apresentam insuficiências e sinais de degradação ou de desqualificação urbana e social que justificam o desenvolvimento de operações de reabilitação.

Atendendo à dimensão diversificada das problemáticas e dos desafios expostos, os processos de reabilitação e de regeneração urbana a despoletar no Município de Caminha possuem um caráter distinto nas diferentes ARU.

A criação e reabilitação de espaços de lazer e a valorização do património cultural e produtos endógenos são exemplos do que poderá ser feito para inverter estas situações. Assim, propõe-se por isso a inclusão de um Objetivo Estratégico especificamente orientado para a promoção da coesão e da promoção turística do município, que possa enquadrar os seguintes Objetivos Específicos:

- Qualificar o espaço público, promovendo as vivências urbanas e valorizando as relações de proximidade, o sentimento de pertença e a autoestima;

- Assegurar a adequada cobertura da rede de infraestruturas e de equipamentos, com particular enfoque em zonas urbanas críticas;
- Valorizar os espaços urbanos numa lógica de multifuncionalidade;
- Estimular a articulação das ARU do Município de Caminha com a sua envolvente rural, explorando as complementaridades económicas e socioculturais resultantes dessa proximidade.

3.3. Envolvimento e mobilização

Com vista a concretização da estratégia do PARU prevê-se o envolvimento da comunidade e das entidades responsáveis pela dinamização de funções urbanas estruturantes.

A mobilização dos privados (com ou sem fins lucrativos) assume neste contexto uma importância de destaque uma vez que a autarquia prevê a alocação de uma parte de FEDER ao Instrumento Financeiro a criar (IFRRU) (sendo, contudo, necessário acautelar o prévio conhecimento das regras de funcionamento do mesmo e o papel da autarquia na validação dos pedidos dos proprietários de edifícios nas ARU).

Neste sentido, e independentemente de haver alocação de FEDER ao IFRRU, a mobilização dos privados para a reabilitação do seu património é uma das tarefas prioritárias da autarquia que assumiu já o compromisso de apoiar a reabilitação urbana aquando do processo de delimitação das ARU. Informar e apoiar os agentes privados será um fator crítico do sucesso do PARU.

Considerando as regras de elegibilidade das operações na presente PI, apenas a autarquia será promotora das operações aqui enquadradas, contudo, após aturada ponderação sobre as múltiplas entidades com um papel ativo nas dinâmicas da cidade, prevê-se que diversos atores venham a intervencionar espaços de que sejam proprietários, contribuindo assim para a concretização do PARU.

Nesta ponderação, e tendo em conta a diversidade de atores, mais do que listá-los exaustivamente, importa reforçar que todas as entidades públicas e privadas com sede ou proprietárias de espaços nas ARU que os qualifiquem (em consonância com o PARU) deverão ser consideradas elegíveis a cofinanciamento não reembolsável ou a instrumentos financeiros.

Face à carteira de projetos proposta no PARU, é importante identificar as entidades mais relevantes, com as quais será possível formalizar as parcerias necessárias.

Complementarmente, identificam-se de forma genérica os proprietários de edifícios nas ARU, que poderão estar interessados na reabilitação dos seus imóveis, e que serão envolvidos ao longo de todo o processo. Este conjunto de parceiros será definido e contactado quando existam informações

adicionais sobre o funcionamento do IFRRU, sendo o trabalho de mobilização um desafio permanente da Câmara Municipal.



4. PLANTAS DE DELIMITAÇÃO TERRITORIAL EM QUE SE PRETENDE INTERVIR

O PARU de Caminha irá focar-se nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) definidas no Concelho à data da candidatura, designadamente a ARU do Centro Histórico de Caminha e a ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora), cujas plantas de delimitação se apresentam nas páginas seguintes.

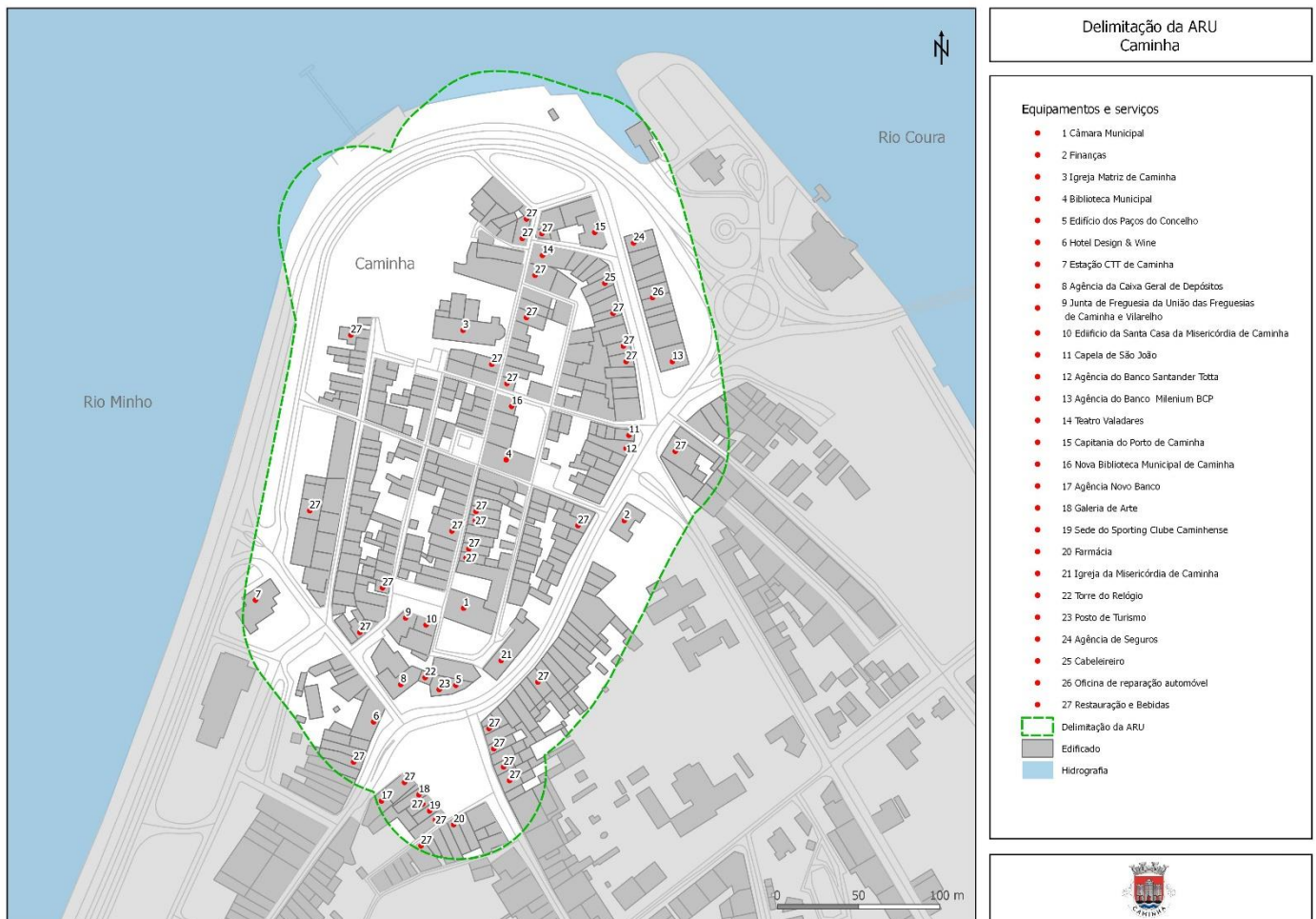


Figura 11. Limites da ARU do Centro Histórico de Caminha



Figura 12. Limites da ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora)

5. MODELO HABITACIONAL

Conforme anteriormente referido anteriormente, o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) de Caminha irá focar-se nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) definidas no concelho à data da candidatura, designadamente as ARU do Centro Histórico de Caminha e a ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora).

Concretamente, com a delimitação das ARU, o Município definiu um conjunto de iniciativas (de cariz fiscal, financeiro, administrativo, de entre outros) que, se prevê, venham a atrair investimento privado/particular no domínio da atividade económica, mas também com soluções habitacionais diversificadas (arrendamento, alojamento permanente ou outras) e, deste modo, inverter o envelhecimento e abandono da cidade, regenerando-a e revitalizando-a.

Esta dinâmica decorrerá essencialmente da ocupação dos alojamentos vagos, em resultado, na grande maioria das vezes, de intervenções de reabilitação urbana atendendo ao peso que os edifícios degradados e em ruínas possuem no total das ARU.

Este objetivo não é atingido, exclusivamente, pelas iniciativas previstas no âmbito do PARU, contudo, considera-se que o alcance do PARU, na concretização deste modelo habitacional, é o de tornar o município mais aprazível, confortável, atrativo e competitivo, contribuindo deste modo para a fixação de um maior número de habitantes e atividades económicas.

A qualificação e revitalização urbana, por via das intervenções previstas no PARU e, consequentemente o aumento da sua atratividade, passa assim pela dinamização da atividade económica, sua promoção e reforço de notoriedade, pela melhoria das condições de circulação e mobilidade, pela diversificação da oferta turística e de atividades de recreio e lazer e pela melhoria do ambiente urbano.

Em síntese, a intervenção do PARU ao nível do modelo habitacional, articula-se de forma coerente e sistémica com a política pública municipal de reabilitação urbana definida nas ARU, complementando-a por via do reforço da atratividade local.

5.1. ARU do Centro Histórico de Caminha

Reflete um território que, pelas suas condições locativas, ambientais, funcionais e representativas, poderá desempenhar um importante papel na revitalização urbana do município de Caminha, na sua globalidade.

Focando-se no centro tradicional do Município de Caminha, a ARU do Centro Histórico de Caminha contempla as áreas mais dinâmicas do concelho e muitos dos seus elementos patrimoniais mais

relevantes. Por seu turno, a área inclui também algumas zonas consideradas críticas para a reabilitação urbana em Caminha, concentrando uma parte importante das áreas com problemas de degradação ou obsolescência dos edifícios, os principais equipamentos de uso coletivo, assim como um conjunto alargado de espaços públicos com necessidades de qualificação e valorização.

Uma das principais fragilidades da ARU do Centro Histórico de Caminha, tal como referido no diagnóstico, é o envelhecimento da sua população e a perda de população, fruto da dificuldade desta área fixar de novos habitantes e novas atividades. Numa perspetiva sistémica, o envelhecimento verificado nas ARU resulta e determina esta perda de atratividade e de dinamismo, pelo que, inverter esta tendência constitui um objetivo central de toda a política municipal de reabilitação urbana.

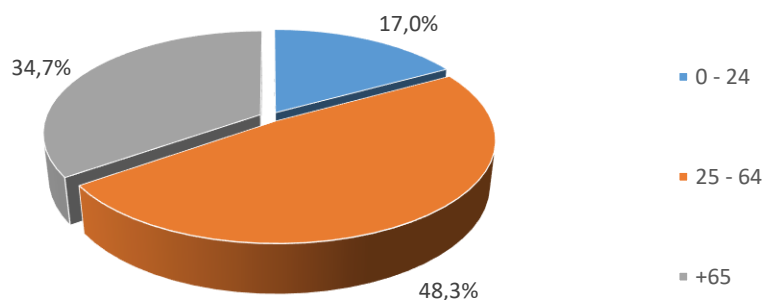


Figura 13. População residente por grupo etário na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

A Área de Intervenção considera um território com algum grau de homogeneidade, reflexo da sedimentação dos diferentes ciclos ocupacionais que caracterizaram a evolução urbana da ARU.

Ao nível do edificado, verifica-se que existem na ARU 195 edifícios, que correspondem a cerca de 2,3% total do concelho. Verifica-se que 72,3% dos edifícios foram contruídos ou profundamente reabilitados até 1980.



Figura 14. Época de construção dos edifícios na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

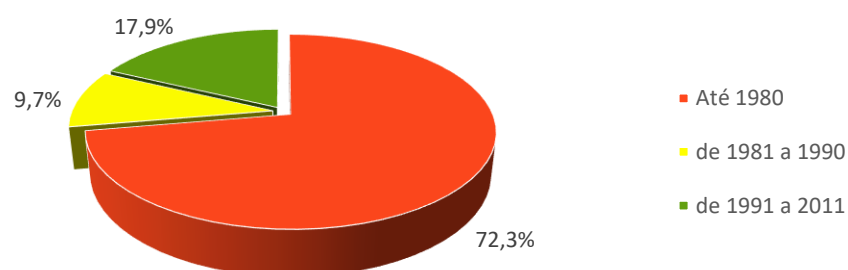


Figura 15. Época de construção agregada na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

Estes edifícios correspondem a 284 alojamentos, cerca de 2,0 % do total concelhio. Relativamente aos alojamentos, nomeadamente à sua dispersão ou concentração por edifício, verifica-se que na ARU do Centro Histórico de Caminha, na sua grande maioria (57,7%), existe um alojamento por edifício, caracterizando-se assim esta área por edifícios “mono-alojamento”, ou unifamiliares.

A relação do número de alojamentos por edifício está intrinsecamente ligada ao número de pisos por edifício. Se proliferam os alojamentos simples, ou individuais, verifica-se que a cêrcea dos edifícios acompanha esta evidência.



Figura 16. Número de alojamentos por edifício na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

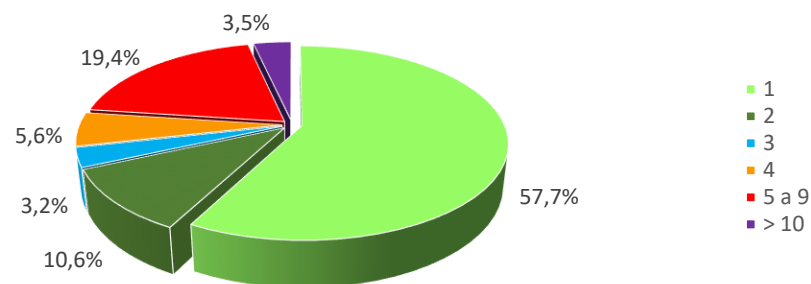


Figura 17. Número de alojamentos por edifício na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

Os edifícios com 1 ou 2 pisos representam cerca de 68,3% da totalidade de edifícios. Destacam-se ainda os cerca de 25% de edifícios de 4 a 9 alojamentos.



Figura 18. Número de pisos por edifício na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

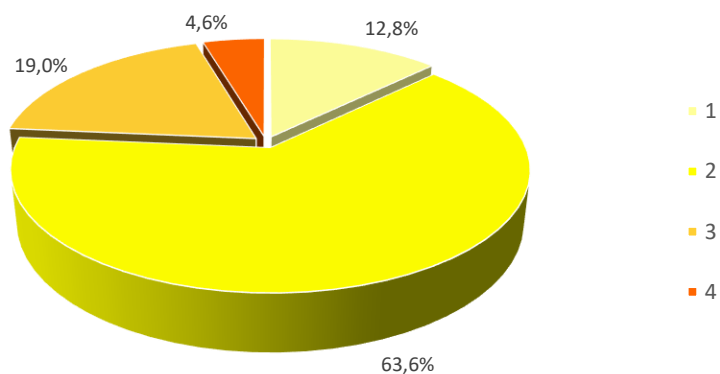


Figura 19. Número de pisos por edifício na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

Merece destaque o facto de 37,3% dos alojamentos situados na ARU não ser de residência habitual, valor que pode estar associado à população emigrante de Caminha ou a trabalhar noutro ponto de país. É também de referir que 67 alojamentos deste território se encontram vagos (23,6% do total). Em alguns casos, correspondem a imóveis com algum estado de degradação. Em termos prioritários

é necessário identificar estas situações, analisar as intensões dos atuais proprietários e desencadear processos de reabilitação adaptados as situações.

Desta forma verifica-se que a taxa de ocupação permanente dos alojamentos é de apenas 39% (111 alojamentos).

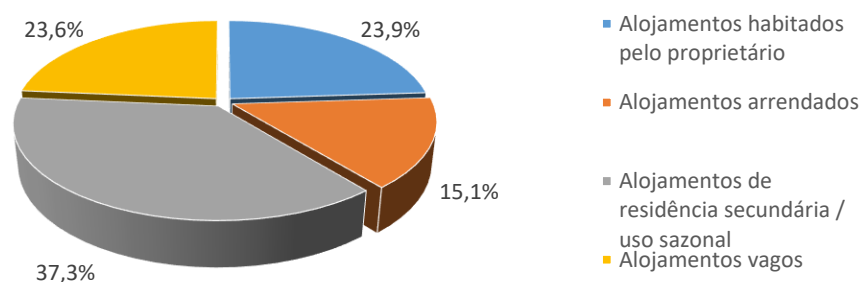


Figura 20. Ocupação dos alojamentos na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

Deste modo, e contabilizando apenas a ocupação permanente, importa salientar que, desses 111 alojamentos, 61,3 % são alojamentos habitados pelo proprietário, facilitando à partida, os processos de reabilitação a implementar. Em cerca de 43 alojamentos, a decisão ou necessidade de desenvolver trabalhos de reabilitação será simplificada pelo facto de não existirem outros intervenientes envolvidos no processo.

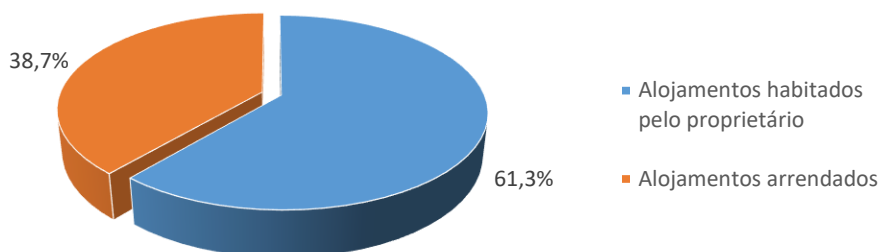


Figura 21. Ocupação dos alojamentos de residência habitual na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

Existe um panorama diversificado relativamente ao sentido tipológico dos edifícios, com um padrão de considerável heterogeneidade no que respeita a volumetria das construções, pois frequentemente a diferença de volumetria entre edifícios contíguos estabelecem ruturas morfológicas.

Para além da informação presente no recenseamento aos edifícios do Censos 2011, existiu a necessidade de complementar, atualizar e corrigir esta informação, tendo sido englobadas informações mais recentes, recolhidas em 2016 junto dos serviços municipais e através de trabalho de campo.

Assim, tendo em conta a análise atual, selecionando apenas os edifícios com mais de 30 anos, e analisando quantos desses edifícios necessitam de médias reparações ou ainda de reparações mais graves, verifica-se que 37,6% dos edifícios apresentam necessidades de reparações no mínimo de nível médio (estado de conservação Razoável).

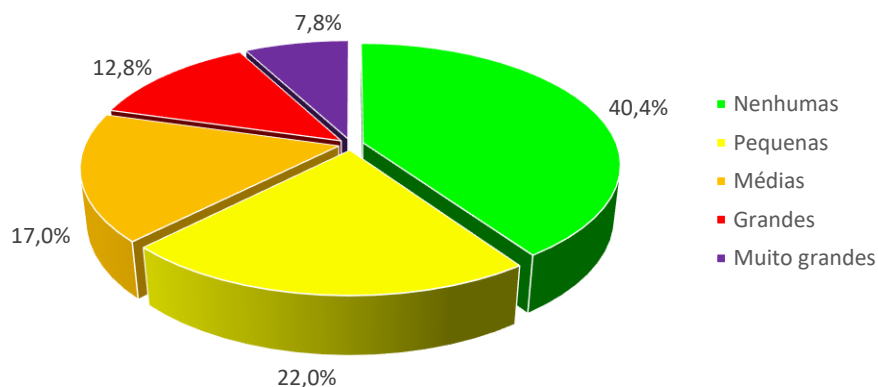


Figura 22. Estado de conservação dos edifícios de habitação construídos até 1980 na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)



Figura 23. Edifícios com mais de 30 anos com estado de conservação razoável ou pior na ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011 e CMCB)

Numa relação mais abrangente, e incluindo todos os edifícios da ARU, independentemente da sua idade, a percentagem de edifícios com necessidades médias ou mais graves de reparações reduz para cerca de 28,7%.

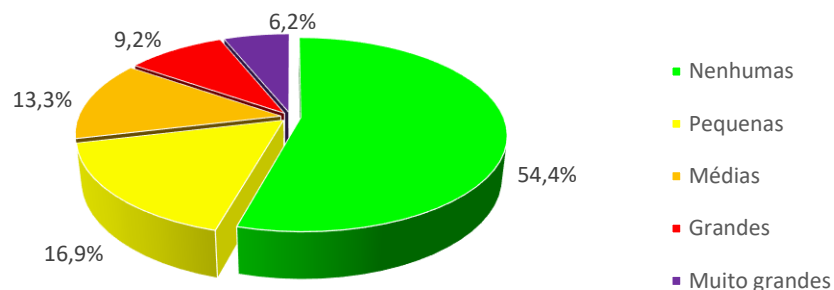


Figura 24. Estado de conservação dos edifícios da ARU do Centro Histórico de Caminha



Figura 25. Estado de conservação dos edifícios da ARU do Centro Histórico de Caminha

Existem 12 imóveis parcialmente ou totalmente devolutos, ou em ruína, classificados como em péssimo estado de conservação.

A gravidade e a disseminação das situações de mau estado de conservação exigem o desenvolvimento de um programa de reabilitação que priorize as intervenções e identifique os percursos ou os contextos urbanos mais expostos.

Relativamente à tipologia de usos dos edifícios habitacionais da ARU, verifica-se que a maioria é de utilização exclusiva de habitação (53,3%). Nos eixos principais da ARU encontram-se, edifícios onde o rés-do-chão está afeto a comércio ou serviços, mantendo como finalidade principal ou maioritária, a habitação (42,6%).

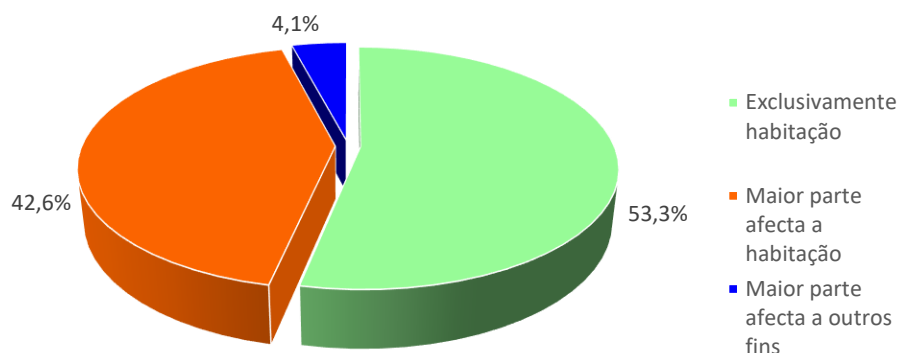


Figura 26. Tipologia de usos dos edifícios da ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)



Figura 27. Tipologia de usos dos edifícios da ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

Em termos morfotipológicos a estrutura dos edifícios da ARU da Vila de Caminha apresenta-se pouco diversificada. Na ARU do Centro Histórico de Caminha, dominam os edifícios com as tradicionais morfologias de edifícios clássicos em banda (80,3%)., refletindo um crescimento urbano mais contido e mais homogéneo.

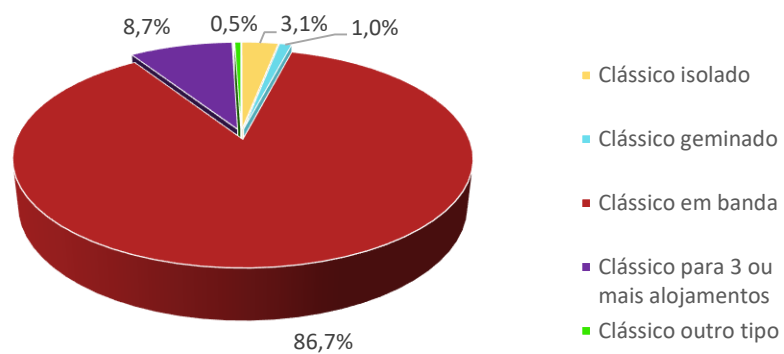


Figura 28. Tipologia de morfologia de Edifício da ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

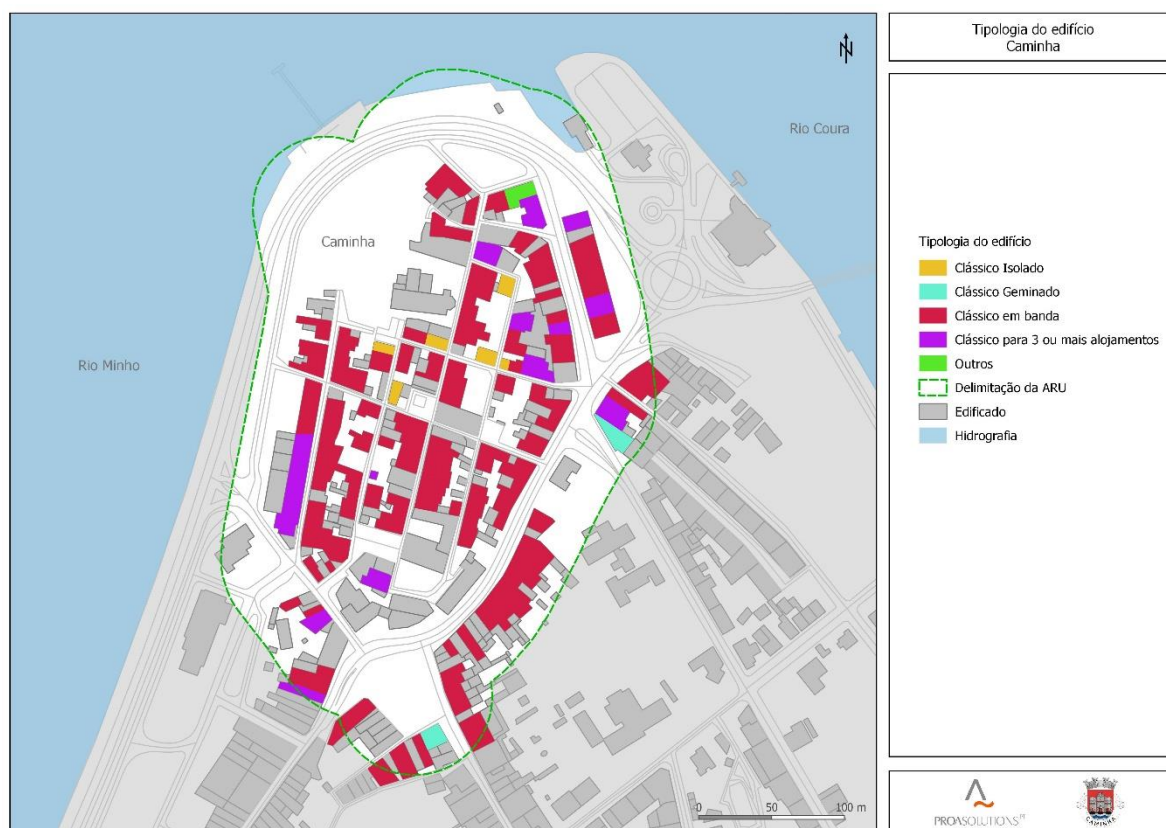


Figura 29. Tipologia de morfologia de edifício da ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

Foi analisada ainda a oferta de lugares de estacionamento/lugares de garagem por alojamento. Pelo facto de ARU do Centro Histórico de Caminha se inserir na sede de concelho, é visível a urbanização do espaço público, e, consequentemente a disponibilidade de parqueamentos nos arruamentos e nos principais espaços públicos. De notar que a configuração arquitetónica dos alojamentos mais antigos não contemplou a necessidade de existência de lugares de garagem na sua construção, com consequências notórias nos arruamentos públicos que lhes são adjacentes. Assim, cerca de 90,8% dos alojamentos não têm lugar de estacionamento ou lugar de garagem.

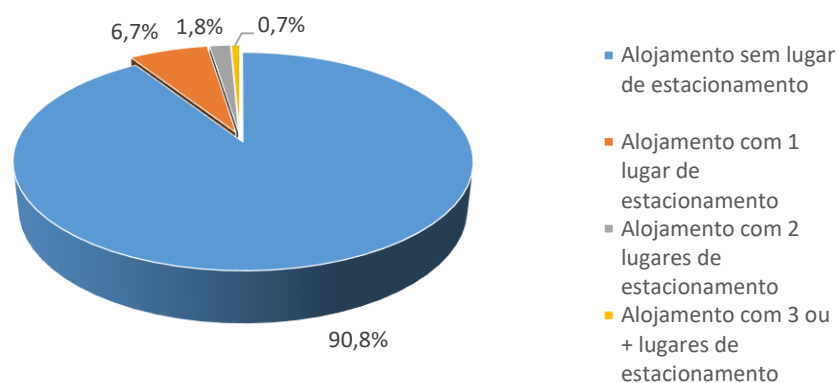


Figura 30. Lugares de Estacionamento por edifício da ARU do Centro Histórico de Caminha (INE 2011)

É, no entanto, de registar a necessidade de reordenamento dos locais de carga e descarga e a necessidade de redefinição dos espaços com esta vocação.

		Nº	%
	Total de edifícios	195	100
Época de construção	Até 1980	141	72,3
	De 1981 a 1990	19	9,7
	De 1991 a 2011	35	17,9
	Total de edifícios	195	
Estados de conservação e necessidade de reparação	Total – Nenhuma necessidade de reparação	106	54,4
	Total - Com necessidades de reparação	89	45,6
	Pequenas reparações	33	16,9
	Reparações médias	26	13,3
	Grandes reparações	18	9,2
	Muito Grandes	12	6,2
	Total de alojamentos familiares	284	
Tipo de ocupação dos alojamentos	Ocupado pelo proprietário	68	23,9
	Ocupado por arrendatário	43	15,1
	Alojamentos Vagos	67	23,6
	Alojamentos de residência secundária/Uso Sazonal	106	37,3

Tabela 22. Indicadores relativos ao edificado localizado da ARU do Centro Histórico de Caminha

5.2. ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora)

Na ARU da Sandia (Vila Praia de Âncora) existem 200 edifícios, que correspondem a cerca de 2,3% total do concelho. A mistura de edificado antigo com tecidos urbanos recentes, justapondo morfotipologias e estados de conservação muito contrastantes transmitem a necessidade de se refletir uma intervenção de reabilitação urbana nesta área.

Uma das principais fragilidades da ARU da Sandia, tal como referido no diagnóstico, é o envelhecimento da sua população. Numa perspetiva sistémica, o envelhecimento verificado nas ARU resulta e determina esta perda de atratividade e de dinamismo, pelo que, inverter esta tendência constitui um objetivo central de toda a política municipal de reabilitação urbana.

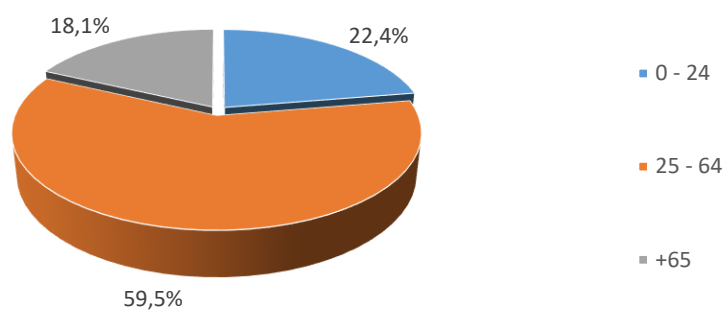


Figura 31. População residente por grupo etário na ARU da Sandia (INE 2011)

Ao nível do edificado, verifica-se que 44% dos edifícios foram contruídos ou profundamente reabilitados até 1980.

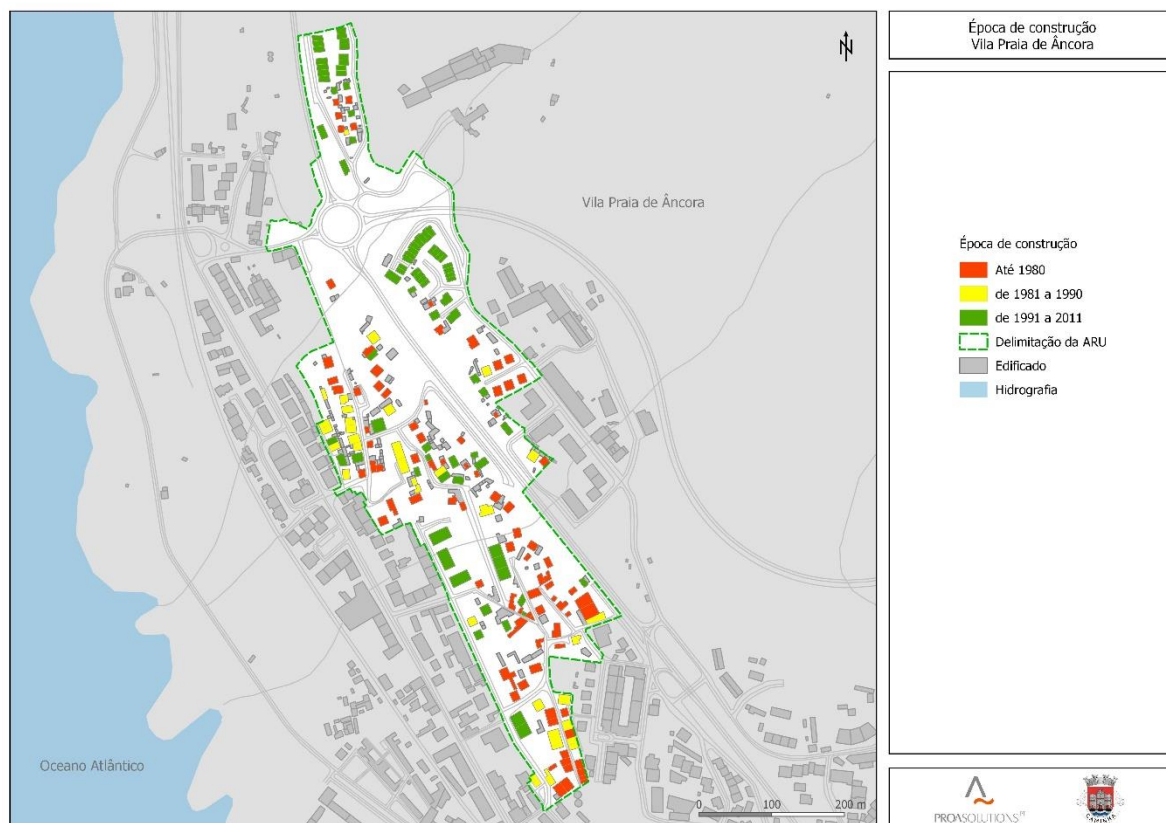


Figura 32. Época de construção dos edifícios na ARU da Sandia (INE 2011)

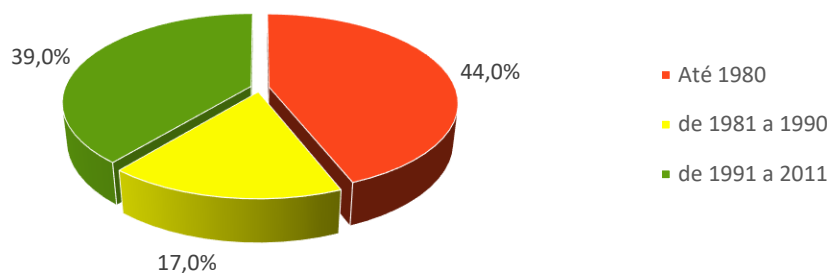


Figura 33. Época de construção agregada na ARU da Sandia (INE 2011)

Estes edifícios correspondem a 337 alojamentos, cerca de 2,4 % do total concelhio. Relativamente aos alojamentos, nomeadamente à sua dispersão ou concentração por edifício, verifica-se que na ARU de Sandia (Vila Praia de Âncora), a maior tipologia existente (48,7%), existe um alojamento por edifício, caracterizando-se assim esta área por edifícios “mono-alojamento”, ou unifamiliares. Destacam-se ainda os cerca de 25,5% de edifícios com 4 a 9 alojamentos.

A relação do número de alojamentos por edifício está intrinsecamente ligada ao número de pisos por edifício. Se proliferam os alojamentos simples, ou individuais, verifica-se que a cêrcea dos edifícios acompanha esta evidência.



Figura 34. Número de alojamentos por edifício Época de construção agregada na ARU da Sandia (INE 2011)

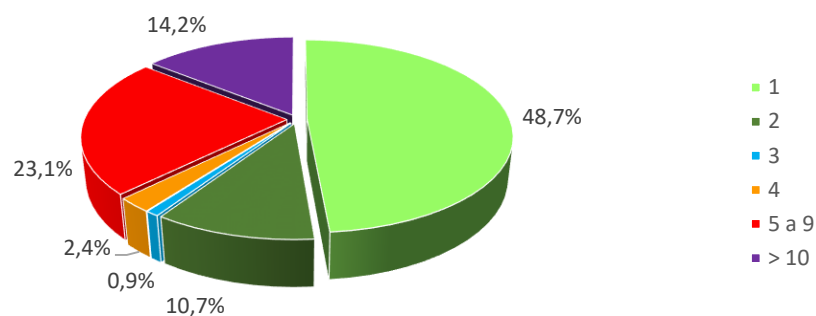


Figura 35. Número de alojamentos por edifício na ARU da Sandia (INE 2011)

Os edifícios com 1 piso representam cerca de 26,5% da totalidade de edifícios. Destacam-se ainda os cerca de 65,2% de edifícios com 2 pisos.

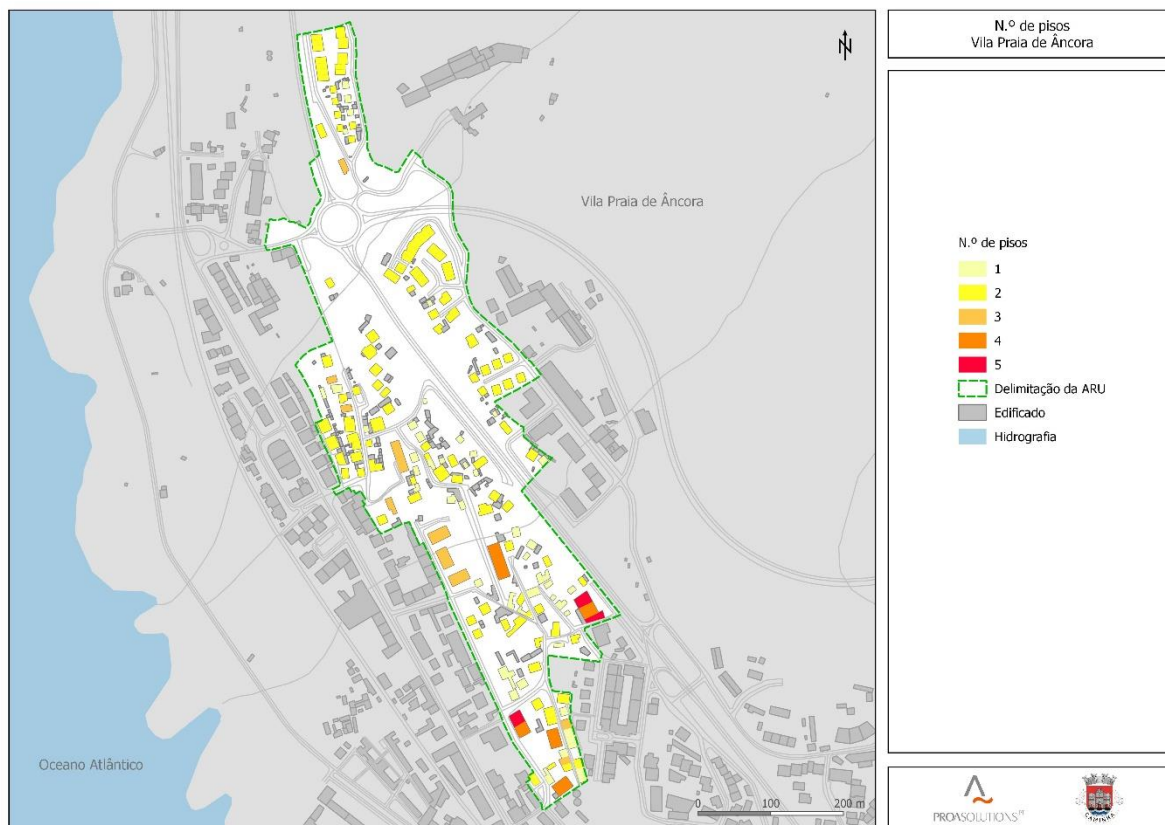


Figura 36. Número de pisos por edifício na ARU da Sandia (INE 2011)

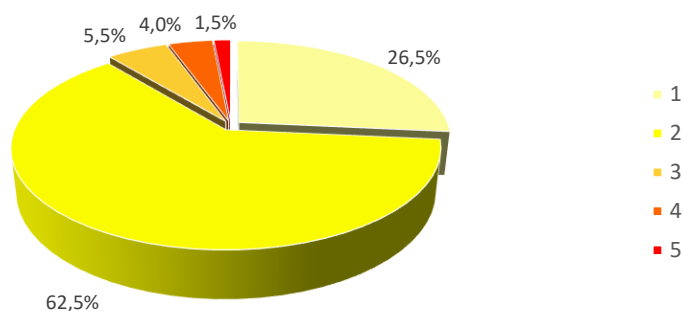


Figura 37. Número de pisos por edifício na ARU da Sandia (INE 2011)

Merece destaque o facto de 57,9% dos alojamentos situados na ARU não ser de residência habitual, valor que pode estar associado à população emigrante ou vocacionada para o alojamento turístico, ou a trabalhar noutro ponto de país. É também de referir que 16 alojamentos desta ARU se encontram vagos (6,5% do total) pelo que, em alguns casos, correspondem a imóveis com algum estado de degradação. Em termos prioritários é necessário identificar estas situações, analisar as intensões dos atuais proprietários e desencadear processos de reabilitação adaptados as situações.

Desta forma verifica-se que a taxa de ocupação permanente dos alojamentos é de apenas 39% (111 alojamentos).

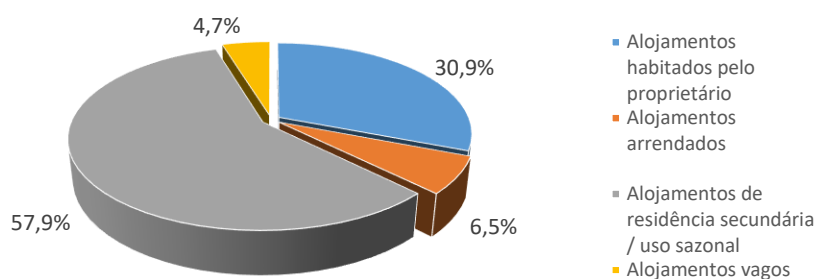


Figura 38. Ocupação dos alojamentos na ARU da Sandia (INE 2011)

Deste modo, e contabilizando apenas a ocupação permanente, importa salientar que, desses 104 alojamentos, 82,5 % são alojamentos habitados pelo proprietário, facilitando à partida, os processos de reabilitação a implementar. Em cerca de 22 alojamentos (17,5%), a decisão ou necessidade de desenvolver trabalhos de reabilitação será simplificada pelo facto de não existirem outros intervenientes envolvidos no processo.

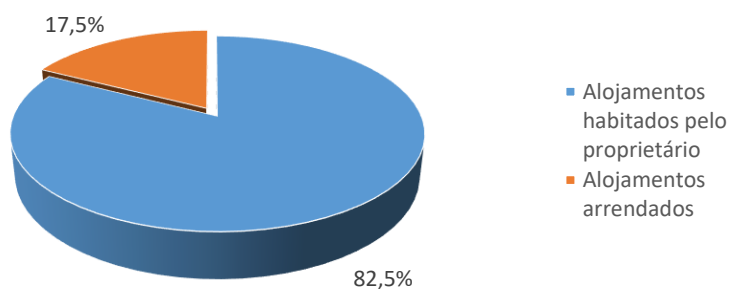


Figura 39. Ocupação dos alojamentos de residência habitual na ARU da Sandia (INE 2011)

Existe um panorama diversificado relativamente ao sentido tipológico dos edifícios, com um padrão de considerável heterogeneidade no que respeita a volumetria das construções, pois frequentemente a diferença de volumetria entre edifícios contíguos estabelecem ruturas morfológicas.

Para além da informação presente no recenseamento aos edifícios do Censos 2011, existiu a necessidade de complementar, atualizar e corrigir esta informação, tendo sido englobadas informações mais recentes, recolhidas em 2016 junto dos serviços municipais e através de trabalho de campo.

Assim, tendo em conta a análise atual, selecionando apenas os edifícios com mais de 30 anos, e analisando quantos desses edifícios necessitam de médias reparações ou ainda de reparações mais graves, verifica-se que 29,8% dos edifícios apresentam necessidades de reparações no mínimo de nível médio (estado de conservação Razoável).

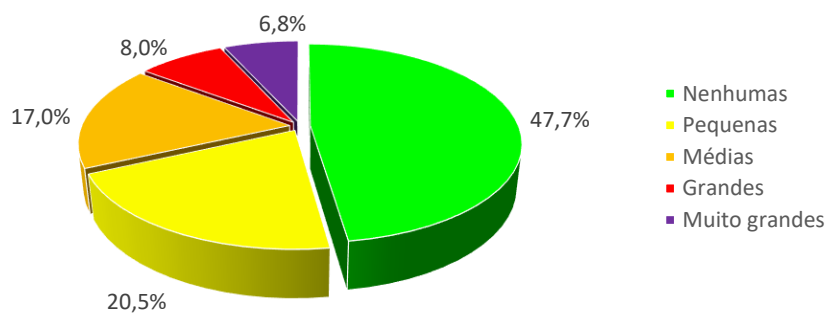


Figura 40. Estado de conservação dos edifícios de habitação construídos até 1980 na ARU de Sandia (INE 2011)



Figura 41. Edifícios com mais de 30 anos com estado de conservação razoável ou pior na ARU da Sandia (INE 2011)

Numa relação mais abrangente, e incluindo todos os edifícios da ARU, independentemente da sua idade, a percentagem de edifícios com necessidades médias ou mais graves de reparações reduz para cerca de 18,8%.

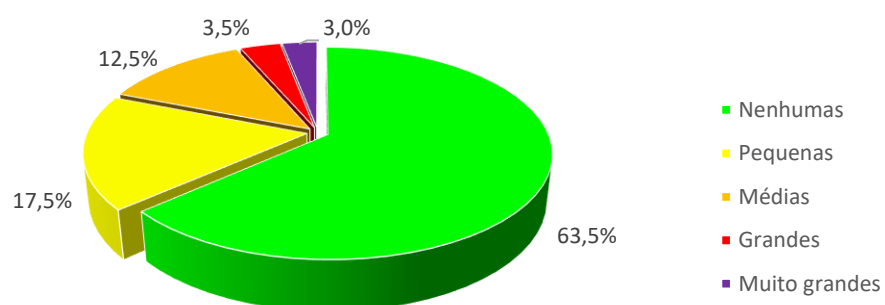


Figura 42. Estado de conservação dos edifícios da ARU de Sandia (INE 2011)



Figura 43. Estado de conservação dos edifícios da ARU da Sandia

Existe 6 imóveis parcialmente ou totalmente devolutos, ou em ruína, classificados como em péssimo estado de conservação.

A gravidade e a disseminação das situações de mau estado de conservação exigem o desenvolvimento de um programa de reabilitação que priorize as intervenções e identifique os percursos ou os contextos urbanos mais expostos.

Relativamente à tipologia de usos dos edifícios habitacionais da ARU, verifica-se que a maioria é de utilização exclusiva de habitação (99,5%).

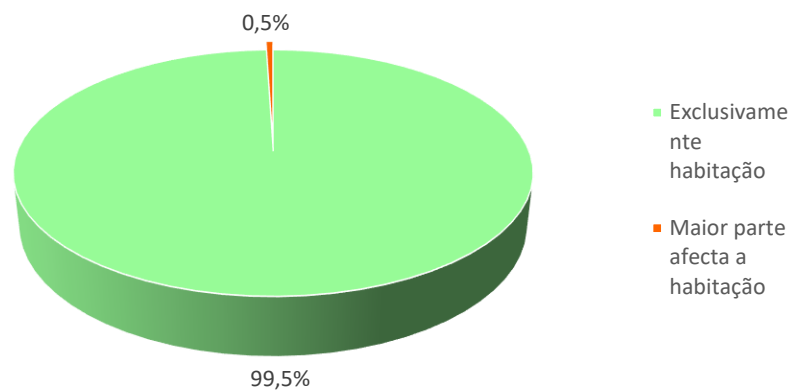


Figura 44. Tipologia de usos dos edifícios na ARU da Sandia (INE 2011)



Figura 45. Tipologia de usos dos edifícios na ARU da Sandia (INE 2011)

Em termos morfotipológicos a estrutura dos edifícios da ARU da Sandia apresenta-se diversificada. Na ARU do Centro Histórico de Caminha, dominam os edifícios com a morfologia de edifícios clássicos isolados (53,0%), a tipologia clássica geminada atinge os 21% e a tipologia clássico em banda 17%, refletindo um crescimento urbano mais heterogéneo



Figura 46. Tipologia de morfologia de edifício na ARU da Sandia (INE 2011)

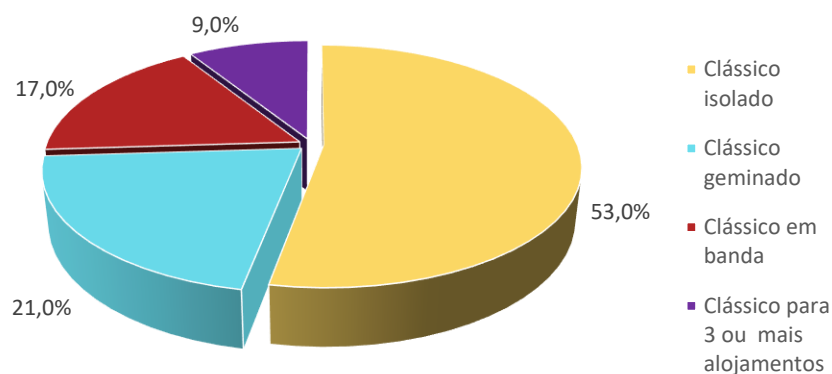


Figura 47. Tipologia de morfologia de edifício na ARU da Sandia (INE 2011)

Foi analisada ainda a oferta de lugares de estacionamento/lugares de garagem por alojamento. É visível a urbanização do espaço público, e, consequentemente a disponibilidade de parqueamentos nos arruamentos e nos principais espaços públicos. De notar que a configuração arquitetónica dos alojamentos mais antigos não contemplou a necessidade de existência de lugares de garagem. Assim, cerca de 68,8% dos alojamentos não têm lugar de estacionamento ou lugar de garagem.

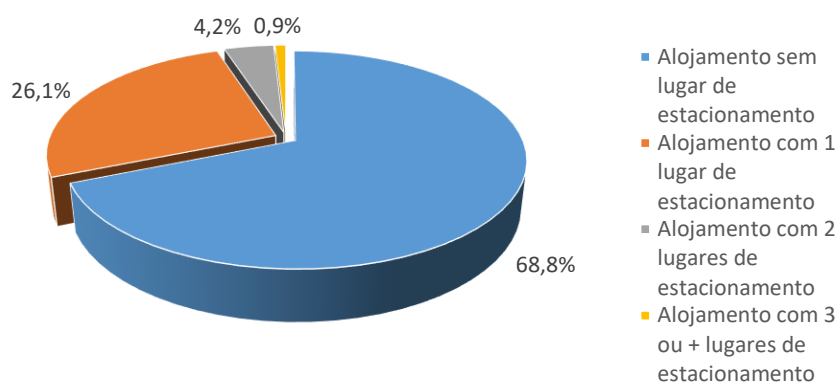


Figura 48. Lugares de Estacionamento por edifício na ARU da Sandia (INE 2011)

É, no entanto, de registar a necessidade de reordenamento dos locais de carga e descarga e a necessidade de redefinição dos espaços com esta vocação.

		Nº	%
	Total de edifícios	200	100
Época de construção	Até 1980	88	44,0
	De 1981 a 1990	34	17,0
	De 1991 a 2011	78	39,0
	Total de edifícios	200	
Estados de conservação e necessidade de reparação	Total – Nenhuma necessidade de reparação	127	63,5
	Total - Com necessidades de reparação	73	36,5
	Pequenas reparações	35	17,5
	Reparações médias	25	12,5
	Grandes reparações	7	3,5
	Muito Grandes	6	3,0
	Total de alojamentos familiares	337	
Tipo de ocupação dos alojamentos	Ocupado pelo proprietário	104	30,9
	Ocupado por arrendatário	22	6,5
	Alojamentos Vagos	16	4,7
	Alojamentos de residência secundária/Uso Sazonal	195	57,9

Tabela 23. Indicadores relativos ao edificado localizado na ARU da Sandia

6. MODELO ECONÓMICO

A base económica local das ARU apresenta um conjunto de fragilidades, de entre as quais se pode destacar a reduzida inovação, modernização e perda de algum dinamismo. Com efeito atendendo à importância da atividade económica como motor da atratividade e competitividade local, estas especificidades locais constituem um entrave de modernização e desenvolvimento que importa, por isso inverter. Pretende-se assim promover uma reconversão e revitalização do tecido económico local de onde resulte a atração e fixação de atividades económicas inovadoras, criativas, competitivas e dinâmicas a par com a modernização e/ou reconversão das atividades existentes

Assim, as operações de reabilitação previstas no PARU do Município de Caminha assumem como um dos seus objetivos a criação de condições para a reconversão funcional e a revitalização do tecido empresarial local.

De facto, prevê-se que as intervenções previstas no âmbito do PARU tenham impactos interativos sobre duas vertentes interdependentes, num “círculo virtuoso”. Por um lado, a captação de moradores e visitantes ajudará a dinamização do tecido económico local e, de um modo inverso, a dinamização da economia irá facilitar a atração e fixação de novos moradores e visitantes para o Município de Caminha.

É neste pressuposto que foi definido, no âmbito do PARU, um objetivo estratégico diretamente relacionado com a temática económica: “Fixar e dinamizar atividades económicas e funções urbanas diferenciadas”.

Neste caso, é possível especificar que esta dinamização do tecido económico local irá ser promovida através da ação em diferentes eixos, complementares e interdependentes:

- Dinamização do comércio tradicional;
- Promoção e consolidação das atividades de lazer e turismo;
- Promoção do empreendedorismo e novas oportunidades;
- Promoção económica da atividade económica e equipamentos;
- Valorização do mercado imobiliário.

DINAMIZAÇÃO DO COMÉRCIO TRADICIONAL

Conforme referido anteriormente, a vila de Caminha assume um papel polarizador e aglutinador de algumas atividades que extravasam o contexto da respetiva ARU. Em particular na ARU, destaca-se uma forte presença de estabelecimentos comerciais, denotando-se que Caminha prevalece,

desde a sua génese, como um centro de comércio relevante. Situação semelhante ocorre na ARU de Sandia (Vila Praia de Ancora), na qual se verifica, muito perto, nomeadamente, na Rua 5 de Outubro, uma atividade comercial também muito relevante.

Tirando partido deste dinamismo, mas também da sua centralidade e da proximidade de um conjunto alargado de equipamentos e serviços, entende-se que deverão ser criadas condições para fixar e dinamizar atividades que contribuam para a atração de população e para a geração de emprego. Este tipo de intervenção mostra-se particularmente pertinente, tendo em conta que se denotam já alguns sinais de decréscimo da atividade comercial, nomeadamente nas zonas mais antigas dos aglomerados urbanos.

Merece destaque no PARU o conjunto de intervenções ao nível da qualificação do espaço público e de criação de percursos confortáveis e seguros, que se conjugam numa imagem atual e atrativa para as ARU. Mas, mais do que as ações infraestruturais, deverá ser contemplada a realização de ações concertadas e em rede, envolvendo os comerciantes e proprietários.

O PARU integra assim uma forte componente de dinamização do comércio tradicional, incluindo uma ação específica de “centro de comércio aberto”, onde são preconizadas medidas para promover, ao ar livre, um espaço confortável, de fácil acesso e aprazível para realizar compras, passear e ocupar os tempos livres.

Este projeto assume um garantir o papel ativo do sector privado, nomeadamente ao nível do trabalho em rede. À Câmara Municipal caberá a responsabilidade de desempenhar o papel de agente facilitador e coordenador em muitas das iniciativas propostas. A esse nível, serão dinamizadas sinergias entre os comerciantes e o município para a programação do espaço público e da oferta cultural, não só ao nível de eventos, horários, mas também da criação de pacotes que combinem, com desconto, alguns serviços.

Este eixo poderá ser aferido com indicadores como o número de estabelecimentos existente nas ARU ou volume de negócios gerado. De uma forma mais abrangente, terá impactos ao nível do poder de compra da população e da taxa de desemprego.

LAZER E TURISMO

Também na área do lazer, nas ARU de Caminha, destacando-se neste aspeto a ARU do Centro Histórico de Caminha. O Município conta com uma oferta de serviços relacionados com o turismo, (restaurantes, cafés, bares etc.) e uma presença significativa de diversas tipologias de alojamento, o concelho assume uma polaridade regional com capacidade de atração de visitantes dos concelhos limítrofes.

Nesta área, o dinamismo gerado em torno do Centro Histórico de Caminha será, por si só, fator de alavancagem da atividade turística e do marketing territorial, da qual a ARU do Centro Histórico de

Caminha será o principal motor, com um impacto significativo na melhoria da imagem do Município e o reforço da sua identidade própria.

As intervenções previstas no PARU assumem a componente de Lazer e Turismo como fundamentais para o desenvolvimento económico de Caminha. Merecem aqui destaque vários elementos de importante valor arquitetónico e cultural e reúne um conjunto de monumentos com interesse turístico. Alguns do espólio edificado encontra-se classificado como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público e Imóveis de Interesse Municipal. Destacam-se o Centro Histórico de Caminha, a Anta da Barrosa (Vila Praia de Âncora), o Chafariz da Praça Municipal (Caminha), a Igreja Matriz de Caminha (Caminha) ou a Torre do Relógio (Caminha).

As intervenções físicas propostas serão complementadas com a proposta de ações imateriais ao nível da animação das respetivas zonas intervencionadas e com uma forte componente de marketing urbano que maximizem a atratividade e visibilidade externa do Concelho.

Este eixo poderá ser acompanhado através dos indicadores mais tradicionais relacionados com o turismo como o número de visitantes e turistas, número de estabelecimentos hoteleiros e de restauração, volume de negócios gerado, gastos por turista, tempo de permanência médio, ou grau de satisfação.

EMPREENDEDORISMO E NOVAS OPORTUNIDADES

O conjunto de intervenções preconizado deverá ser alavancador da geração de novas oportunidades em áreas como o comércio, o turismo, a restauração, a construção civil, o setor vinícola, a prestação de serviços associados a estes setores, entre outras. Importa por isso que sejam criadas as condições para que estas oportunidades sejam indutoras da criação de novas empresas e fomentem o empreendedorismo na Área de Intervenção.

Prevê-se por isso que a Câmara Municipal possa articular com diferentes entidades a disponibilização de serviços, estruturas e incentivos às empresas que se instalem nas ARU, de forma que sejam apoiadas na fase crucial do seu lançamento e implantação.

Reconhecendo que para além da fixação de um quadro fiscal favorável ao investimento em projetos de reabilitação urbana inseridos na ARU e consonantes com os objetivos fixados, e necessário contribuir para a criação de outras condições e variáveis que facilitem, agilizem e promovam os projetos de reabilitação designadamente no que se refere a diversificação das fontes de financiamento, a Câmara Municipal dos Caminha desenvolverá um conjunto de ações entre as quais se destacam as seguintes:

- Celebração de protocolos com entidades gestoras de instrumentos financeiros tendo em vista facilitar o acesso ao crédito, a redução de comissões e o estabelecimento de condições de financiamento mais favoráveis.

- Apoio técnico na identificação de fontes de financiamento dirigidas a reabilitação urbana ou com conexões com esta, que permitam aos promotores de projetos de reabilitação urbana, públicos e privados, aceder aos fundos estruturais disponibilizados no âmbito da política de coesão da União Europeia, designadamente aos novos instrumentos financeiros previstos no âmbito do Portugal2020.

De uma forma direta, este eixo deverá ser acompanhado, medindo o número de novas empresas criadas na Área de Intervenção. Indiretamente, poderão ser medidos outros indicadores como o número de empregos criados ou volume de negócios gerado.

PROMOÇÃO ECONÓMICA E EQUIPAMENTOS

Ao focar a sua estratégia na consolidação do Município de Caminha como polaridade urbana qualificada e dinâmica, o PARU de Caminha assume um papel que extravasa os limites das ARU. No que concerne ao modelo económico adotado, importa que o Município de Caminha, tirando partido do seu posicionamento privilegiado na sub-região, junto à fronteira com a Galiza, e das boas acessibilidades externas que apresenta, esteja dotado de condições que lhe permitam materializar o objetivo proposto. Desta forma, é proposta no PARU a intervenção de reabilitação em equipamentos na área económica, que terão um papel fundamental na estratégia assumida.

A nível da ARU do Centro Histórico de Caminha, merece referência que a localização, integrada na zona central, de ligações pedonais fluidas com a restante vila, contribuirá para a dinamização do centro da vila e criará, na prática, uma reafirmando a sua centralidade com condições ideais para o acolhimento de iniciativas económicas.

Este eixo poderá ser acompanhado através de indicadores como o VAB concelhio, o número de eventos de projeção regional e nacional, o número de participantes nos eventos, ou o volume de negócios gerado nos mesmos.

VALORIZAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Por fim, não deverá ser omitido, o impacto que os projetos preconizados irão ter ao nível do mercado imobiliário e do setor da construção.

Por um lado, será evidente o fomento do setor da construção civil local, fruto da implementação dos diferentes projetos de obra preconizados. Por outro lado, e mais significativo, é relevante a valorização que todo o setor imobiliário irá sofrer, fruto da qualificação dos seus espaços urbanos. É expectável que exista um aumento da procura de espaços dentro das ARU, que levarão ao aumento do valor dos imóveis existentes e ao aumento do dinamismo do mercado imobiliário.

Este vetor poderá ser medido através do volume de negócios imobiliários, número de transações, ou custo por metro quadrado para compra ou para arrendamento.

7. REGRAS E CRITÉRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

A riqueza e diversidade patrimonial evidenciada no diagnóstico efetuado às ARU constituem um potencial de aproveitamento identitário ao mesmo tempo que se perspetiva a necessidade de promover intervenções no respeito pelas suas especificidades visando, designadamente a sua proteção, valorização e promoção.

Nesta linha e atendendo às disposições assumidas pelo Plano Diretor Municipal, no que concerne à proteção dos espaços culturais, concretamente das áreas de património arquitetónico, e dos bens culturais classificados e em vias de classificação, determinam-se e reforçam-se, no âmbito deste plano de ação, um conjunto de regras e critérios de proteção do património a respeitar na conceção, execução e gestão das operações (de iniciativa pública ou privada) agora propostas.

As ARU concentram um conjunto significativo de edifícios e elementos patrimoniais, facto justificável pela génese e desenvolvimento dos aglomerados urbanos, com especial destaque para a ARU do Centro Histórico de Caminha.

Assim, é possível identificar dentro das ARU, e nas suas imediações, valores patrimoniais cuja preservação e dinamização deverá ser considerada no âmbito dos trabalhos em questão.

Segundo o **Plano Diretor Municipal**, no seu Cap. IX, o património natural e construído é constituído pelos monumentos, conjuntos ou sítios que, pelas suas características, se assumem como valores com reconhecido interesse histórico, arqueológico, artístico, paisagístico, científico ou social.

No seu art.º 36.º, sobre Condições de uso e edificabilidade, refere-se que nestes espaços tem de ser privilegiada a proteção, conservação e a recuperação dos valores culturais, arqueológicos, arquitetónicos e urbanísticos. Assim, a edificabilidade nesta classe de espaços fica condicionada à legislação e regulamentação específica, para além dos condicionalismos à edificabilidade que o uso obriga. Sem prejuízo de zona de proteção expressamente delimitada, todos os elementos classificados e ou em vias de classificação como património cultural dispõem de uma área de proteção de 50m, para além dos seus limites físicos.

No artigo 37º, refere-se que os espaços culturais estão classificados em quatro categorias:

1. Centro Histórico de Caminha;
2. Imóveis classificados ou em vias de classificação:
 - a. Anta da Barrosa - M. N. - Localização: lugar da Barrosa, Vila Praia de Âncora;
 - b. Chafariz da Praça Municipal - M. N. - Localização: Praça do Conselheiro Silva Torres, Caminha;
 - c. Forte da Ínsua - M. N. - Localização: ilhota à entrada da barra do rio Minho

- d. Igreja Matriz de Caminha - M. N. - Localização: Largo da Matriz e Rua Direita ou Rua de Ricardo Joaquim de Sousa, Caminha;
- e. Laje das Fogaças - M. N. - Localização: no recinto da oficina de pirotecnia da firma Libório Fernandes, Lda., Chão das Castanheiras, lugar da Boavista, freguesia de Lanhelas;
- f. Ponte de Vilar de Mouros - M. N. - Localização: sobre o rio Coura, no lugar da Ponte, Vilar de Mouros
- g. Torre do Relógio - M. N. - Localização: Praça do Conselheiro Silva Torres e Rua Direita ou Rua de Ricardo Joaquim de Sousa, Caminha;
- h. Capela de São Pedro de Varais ou Varães - I. I. P. - Localização: freguesia de Vile;
- i. Casa das Pitas - I. I. P. - Localização: Rua da Corredoura, Caminha;
- j. Forte de Âncora - I. I. P. - Localização: freguesia de Vila Praia de Âncora;
- k. Forte do Cão (Gelfa) - I. I. P. - Localização: freguesia de Âncora
- l. Todos os elementos que restam do conjunto fortificado de Caminha - I. I. P. - Localização: Baluarte da Matriz, junto da Igreja Matriz; Baluarte de Santo António, junto do Convento de Santo
- m. Estação Arqueológica do Alto do Coto da Pena - I. I. P. - Localização: freguesia de Vilarelho
- n. Dólmen de Vile - I. I. P. - Localização: freguesia de Vile
- o. Casa da Torre - I. V. C. - Localização: freguesia de Lanhelas;

3. Áreas urbanas com valor cultural - estas zonas caracterizam-se pela sua qualidade arquitetónica ou ambiental a preservar e dignificar:

- a. Praça da República e zona central de Vila Praia de Âncora;
- b. Avenida de Santana, em Moledo;
- c. Cruzeiro de Independência e espaço circundante, em Lanhelas;

4. Áreas não urbanas com especial valor cultural - estas áreas caracterizam-se pelo seu valor cultural e paisagístico:

- a. Trecho do rio Coura com as respectivas margens, compreendido entre a jusante da ponte e a montante da 1.^a azenha, no lugar da Cavada, em Vilar de Mouros;
- b. Monte do Calvário, em Vila Praia de Âncora;
- c. Capela de Santo Antão e espaço circundante, no monte do mesmo nome, incluindo a área de interesse arqueológico;
- d. Capela da Senhora das Neves e espaço circundante, no monte do mesmo nome;
- e. Capela de São João d'Arga com o conjunto edificado que lhe é complementar e o espaço circundante, incluindo as margens das estradas que a dominam; f) Ponte de Abadim, sobre o rio Âncora, e espaços circundantes;
- f. Ponte de Saim, sobre o rio Âncora;
- g. Ponte de Tourim, sobre o rio Âncora;
- h. Monte da Senhora do Crasto, em Lanhelas/Vilar de Mouros.

Estes imóveis e estruturas afins, consideram-se como elementos identitários fundamentais da estratégia de reabilitação urbana preconizada.

O Artigo 38º refere, no que respeita à elaboração de projetos, que projetos de arquitetura relativos a obras dentro da área do Plano de Reabilitação e Recuperação do Centro Histórico de Caminha, ou que tenham por objeto elementos patrimoniais classificados, ou que se localizem em áreas de espaços culturais serão obrigatoriamente elaborados e assinados por arquitetos. Serão estabelecidos em instrumento de classificação próprio os condicionamentos especiais a observar para proteção destes testemunhos do património local.

No que se refere aos condicionalismos, o Artigo 39.º indica que os espaços culturais ficam sujeitos ao seguinte:

1. Centro Histórico de Caminha
 - a. Salvo o disposto na alínea seguinte, as edificações existentes apenas poderão ser objeto de obras de conservação e de restauro;
 - b. Em situações excecionais, ditadas por razões de ordem técnica ou social, a Câmara Municipal poderá autorizar obras de adaptação, de remodelação ou de reconstrução, com prévia demolição da edificação existente;
 - c. No caso previsto na alínea anterior, a altura da edificação não poderá exceder a cêrcea da edificação contígua mais elevada e, em qualquer caso, não poderá resultar edificação com cêrcea superior à altura mais frequente das fachadas da frente edificada do lado do arruamento onde se integra a nova edificação, no troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas, para um e para o outro lado. Excetuam -se da aplicação do disposto nesta alínea todos os casos sujeitos a parecer de entidades com jurisdição na área;
 - d. O pedido de licenciamento de obras nestas edificações deve ser instruído com o levantamento rigoroso da situação existente e ilustrado com documentação fotográfica completa;
 - e. A Câmara Municipal poderá condicionar as mudanças de uso de habitação para comércio e serviços que em princípio devem confinar –se ao rés -do -chão.
2. Imóveis classificados ou em vias de classificação - os condicionalismos são os da legislação em vigor.
3. Áreas urbanas com valor cultural:
 - a. Salvo o disposto na alínea b), nas edificações ou conjunto de edificações referenciadas como imóveis a proteger deverão ser mantidas as características das suas fachadas;
 - b. Na construção em lotes livres, ou na substituição de edificações obsoletas, deverão ser respeitados os alinhamentos e cêrcea definidos pelas construções existentes;

- c. Quando admissíveis, a Câmara Municipal poderá condicionar as mudanças de uso de habitação para serviços, que, em princípio, devem confinar-se ao rés-do-chão e ou à execução de obras de conservação e de restauro de toda a edificação;
 - d. O pedido de licenciamento de obras abrangidas por este artigo deve ser instruído com o levantamento rigoroso da situação existente, ilustrado com documentação fotográfica completa;
4. Áreas não urbanas com valor cultural:
- a. Qualquer intervenção a efetuar nestas áreas só poderá ser efetuada mediante um plano que a justifique, não podendo eventuais novas construções ter mais de dois pisos;
 - b. Qualquer alteração da paisagem em zonas de sobreposição com outras classes de espaços ficará sujeita a estudo paisagístico, a elaborar por técnico qualificado.

8. MODELO DE GOVERNAÇÃO

A entidade gestora das operações integradas no PARU é a Câmara Municipal de Caminha, não obstante a colaboração e parcerias a estabelecer com os diversos atores locais. Assim, de forma a facilitar e agilizar a implementação das operações aqui definidas, será criado, pela autarquia, um grupo de trabalho para a gestão e implementação do PARU (GT-PARU) que integrará um corpo técnico multidisciplinar, sob a coordenação técnica do dirigente da Unidade de Obras Particulares e Planeamento. Compete a este GT gerir e acompanhar a implementação das operações de reabilitação urbana preconizadas no presente Plano, constituindo um órgão de suporte à decisão e definição da estratégia política a adotar pelo Executivo Municipal.

Paralelamente, será criada uma estrutura de acompanhamento e monitorização do referido grupo de trabalho e consequentemente da eficácia e eficiência da concretização do Plano. Integrarão esta estrutura entidades e individualidades externas à Câmara Municipal de forma a garantir a transparência de todo o processo de avaliação do trabalho desenvolvido.

Neste contexto o modelo de governança do PARU de Caminha incidirá num processo participado, democrático e (co)responsabilizante de todos os atores a envolver.

Quanto aos mecanismos de acompanhamento e avaliação, prevê-se estruturar em três níveis, articulados e complementares, a monitorização e acompanhamento do PARU:

1. Articulação de ações conducentes à estruturação funcional estando previsto, para o efeito, reuniões de trabalho com o objetivo de se concretizar a constituição das estruturas de direção e apoio técnico. Na fase de implementação dos projetos serão acolhidas as questões associadas ao desempenho e relacionamento entre os parceiros, as dificuldades de execução, a deteção de desvios e as suas correções. assim como a identificação de ações e novos atores que acrescentem e tragam mais valor aos diferentes projetos.

2. A execução física dos projetos e das operações, que constituem o PARU, e o cumprimento das metas de realização e de resultados serão objeto de acompanhamento e análise através da elaboração de relatórios de execução e progresso. A resposta atempada a solicitações e obrigações à Autoridade de Gestão do NORTE 2020 são, ainda, tarefas relevantes para um sucesso elevado na implementação do Plano de Ação.
3. Ao nível mais operacional será assegurado o acompanhamento da execução física e financeira, os procedimentos associados a pedidos de pagamento e despesas. Também os mapas de execução deverão estar atualizados.

Semestralmente, o GT-PARU, deverá apresentar ao Executivo Municipal e à estrutura de acompanhamento e monitorização um relatório de atividades, no qual será apresentado o nível de prossecução dos objetivos propostos, traduzidos em indicadores e metas definidas no PARU. Esta monitorização pretende assegurar a avaliação do nível de cumprimento dos objetivos propostos no PARU e do alinhamento das intervenções executadas com a estratégia preconizada e seus efeitos. Pretende-se, a partir da avaliação realizada, estabelecer, se necessário, medidas corretivas que visem a retificação dos desvios diagnosticados e o realinhamento da intervenção. Deverá ser realizada uma monitorização estratégica que vise a avaliação do desempenho e a sua consistência com a visão estratégica interna, (objetivos e metas propostas), externa (com as políticas setoriais), que avalie a eficácia e eficiência na afetação de recursos, por comparação com os objetivos e metas, a adequação dos mecanismos de gestão, monitorização e controlo. A monitorização operacional, com vista ao controlo do desenvolvimento do programa de trabalhos, e em especial o seu caminho crítico, agindo por antecipação, deverá ter como base um cronograma detalhado das diversas tarefas e ações a desenvolver.

Pressupõe o pedido de informação aos técnicos e parceiros a verificação da execução e cumprimento do cronograma estabelecido.

Esta monitorização deverá ser realizada com base nos indicadores definidos, permitindo uma aferição mais assertiva do cumprimento de objetivos e de eficiência. Uma vez que os resultados e objetivos definidos no PARU têm um caráter genérico, poderão ser complementados com monitorização assente em indicadores de caráter mais quantitativo que monitorizem o desenvolvimento e implementação da estratégia. Propõe-se a avaliação da realização de metas e resultados com base nos seguintes indicadores, assim como outros que poderão vir a ser definidos:

- Protocolos e parcerias estabelecidas para a reabilitação urbana (n.º)
- Ações de comunicação e promoção (n.º)
- Área total de construção reabilitada (m²)
- Fogos reabilitados (n.º)
- Visitantes (n.º)
- Pedidos de atribuição de benefícios fiscais (n.º)
- Espaço público requalificado (m²)

A monitorização do avanço destes indicadores, ou outros a definir pela GT-PARU, é uma das ferramentas essenciais de gestão para atingir os objetivos propostos.

No que respeita ao envolvimento e responsabilidades dos parceiros, com vista à concretização da estratégia do PARU prevê-se o envolvimento da comunidade e das entidades responsáveis pela dinamização de funções urbanas estruturantes. A mobilização dos privados (com ou sem fins lucrativos) assume, neste contexto, uma importância de destaque, uma vez que a autarquia prevê alocar uma parte do FEDER ao Instrumento Financeiro (IFRRU), recentemente criado, sendo, contudo, necessário acautelar o prévio conhecimento das regras de funcionamento do mesmo e o papel a desempenhar pela autarquia neste processo. Uma vez que a informação disponível sobre este Fundo não é atualmente suficientemente esclarecedora, o município não teve oportunidade de despoletar o processo de mobilização dos privados para a reabilitação do seu património e a respetiva assinatura de protocolos, sendo esta uma das tarefas prioritárias que a autarquia assume desenvolver logo que sejam disponibilizadas mais informações para o efeito.

Informar e apoiar os agentes privados é um fator crítico do sucesso do PARU.

Tendo em conta a diversidade de atores, mais do que listá-los exaustivamente, importa reforçar que todas as entidades públicas e privadas com sede ou proprietárias de espaços nas ARU's que os qualifiquem (em consonância com o PARU) deverão ser considerados elegíveis a cofinanciamento não reembolsável ou a instrumento financeiro. Face às características das intervenções a levar a cabo por parte de entidades privadas, serão identificadas as parcerias a mobilizar.

9. IDENTIFICAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS A REALIZAR

As ações propostas no domínio da reabilitação urbana, apresentadas no âmbito da "PI 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas" assumem diferentes tipologias de intervenção, incidindo sobre a reabilitação de espaços públicos, a reabilitação e refuncionalização de edifícios, a melhoria da gestão urbana e o reforço da dinamização socioeconómica e cultural da cidade.

Estas ações têm uma relação de interdependência entre si e com as previstas no PMUS (Planos de Mobilidade Urbana Sustentável) elaborados ao nível da sub-região, uma vez que incidem sobre vários elementos estruturantes dentro do município que, numa lógica de desenvolvimento integrado, procuram criar estímulos a uma maior apropriação da cidade.

#	DESIGNAÇÃO	ESTIM. ORÇAMENTAL
1	Intervenção na Rua de São João	390.000 €
2	Intervenção nas Ruas Ricardo Joaquim de Sousa (Rua Direita) e Travessa do Tribunal	175.000 €
3	Intervenção no largo do turismo (Rua Direita com a Travessa do Tribunal)	29.000 €
4	Reconstrução da Casa Sidónio Pais	255.000 €
5	Intervenção na Praça Calouste Gulbenkian e Largo Dr. Luís Fetal Carneiro	160.000 €
6	Intervenção na Praça de Espanha	220.000 €
7	Intervenção edifício das antigas instalações do posto de turismo (Largo do Turismo)	130.500 €
8	Rede viária e espaço público	2.190.000 €
9	Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida	500.000 €
Subtotal Investimentos públicos		4.049.500 €
10	Recuperação da antiga pensão "João Ratão", no Largo do Turismo	247.500 €
11	Intervenção geral em fachadas e telhados de edifícios privados – ARU Centro Histórico de Caminha	1.875.000 €
12	Recuperação da antiga "albergaria"	614.250 €
13	Recuperação do edifício da Santa Casa Misericórdia (Dr. Luís Fetal Carneiro)	168.000 €
14	Intervenção geral em fachadas e telhados de edifícios privados – ARU Sandia	750.000 €
Subtotal Investimentos privados		3.654.750 €
Total		7.704.250 €

Tabela 24. Síntese dos investimentos propostos

Com base no exposto, verifica-se que o PARU do Município de Caminha integra uma carteira de 14 projetos, 9 referente à dinamização e gestão urbana e 5 relativo ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas.

Explicita-se em seguida a hierarquia de prioridades atribuída a cada projeto (que acompanha a ordem sequencial pela qual eles foram apresentados na candidatura):

#	DESIGNAÇÃO
PRIORIDADE 1 (máxima)	
1ª	Intervenção na Rua de São João
2ª	Intervenção nas Ruas Ricardo Joaquim de Sousa (Rua Direita) e Travessa do Tribunal
3ª	Intervenção no largo do turismo (Rua Direita com a Travessa do Tribunal)
4ª	Reconstrução da Casa Sidónio Pais
PRIORIDADE 2	
5ª	Intervenção na Praça Calouste Gulbenkian e Largo Dr. Luís Fetal Carneiro
6ª	Intervenção na Praça de Espanha
7ª	Intervenção edifício das antigas instalações do posto de turismo (Largo do Turismo)
8ª	Rede viária e espaço público
9ª	Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida
PRIORIDADE 3	
10ª	Recuperação da antiga pensão "João Ratão", no Largo do Turismo
11ª	Intervenção geral em fachadas e telhados de edifícios privados – ARU Centro Histórico de Caminha
12ª	Recuperação da antiga "Albergaria"
13ª	Recuperação do edifício da Santa Casa Misericórdia (Dr. Luís Fetal Carneiro)
14ª	Intervenção geral em fachadas e telhados de edifícios privados – ARU - Sandia

Tabela 25. Investimentos propostos por grau de prioridade

Explicita-se em seguida descrição mais pormenorizada de cada ação:

PARU 1. Intervenção na Rua de São João

PROMOTOR

Município de Caminha

ÁREA INTERVENÇÃO

ARU do Centro Histórico de Caminha

OBJETIVO

Reabilitação comercial desta artéria, desde o topo norte (edifício das finanças) até ao encontro com a Rua Visconde Sousa Rego.

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO

ii) Reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes;

DESCRIÇÃO

Este projeto assume como objetivo a qualificação do ambiente urbano, do espaço público e das vivências por ele proporcionadas, através da melhoria do desenho e do mobiliário urbano, da pavimentação de arruamentos e passeios, da introdução de elementos arbóreos, da eliminação de barreiras arquitetónicas e visuais e da renovação das infraestruturas urbanas no subsolo. Complementarmente, pretende-se intervir ao nível da organização da circulação automóvel de forma a permitir o alargamento de passeios, arborização, ou estacionamento, devolvendo-se a esta artéria a dinâmica comercial desejada e as ações de rua inerentes a um espaço com esta centralidade.

INVESTIMENTO TOTAL

390.000 €

DATA DE INVESTIMENTO

2016-2017

INDICADOR DE REALIZAÇÃO

Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2): 3900 m2

PARU 2. Intervenção nas ruas Ricardo Joaquim de Sousa (Rua Direita) e Travessa do Tribunal	
PROMOTOR	Município de Caminha
ÁREA INTERVENÇÃO	ARU do Centro Histórico de Caminha
OBJETIVO	Intervenção profunda nos dois eixos do núcleo histórico que assumem maior vivência, com vista à renovação urbana e qualificação urbana
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	ii) Reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes;
DESCRIÇÃO	Pretende-se sedimentar o papel do núcleo histórico e, em função da sua renovação, promover a fixação de população as atividades de comércio e serviços.
INVESTIMENTO TOTAL	175.000 €
DATA DE INVESTIMENTO	2016-2017
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2): 1750 m2

PARU 3. Intervenção no Largo do turismo (Rua Direita com a Travessa do Tribunal)	
PROMOTOR	Município de Caminha
ÁREA INTERVENÇÃO	ARU do Centro Histórico de Caminha
OBJETIVO	Recuperação da importância e do papel daquela pequena praça
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	ii) Reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes;
DESCRIÇÃO	Trata-se de um espaço central, localizado na confluência das duas ruas anteriores e que, pela sua centralidade, justificará uma intervenção profunda que ajude a promover o encontro de pessoas e a fixação de atividades.
INVESTIMENTO TOTAL	29.000 €
DATA DE INVESTIMENTO	2017-2017
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2): 290 m2

PARU 4. Reconstrução da casa Sidónio Pais	
PROMOTOR	Município de Caminha
ÁREA INTERVENÇÃO	ARU do Centro Histórico de Caminha
OBJETIVO	Intervenção no espaço com vista á recuperação do valor simbólico/histórico e, simultaneamente, de enquadramento à igreja Matriz de Caminha.
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	i) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamento de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2.
DESCRIÇÃO	Projetar um edifício ou um espaço multifuncional, vocacionado para uma utilização publica, integrada na rede constituída pelos demais espaços/edifícios existentes
INVESTIMENTO TOTAL	255.000 €
DATA DE INVESTIMENTO	2017-2017
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m2): 340 m2

PARU 5. Intervenção nas Praça Calouste Gulbenkian e Largo Dr. Luis Fetal Carneiro	
PROMOTOR	Município de Caminha
ÁREA INTERVENÇÃO	ARU do Centro Histórico de Caminha
OBJETIVO	Qualificação do espaço público.
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	ii) Reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes;
DESCRIÇÃO	Trata-se de dois largos emblemáticos de entrada no núcleo histórico de caminha que enquadram alguns dos principais edifícios (alguns de carácter público). Prevê-se a qualificação urbana com recurso ao redesenho das áreas, de circulação, novo mobiliário urbano e tratamento de pavimentos.
INVESTIMENTO TOTAL	160.000 €
DATA DE INVESTIMENTO	2018-2018
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2):1600 m2

PARU 6. Intervenção na Praça de Espanha	
PROMOTOR	Município de Caminha
ÁREA INTERVENÇÃO	ARU do Centro Histórico de Caminha
OBJETIVO	Qualificação do espaço público e ordenamento do trânsito.
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	ii) Reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes;
DESCRIÇÃO	Porta de entrada a norte, no centro histórico e de maior acessibilidade a vários equipamentos (teatro Valadares, igreja matriz e Casa Sidónio Pais/a intervencionar). Por se tratar de uma área de forte afluência, por via da atual oferta de estacionamento, e face à falta de ordenamento urbano, justificar-se-á a sua qualificação, nos termos previstos no projeto de requalificação da marginal, que integra.
INVESTIMENTO TOTAL	220.000 €
DATA DE INVESTIMENTO	2018-2018
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2):2200 m2

PARU 7. Intervenção edifício das antigas instalações do posto de turismo (Largo do Turismo)	
PROMOTOR	Município de Caminha
ÁREA INTERVENÇÃO	ARU do Centro Histórico de Caminha
OBJETIVO	Requalificação e adaptação do edifício.
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	i) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamento de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2.
DESCRIÇÃO	Face à localização este edifício assume um papel preponderante na revitalização do largo em que se insere, podendo assumir múltiplas valências e atrair àquele espaço central uma grande variedade de fluxos
INVESTIMENTO TOTAL	130.500 €
DATA DE INVESTIMENTO	2020-2020
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m2): 174 m2

PARU 8. Rede viária e espaço público	
PROMOTOR	Município de Caminha
ÁREA INTERVENÇÃO	ARU da Sandia
OBJETIVO	Melhoria da legibilidade da rede viária e sua hierarquia.
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	ii) Reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes;
DESCRIÇÃO	Promover a qualificação do ambiente urbano, do espaço público e das vivências por ele proporcionadas, através da melhoria do desenho e do mobiliário urbano, da pavimentação de arruamentos e passeios, da introdução de elementos arbóreos, da eliminação de barreiras arquitetónicas e visuais. Complementarmente, pretende-se intervir ao nível da organização da circulação automóvel e revisão da hierarquia viária.
INVESTIMENTO TOTAL	2.190.000 €
DATA DE INVESTIMENTO	2016-2020
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2): 21900 m2

PARU 9. Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida	
PROMOTOR	Município de Caminha
ÁREA INTERVENÇÃO	ARU da Sandia
OBJETIVO	Melhoria das condições gerais de acessibilidade no espaço publico
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	ii) Reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes;
DESCRIÇÃO	Intervenção no espaço público e na rede viária, em geral, com vista á garantia de adequadas condições de utilização/circulação por pessoas com mobilidade reduzida (inclui passeios para peões e passeadeiras niveladas).
INVESTIMENTO TOTAL	500.000 €
DATA DE INVESTIMENTO	2016-2018
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2): 5000 m2

PARU 10. Recuperação da antiga pensão "João Ratão", no Largo do Turismo	
PROMOTOR	Privados
ÁREA INTERVENÇÃO	ARU do Centro Histórico de Caminha
OBJETIVO	Reconstrução de edifício privado.
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	i) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamento de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2.
DESCRIÇÃO	Edifício interessante para as novas vivências dos centros históricos, podendo configurar exemplo de oferta para alojamento local
INVESTIMENTO TOTAL	247.500 €
DATA DE INVESTIMENTO	2020-2020
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m2): 330 m2

PARU 11. Intervenção geral em fachadas e telhados de edifícios privados	
PROMOTOR	Privados
ÁREA INTERVENÇÃO	ARU do Centro Histórico de Caminha
OBJETIVO	Promoção da sustentabilidade por recurso à conservação dos elementos da estrutura do edificado e melhoria das condições de eficiência energética.
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	i) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamento de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2.
DESCRIÇÃO	Intervenção nos principais elementos das fachadas (caixilharias e elementos decorativos), assim como substituição de coberturas com vista à manutenção das condições ideais. A intervenção poderá também passar pela retirada de elementos dissonantes (antenas, fios, caixas elétricas) existentes nas fachadas. promoção de ações de incentivo à conservação (pintura de caixilharias pelos próprios), designadamente com a realização de workshops de rua.
INVESTIMENTO TOTAL	1.875.000 €
DATA DE INVESTIMENTO	2017-2020
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m2): 2500 m2

PARU 12. Recuperação da antiga "albergaria"	
PROMOTOR	
Privados	
AREA INTERVENÇÃO	
ARU do Centro Histórico de Caminha	
OBJETIVO	
Reconstrução de edifício privado.	
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	
i) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamento de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2.	
DESCRIÇÃO	
Edifício interessante para as novas vivências dos centros históricos, podendo configurar exemplo de oferta para alojamento local.	
INVESTIMENTO TOTAL	
614.250 €	
DATA DE INVESTIMENTO	
2020-2020	
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	
Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m2): 819 m2	

PARU 13. Recuperação do edifício da Santa Casa Misericórdia (Dr. Luis Fetal Carneiro)	
PROMOTOR	Privados
AREA INTERVENÇÃO	ARU do Centro Histórico de Caminha
OBJETIVO	Reconstrução de edifício privado.
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	i) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamento de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2.
DESCRIÇÃO	Edifício localizado em local estratégico, podendo configurar caso de oferta para serviços ou comércio, que contribuam para a dinamização do largo
INVESTIMENTO TOTAL	168.000 €
DATA DE INVESTIMENTO	2020-2020
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m2): 224 m2

PARU 14. Intervenção geral em fachadas e telhados de edifícios privado	
PROMOTOR	Município de Caminha
ÁREA INTERVENÇÃO	ARU da Sandia
OBJETIVO	Promoção da sustentabilidade por recurso à conservação
TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	i) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamento de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2.
DESCRIÇÃO	Intervenção no edificado que apresente maior nível de degradação geral, designadamente ao nível de fachadas e cobertura e com vista à promoção da eficiência energética e melhoria das condições de conforto.
INVESTIMENTO TOTAL	750.000 €
DATA DE INVESTIMENTO	2016-2020
INDICADOR DE REALIZAÇÃO	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2): 1000 m2

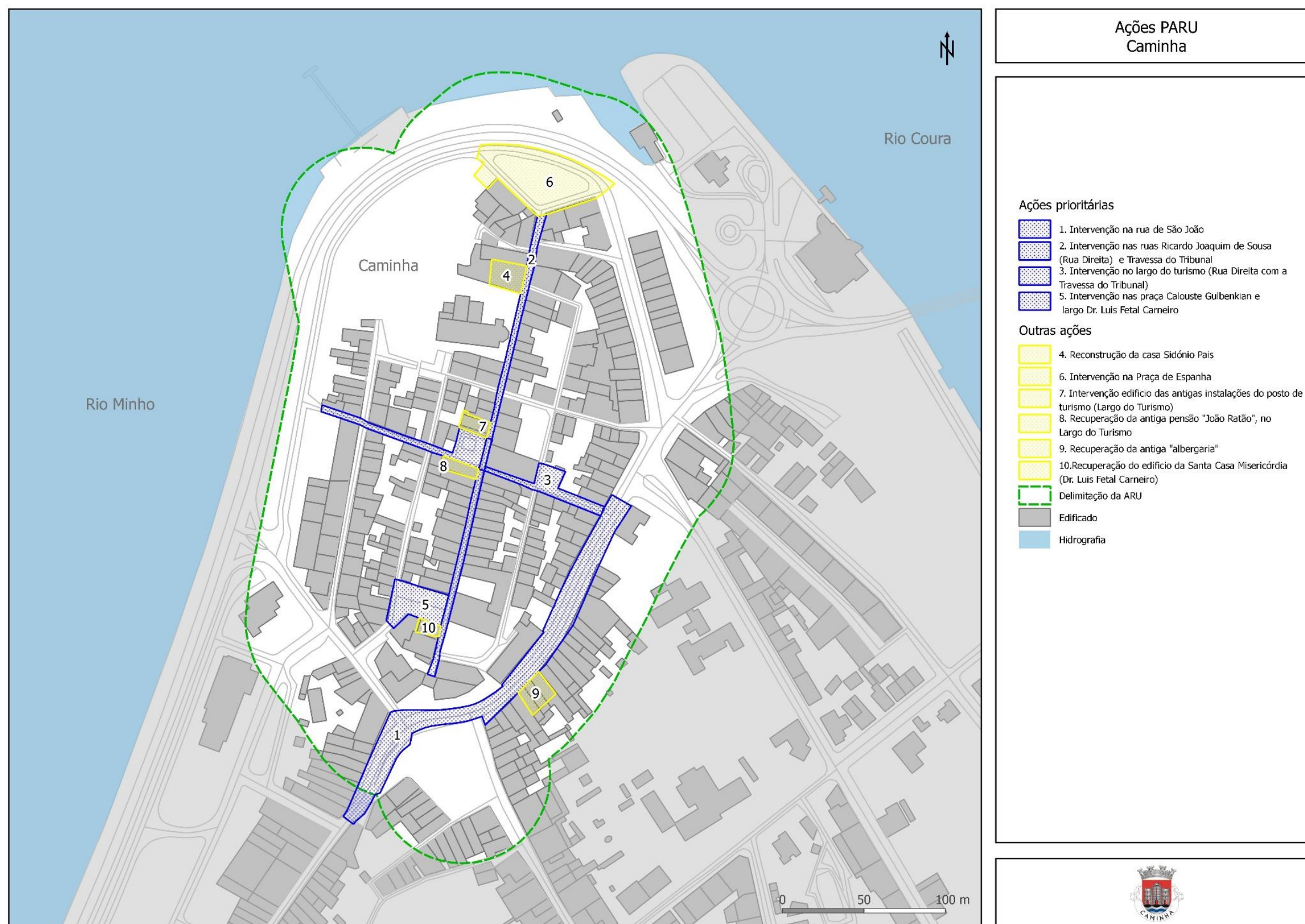


Figura 49. Localização dos investimentos na ARU do Centro Histórico de Caminha



Figura 50. Localização de investimentos na ARU de Sandia

10. RESULTADOS E METAS

Os diversos objetivos estratégicos e respetivas medidas de intervenção compreendem diversos indicadores de realização e resultado, consoante a natureza e o âmbito da intervenção proposta, correspondendo a compromissos de longo prazo que o Município de Caminha pretende assumir.

O sistema de indicadores adotado permitirá: (i) analisar as tendências e interpretar a informação dentro de uma estrutura coerente; (ii) avaliar a execução do Plano monitorizando o comportamento dos indicadores; (iii) comunicar e divulgar a implementação do Plano e seus resultados junto dos atores de desenvolvimento.

No que concerne aos indicadores de realização que permitem aferir o grau de concretização do PARU destacam-se:

- **Habitações reabilitadas em áreas urbanas (N.º)** – As metas definidas para este indicador têm em consideração as dinâmicas previstas para as ARU do Município de Caminha e o montante alocado ao IFFRU. Considerando que o município irá disponibilizar cerca de 30% da totalidade do investimento público do PARU (1.214.850 €) para o referido instrumento e, tendo em conta uma alavancagem financeira de cerca de um para 3 (3.654.750 €), estima-se que este possibilitará reabilitar cerca de 35 habitações (considerando a dimensão média de uma habitação unifamiliar de 120 m² e os valores de referência previstos no PO Norte) de até 2023, sendo que para 2018 prevê-se alcançar 10 habitações;
- **Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m2)** – As metas consideradas para este indicador compreendem a concretização de todas as ações previstas de reabilitação e reconversão de edifícios públicos e de caris comercial, que têm como promotor o município ou privados. Neste sentido, o valor definido para 2023 (1.887 m2) compreende uma estimativa das áreas a intervencionar tendo em consideração a respetiva estimativa orçamental e os valores de referência previstos no PO Norte relativamente a Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas. Relativamente ao ano de 2018 prevê-se alcançar 340 m2 desse valor;
- **Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2)** – As metas consideradas para este indicador contemplam a concretização de todas as ações previstas de reabilitação do espaço público no interior da ARU. Neste sentido, o valor definido para 2023 (36.640 m2) compreende uma estimativa das áreas de espaço público a intervencionar e tem em consideração a respetiva estimativa orçamental e os valores de referência previstos no PO Norte relativamente a espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas. Relativamente ao ano de 2018 prevê-se alcançar um 14.740 m2;

O indicador de resultado deste eixo corresponde à **Melhoria do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)**, sendo determinado através da realização de inquéritos de satisfação à população antes e após a intervenção de reabilitação e regeneração física no interior das ARU. Considera-se como meta a subida do grau de satisfação em 2 pontos 2018 e a subida de 3 pontos para 2023.

ANEXO 1. QUADRO DE INVESTIMENTOS A REALIZAR

Informação de acordo com formulário de candidatura:

PI	Designação do investimento	Nome do Promotor	Investimento Total	Ano de início	Freguesia
6.5	Intervenção na Rua de São João	Município de Caminha	390.000 €	2017	União de Freguesias de Caminha e Vilarelho
6.5	Intervenção nas Ruas Ricardo Joaquim de Sousa (Rua Direita) e Travessa do Tribunal	Município de Caminha	175.000 €	2017	União de Freguesias de Caminha e Vilarelho
6.5	Intervenção no Largo do Turismo (Rua Direita com a Travessa do Tribunal)	Município de Caminha	29.000 €	2017	União de Freguesias de Caminha e Vilarelho
6.5	Reconstrução da casa Sidónio Pais	Município de Caminha	255.000 €	2017	União de Freguesias de Caminha e Vilarelho
6.5	Intervenção nas Praça Calouste Gulbenkian e Largo Dr. Luis Fetal Carneiro	Município de Caminha	160.000 €	2018	União de Freguesias de Caminha e Vilarelho
6.5	Intervenção na Praça de Espanha	Município de Caminha	220.000 €	2018	União de Freguesias de Caminha e Vilarelho
6.5	Intervenção edifício das antigas instalações do posto de turismo (Largo do Turismo)	Município de Caminha	130.500 €	2020	União de Freguesias de Caminha e Vilarelho
6.5	Recuperação da antiga pensão "João Ratão", no Largo do Turismo	Município de Caminha	247.500 €	2020	União de Freguesias de Caminha e Vilarelho

6.5	Recuperação da antiga "Albergaria"	Município de Caminha	614.250 €	2020	União de Freguesias de Caminha e Vilarelho
6.5	Recuperação do Edifício da Santa Casa Misericórdia (Dr. Luis Fetal Carneiro)	Município de Caminha	168.000 €	2020	União de Freguesias de Caminha e Vilarelho
6.5	Intervenção geral em fachadas e telhados de edifícios privados	Município de Caminha	1.875.000 €	2020	União de Freguesias de Caminha e Vilarelho
6.5	Rede viária e espaço público	Município de Caminha	2.190.000 €	2020	Freguesia de Vila Praia de Âncora
6.5	Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida	Município de Caminha	500.000 €	2018	Freguesia de Vila Praia de Âncora
6.5	Intervenção geral em fachadas e telhados de edifícios privados	Município de Caminha	750.000 €	2020	Freguesia de Vila Praia de Âncora

Tabela 26. Quadro de Investimentos a realizar

ANEXO 2. INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADO

Informação de acordo com formulário de candidatura:

PI	Indicadores de realização		
	Indicador	Meta 2018	Meta 2023
6.5	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2)	14.740	36.640
	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m2)	340	1.887
	Habitações reabilitadas em áreas urbanas (N.º)	10	35
	Projetos de gestão e animação da área urbana e promoção da atividade económica implementados (N.º)	0	0

Tabela 27. Indicadores de Realização

PI	Indicador de resultado		
	Indicador	Meta 2018	Meta 2023
6.5	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)	+2	+3

Tabela 28. Indicador de resultado